



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO


### Redação Final ao Projeto Lei nº 640/2013

Denomina Imaculada Conceição o trevo  
localizado na Rodovia PR-218, Município de  
Paranavaí – Distrito de Graciosa.


**Art. 1º** Denomina Imaculada Conceição o trevo  
localizado na Rodovia PR-218, Município de Paranavaí – Distrito de  
Graciosa.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 129/2014**

Altera a Lei nº 6.855, de 27 de dezembro de 1976, de concessão de Título de Utilidade Pública

**Art. 1º** A Lei nº 6.855, de 27 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

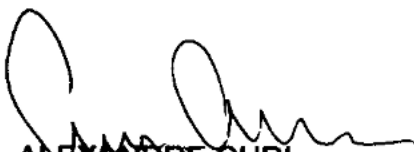
“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Obras Sociais Espírita Mariliana Barbosa, com sede e foro no Município de Castro.

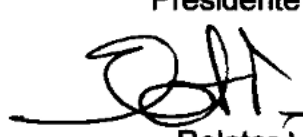
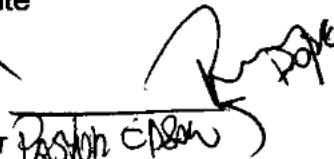
**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Obras Sociais Espírita Mariliana Barbosa, com sede e foro no Município de Castro

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator 





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO


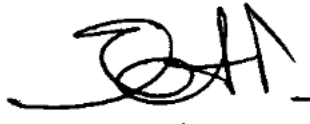
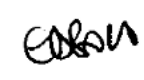
### Redação Final ao Projeto Resolução nº 6/2014

Aprova o Relatório Final da Comissão Especial para análise de mudanças no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 1º Aprova o Relatório Final da Comissão Especial para análise de mudanças no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 21/2013, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 503, de 10 de setembro de 2013, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2014.

  
  
ALEXANDRE CURI  
Presidente  
  
Relator  
  




## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 5/14

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 31 MAR. 2014

1º Secretário

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de janeiro de 2014. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de janeiro de 2014.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 26 de março de 2014.

DEPUTADO DUILIO GENARI  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI NETO  
Relator



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury*



## **COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

**17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA**

### **Justificativa**

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 003/2009.

Formaliza-se a prestação de contas com o presente Projeto de Resolução, devendo o mesmo ser apreciado e aprovado pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 046/2014-CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº. 046/2014-CTC, dando conhecimento da prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de janeiro de 2014, regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Analísado o referido relatório e demais peças a ele anexadas, constatou-se que as contas prestadas estão exatas, obedecendo a legislação em vigor, concluindo este Relator pela aprovação da presente Proposição, transformando-a em Projeto de Resolução.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 26 de março de 2014

**DEPUTADO DULCIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO ANTONIO ANIBELLINETO**  
Relator

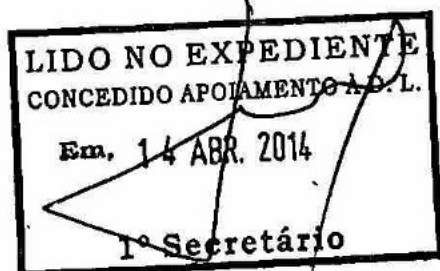
Dep. Quintão

Dep. Alexandre

Dep. B. Ant. Fel.  
Dep. Leupion



**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7/14**





Aprova o Relatório Final da Comissão Especial de Fiscalização dos Leitos do Sus no Estado do Paraná.

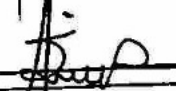
Art. 1º Aprova o Relatório Final da Comissão Especial de Fiscalização dos Leitos do SUS no Estado do Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 4/2012, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 189, de 10 de abril de 2012, suas conclusões e encaminhamentos.


Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

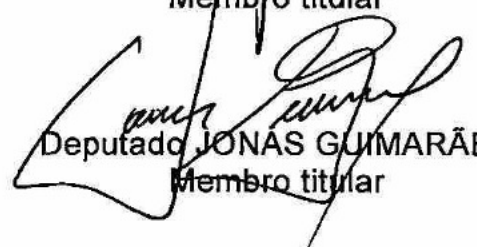
Sala das Sessões, em 8 de abril de 2014.

  
Deputado PARANHOS  
Presidente da Comissão Especial

  
Deputado ELTON WELTER  
Membro titular

  
Deputado ADELINO RIBEIRO  
Membro titular

  
Deputado MAURO MORAES  
Membro suplente

  
Deputado JONAS GUIMARÃES  
Membro titular

Deputada MARLA TURECK  
Membro suplente

Deputado NEREU MOURA  
Membro titular




## JUSTIFICATIVA

A presente Proposição tem por objetivo dar cumprimento ao inciso I do art. 38, Regimento Interno desta Assembleia ao apresentar, para ser apreciado e votado pelos nobres Parlamentares, o Relatório Final da Comissão Especial de Fiscalização dos Leitos do SUS no Estado do Paraná.

A referida Comissão Especial foi proposta por Requerimento do Deputado Paranhos, protocolado sob o nº 794//2012-DAP, de 15 de fevereiro de 2012 e constituída pelo Ato do Presidente nº 4/2012, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 189, de 10 de abril de 2012.

Diário Oficial Certificado Digitalmente  
O Conteúdo desta página foi assinado digitalmente pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.  
Módulo de segurança digital assinado por: [Assinatura]



# Diário OFICIAL Assembleia

## Poder Legislativo Estadual

Edição nº 629 | 17ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa | Publicação nº 271 | 118 páginas  
Curitiba, Quinta-feira, 10 de Abril de 2014

### Mesa Executiva

<b>DEPUTADO VALDIR LUIZ ROSSONI</b> Presidente		
<b>DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR</b> 1º Vice-Presidente	<b>DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO</b> 2º Vice-Presidente	<b>DEPUTADO NELSON LUERSEN</b> 3º Vice-Presidente
<b>DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO</b> 1º Secretário	<b>DEPUTADO ADEMIR BIER</b> 2º Secretário	<b>DEPUTADO GILSON DE SOUZA</b> 3º Secretário
<b>DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO</b> 4º Secretário		<b>DEPUTADO STEPHANES JUNIOR</b> 5º Secretário

### Lideranças

Líder do Governo.....	Ademar Traiano
Líder da Oposição.....	Elton Welter
PMDB.....	Nereu Moura
PSDB.....	Francisco Bühner
PSB.....	Wilson Quinteiro
DEM.....	Elio Lino Rusch
PDT.....	Fernando Scanavaca
PT.....	Tadeu Veneri
PPS.....	Tercílio Turini
Bloco - PP,PV, PSL.....	Dulio Genari
Bloco - PSC,PRB, PMN.....	Leonardo Paranhos

### Representação Partidária

PMDB – Ademir Bier, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Jonas Guimarães, Luiz Cláudio Romanelli, Nereu Moura, Stephanes Junior, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi, Luiz Eduardo Cheida, Caio Quintana, Cleiton Kielse. PSDB – Ademar Traiano, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Evandro Junior, Francisco Bühner, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Rose "Litro", Valdir Rossoni. DEM – Elio Lino Rush, Nelson Justus, Pedro Lupion, Plauto Miró Guimarães, Osmar Bertoldi. PT – Enio Verri, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Tadeu Veneri, Professor Lemos, Toninho Wandscheer, Elton Welter. PDT – Andre Bueno, Fernando Scanavaca, Nelson Luersen. PSB – Gilberto Ribeiro, Hermas Brandão Jr, Wilson Quinteiro. PSD - Marla Tureck, Ney Leprevost. PV – Rasca Rodrigues, Roberto Aciolli. PSC – Gilson de Souza, Paranhos. PPS – Douglas Fabrício, Tercílio Turini, Felipe Lucas. PRB – Pastor Edson Praczyk. PSL – Adelino Ribeiro. PP - Dulio Genari. PMN - Dr. Batista.



# PODER LEGISLATIVO

## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretor - Geral .....	Roberto Costa Curta
Procurador - Geral .....	Luiz Carlos Caldas
Secretária - Geral da Presidência .....	Lydia Montani
Diretora Legislativa .....	Lucilia Felicidade Dias
Diretor Administrativo .....	Roberto Costa Curta
Diretor de Pessoal .....	Bruno Perozin Garofani
Diretor de Apoio Técnico .....	Cléber Cavalli
Diretora de Assistência ao Plenário .....	Lucilia Felicidade Dias
Diretora Financeira .....	Fabiana da Silva Fernandes

Praça Nossa Senhora de Salette, s/n - Curitiba - PR - CEP 80.530-911  
Telefone 41 3350.4000

## Sumário

Sessões Plenárias .....	03
Processo Legislativo .....	11
Publicações Administrativas .....	116



## Sessões Plenárias

### Sessão Ordinária

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Palácio XIX de Dezembro

Diretoria Legislativa

Sessão Ordinária do dia 8 de abril de 2014 - Ata nº 26

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e quatorze, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a presença dos seguintes Parlamentares: Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Curi (PMDB), Cleiton Kielse (PMDB), Douglas Fabrício (PPS), Dr. Batista (PMN), Elío Rusch (DEM), Elton Welter (PT), Felipe Lucas (PPS), Francisco Böhrer (PSDB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Accorsi (PSDB), Luiz Eduardo Cheida (PMDB), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Péricles de Mello (PT), Plauto Miró (DEM), Stephanes Junior (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Terezo Kato (PMDB), Valdir Rossoni (PSDB), Waldyr Pugliesi (PMDB), Jonas Guimarães (PMDB), Fernando Scanavaca (PDT), Professor Lemos (PT), Ademir Bier (PMDB), Wilson Quinteiro (PSB), Nelson Garcia (PSDB), Adeline Ribeiro (PSL), Andre Bueno (PDT), Anibelli Neto (PMDB), Toninho Wandscheer (PT), Evandro Junior (PSDB), Gilson de Souza (PSC), Gilberto Ribeiro (PSB), Roberto Acioli (PV), Paranhos (PSC), Rascia Rodrigues (PV), Cantora Mara Lima (PSDB), Marla Tureck (PSD), Nelson Luersen (PDT), Rose "Lito" (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB) e Tercílio Turini (PPS) (46 Parlamentares). Ausentes, sem justificativa, os Deputados Antônia Junior (PMDB), Caltio Quintana (PMDB), Duilio Genari (PP), Mauro Moraes (PSDB), Osmar Bertoldi (DEM) e Pastor Edson Praczyk (PRB) (6 Parlamentares). Ausentes, justificadamente, os Deputados Enio Verri (PT, conforme Protocolo nº 1.644/2014, de acordo com o art. 60, § 3º, alínea "c" do Regimento Interno, em decorrência de reunião na Secretaria do Tesouro Nacional em Brasília) e Hermas Brandão Jr. (PSB, conforme Protocolo nº 1.401/2014, de acordo com o art. 60, § 3º, alínea "a" do Regimento Interno, por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico) (2 Parlamentares). O Sr. Presidente, Deputado Valdir Rossoni, secretariado pelos Srs. Deputados Pedro Lupion (na função de 1º Secretário) e Ademir Bier (2º Secretário), "sob a proteção da 17ª", iniciou os trabalhos da 26ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura. O Sr. 2º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (nº 25, de 7.4.2014), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Sr. 1º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

**EXPEDIENTE:** (Documentos originais sob guarda das Comissões e Diretorias.) Mensagem: (Encaminhada à Diretoria Legislativa para providências.) Protocolo nº 1.642/2014, Encaminhamento nº 16/2014, do Governador do Estado, encaminhando para apreciação desta Casa o anteprojeto de lei complementar (autuado sob o nº 3/2014), que revoga os dispositivos que especifica da Lei Complementar nº 161, de 3.10.2013, que altera a remuneração da carreira de Procurador do Estado para a forma de subsídio e dá outras providências.

**Ofícios:** (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) Protocolo nº 1.641/2014, Ofício nº 108/2014, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 97/2014, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 7.4.2014 sancionou o Projeto de Lei nº 33/2014, o qual convertido em Lei recebeu o nº 18.008; Protocolo nº 1.643/2014, Ofício nº 63/2014, da Coordenadora Geral substituta da Coordenação Geral de Convênios, Departamento de Gestão Interna, Secretaria Executiva, Ministério do Esporte, comunicando que foi celebrado entre o Governo do Estado do Paraná/Secretaria de Estado do Esporte e o Ministério do Convênio nº 778892/2012, no valor de R\$4.835.485,20, cujo objeto é promover a prática esportiva, pautando o esporte como meio de educação e promoção da qualidade de vida de crianças, jovens e adolescentes, por meio da implantação do Projeto Segundo Tempo Modalidades - Projeto Piloto, no Estado do Paraná.

**Correspondência:** (Encaminhada à Diretoria Legislativa para providências.) Protocolo nº 1.640/2014, do Sr. Felipe Lucas, comunicando que usará como nome parlamentar seu próprio nome completo: Felipe Lucas.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Finda a leitura do Expediente. Vamos proceder à posse do Deputado Felipe Lucas. "Nos termos do § 5º do art. 4º do Regimento Interno, considerando a decisão proferida do Acórdão 45.630 do Tribunal Regional Eleitoral, enviado a esta Casa através do Ofício 156, do Relator Josafá Antônio Lemes, lido no expediente da Sessão Ordinária do dia 7 de abril de 2014" - convidou os Deputados Tercílio Turini e Fernando Scanavaca para, em comissão, acompanharem o Sr. Felipe Lucas à Mesa para tomar posse no cargo de Deputado Estadual - "convido o suplente de Deputado, Sr. Felipe Lucas, a prestar o compromisso regimental."

**DEPUTADO FELIPE LUCAS (PPS):** "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado do Paraná e observar as leis,

desempenhando lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense, e promover o bem de meu Estado." (Aplausos)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Cumprindo os requisitos do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, declaro empossado e solicito a V. Exa. que se sinta à vontade no nosso Plenário. Cumprimento o Deputado Felipe, os seus familiares, e desejo sucesso no seu trabalho. Vamos dar início ao expediente. Convidamos o Deputado Douglas Fabrício, como primeiro orador inscrito, a fazer uso do horário da Liderança, no horário do Pequeno Expediente e da Liderança do PPS.

**PEQUENO EXPEDIENTE:** (Manifestações sem revisão dos oradores.) Usaram da palavra os oradores: Deputados Douglas Fabrício (usou também o horário da Liderança do PPS), Elton Welter e Pedro Lupion (usou também o horário da Liderança do DEM).

**DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (PPS):** Presidente Rossoni, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, utilizo este horário do Pequeno Expediente e o horário da Liderança do PPS para falar de três assuntos, nobre Deputado Waldyr Pugliesi, grande orador que tem aqui nesta Assembleia Legislativa, que anda meio silencioso nos últimos anos, mas lembro muito da sua oratória quando o Governador era o Requião, Presidente, começar falando da vinda do nosso Deputado Felipe Lucas para a Assembleia Legislativa. Ele assume a cadeira do PPS, que nós brigamos na Justiça para que ele assumisse, até porque ele é o suplente do partido, não saiu do partido e a lei é muito clara, diz que quem sai do partido perde o mandato. Então, não adianta vir aqui discutir voto para lá, voto para cá, se a regra é clara. A regra diz que quem deixa o partido, o mandato é do partido, e quando toma uma decisão, qualquer que seja, a pessoa saindo do partido, ela corre, naturalmente, o risco de perder o mandato. Foi o que aconteceu com o ex-Deputado, meu amigo inclusive, Alceu Maron, que estava no PPS, saiu e optou por outro caminho; decisão pessoal dele. Mas o Felipe Lucas firme, companheiro, permaneceu no partido e hoje retorna, em minha opinião um pouco tarde, mas antes tarde do que nunca. Aquela história da Justiça, não é, Deputado Tadeu, ela tarda, mas não falha. Está aí o Deputado Felipe Lucas reassumindo o mandato legítimo. Quero aproveitar e desejar ao Deputado Felipe Lucas, nosso Deputado, boa sorte no seu mandato, representando Irapé e região aqui nesta Assembleia Legislativa. Em função disso temos a liderança, sobre a qual já conversamos com o Deputado Tercílio Turini e o Deputado Felipe Lucas, e vamos indicar o Tercílio Turini, nosso Deputado, como Líder da nossa Bancada. Aqui em minhas mãos os documentos e depois entregaremos a V. Exa., Presidente Rossoni. Tercílio Turini assume a Liderança do PPS aqui na Assembleia Legislativa, aqui da Bancada dos Deputados. Esse assunto de retomar aqui a liderança, tivemos inclusive algumas polêmicas, algumas questões de interpretação do Regimento, que tínhamos um Bloco que era composto pelo PPS e pelo PMN, e aí acabamos com a saída de um Deputado, ficando com um número que o Regimento deixava dúvidas, e aí perdemos a estrutura, perdemos o tempo de liderança, e o que mais considero importante, tínhamos perdido a voz, ficamos com cinco minutos por semana. Às vezes, dependendo do tema, não poderia nem se expressar aqui, acabava ficando uma voz muito rouca, Deputado Bernardo Carli, uma voz rouca e baixa. Cinco minutos é um tempo pequeno por semana. Agora temos dez minutos por dia para trazer aqui o que pensa o PPS e como vamos trabalhar. Ontem, o Deputado Tercílio já trouxe aqui o seu pronunciamento, a sua disposição, a sua vontade, a sua ideia, e que agora, com a Bancada, vamos nos reunir e discutir esse assunto com relação à nossa base, em relação ao Governo. Esse assunto vamos continuar discutindo. Quero também aproveitar para falar de um requerimento, Srs. Deputados, que estamos apresentando hoje para o Plenário aprovar, que é para enviar um documento, uma solicitação ao Governador Beto Richa e ao Secretário da Segurança, para que retomem o sistema de bônus pecuniário e de pontuação por merecimento aos policiais civis e militares pela apreensão de armas. Isso tem uma Lei de 2003, que é a Lei 14.171, que o Governador retirou isso e acrescentou ao salário dos policiais. É verdade que hoje os policiais do Paraná têm o melhor salário do Brasil, só perdemos para o Distrito Federal. É verdade também que o Governador investiu em novas contratações, concurso, e é verdade também que foi feito investimento em estrutura, infraestrutura para as Polícias Militar e Civil, novas viaturas, dentre outras. Mas é verdade também que essa área da segurança pública onde vamos, onde conversamos com a população, onde ouvimos o povo, o povo tem reclamado do alto índice de homicídios, da falta de segurança e dos roubos frequentes. Ainda aqui em Curitiba, hoje, fiquei sabendo de um amigo que entrou na sua casa e "limparam" a casa, no dizer popular, levaram os seus equipamentos eletrônicos, enfim, sorte dele que não estava na casa, porque poderia ter sido pior. Então, infelizmente tem acontecido esse tipo de assalto, e ainda a pessoa dá graças a Deus porque não estava na casa, porque levaram só os bens materiais, não teve problemas com o filho, não teve problema com a esposa ou ele próprio; que bandido é bandido, não tem escrúpulo. Nesse sentido, estamos apresentando esse requerimento, pedimos apoio de todos os Deputados, porque "considerando o elevado índice de homicídios praticados com armas de fogo, indicando a existência de um considerável número de armas importadas circulando ilegalmente; considerando a necessidade de incentivar os policiais a combater eficazmente o porte ilegal de armas, drogas e munições; considerando a redução do número de armas de fogo em circulação, implicará, consequentemente, na diminuição dos índices de crimes praticados com esse tipo de arma; considerando a Lei 14.171/03, que instituiu o sistema de bônus pecuniário e de pontuação por merecimento aos integrantes da Polícia Civil, ou da Polícia Militar que, no exercício de suas funções, encontram armas sem registro e/ou autorização legal, apreendê-las e entregá-las ao órgão policial competente. O Decreto 2.276/03, que regulamentou a referida lei, fixando em R\$100 o valor do bônus pecuniário a ser pago aos policiais civis e militares que, em serviço, efetuarem apreensão de armas de fogo, portadas ilegalmente ou sem registro. Considerando que foi editado o Decreto 3.649/2008, majorando o valor do bônus pecuniário, fixando-o em R\$300; e considerando que a edição das Leis 17.169, 17.170/2012, que instituíram o subsídio como sistema remuneratório dos policiais militares e civis, respectivamente, o bônus deixou de ser pago. Sendo de natureza indenizatória o bônus a ser pago aos policiais civis e militares, as leis que implantaram o subsídio não impedem que seja pago aos policiais

o referido bônus, que a segurança é ponto primordial de qualquer governo, e medidas como essa ajudam no combate à criminalidade", então estamos sugerindo isso ao Governador, que já tem feito um esforço para que melhore a segurança no Paraná, como eu citei aqui, melhorando os salários, contratando policiais e trabalhando para melhorar a infraestrutura dos policiais. Mas esse aqui nós chamamos, no linguajar popular, lá no mercado do dia a dia, na linguagem mercadológica, esse é um plus para o policial, é uma valorização, é um reconhecimento ao policial trabalhador, Deputado Tadeu Veneri. O senhor está rindo, não é? Vamos ajudar também ao Governo Federal a incentivar isso, para que tenhamos uma segurança pública com mais qualidade para o nosso cidadão paranaense. Esse é um pedido que estamos fazendo em nome da população do Paraná, dos Municípios que representam e das reuniões que tenho feito por este Paraná afora, ouvindo reclamações da população no item segurança pública. Quando conversamos com policiais, eles reclamam disso; quando falamos com a população, a população fala: - "Olha! Precisamos melhorar a segurança. Aconteceu um assalto aqui, um assalto ali, é um homicídio lá, é um problema de droga lá, e tem esses tipos de problemas." Para que possamos ajudar a melhorar isso, como Parlamentar estamos apresentando uma sugestão, que é para que o Governador retorne ou crie, se for o caso, uma nova forma de valorizar os policiais pela apreensão de armas aqui no Estado do Paraná. Sistema que já existiu, que foi extinto, mas que queremos cobrar para que o Governo restabeleça isso. Tenho certeza de que vai ajudar no trabalho da Polícia Militar e da Polícia Civil aqui do Paraná. É um pedido que estou deixando aqui registrado e tenho certeza de que terá apoio de todos os Deputados desta Casa, porque estamos defendendo aqui o cidadão, a cidadã paranaense com relação ao tema segurança pública, que sempre foi um tema que conversamos aqui, desde o meu primeiro mandato sempre cobramos do Governo que valorizassem os policiais, dessem condições de trabalho aos policiais, e mais do que isso, que oferecessem aos policiais bom salário, infraestrutura e condições de trabalho, para que a população estivesse, Deputado Dr. Batista, segura. E é, pela Constituição Estadual, obrigação do Governador do Estado proporcionar essa segurança, que hoje no Brasil inteiro temos problemas. Então, reconhecendo, mais uma vez, que o Governador tem feito um esforço para que a segurança pública melhore aqui no Paraná, mas é mais uma sugestão, mais um requerimento, mais um pedido dos Deputados que o Governo melhore ainda mais, para que tenhamos a população mais protegida aqui no Estado do Paraná. Por fim, desejar ao Felipe Lucas, mais uma vez, nosso Deputado, que seja bem-vindo, o senhor restabelece aqui a voz do PPS com a sua presença. Teremos agora o horário da Liderança para poder trazer o que pensa o PPS, trazer o que discutimos nas nossas reuniões, que acontecem toda segunda-feira no Diretório Estadual do Partido, e repercutir aqui os anseios da população, aqueles que acreditam no nosso trabalho e acreditam, naturalmente, no trabalho do senhor. A região de Irati estará, com certeza, muito bem representada pela sua pessoa aqui. Então, mais uma vez, sucesso ao senhor no mandato, que apesar de ser um... O senhor tinha... Posso dizer que o senhor perdeu 15 meses do mandato, que é direito seu e que a Justiça restabeleceu, mas não vamos chorar o leite derramado, mas vamos chorar... Vamos nos alegrar com a possibilidade de o leite ferver, daqui para frente, aqui na Assembleia Legislativa, e com o apoio de V. Exa. e do Deputado Tercílio Turini, que vai assumir a nossa Liderança, serei o seu líder, como sempre fui dos demais que foram líderes, e estou aqui para seguir junto com o pensamento dos Deputados, com o que pensa o Partido e defender, acima de tudo, o cidadão paranaense, independentemente de uma bandeira partidária. Mas aqui se fala quem tem voz pelo partido. Ninguém chega aqui se não for pelo partido, e pelo que a Justiça fez, restabeleceu aqueles que honraram o partido, o PPS. Por isso, vamos defender com muita galhardia, com muita segurança e muita firmeza o interesse do cidadão paranaense aqui no PPS, que no Paraná é presidido pelo nosso Deputado Federal Rubens Bueno. Então encerro, Presidente, agradecendo mais uma vez a oportunidade de usar por primeiro o horário da Liderança do PPS, saudando a todos os nossos telespectadores da TV Sinal e também a população do Paraná e aos Deputados que me deram a cordialidade e a gentileza dessa audiência. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Cumprimos o Deputado Felipe Lucas e temos a honra de recebê-lo aqui na nossa Casa. Fazemos parte da mesma região e espero ser seu parceiro nas lutas e nas causas da nossa região. Quero dizer que determinei ao Diretor Geral desta Casa que se apresente a V. Exa. para prestar todo o atendimento necessário para a instalação de V. Exa., e certamente V. Exa. vai perceber as mudanças que ocorreram nesta Casa, isso fruto do esforço dos Srs. Deputados, esforço dos funcionários desta Casa. Hoje temos uma Casa que dá todas as condições para que os Parlamentares exerçam as suas funções. O senhor chega num bom momento, e tenho certeza absoluta de que a cidade de Irati e região está certamente muito contente, porque V. Exa. já desenvolveu um grande trabalho lá como Prefeito, desenvolveu como Deputado, e certamente vai concluir esse mandato com seu trabalho aqui nesta Casa. Sucesso! Convido, para homenagear o PPS, o Deputado Douglas Fabricio para assumir a Presidência. Preciso me ausentar, porque tenho um compromisso, mas certamente, se der tempo, volto para a final da Sessão, Deputado Douglas, senão V. Exa. conduz aqui, como sempre tem feito.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabricio - PPS):** Srs. Deputados, hoje é 8 de abril, e temos aqui um Deputado, colega nosso, que está fazendo aniversário, Deputado Wilson Quinteiro. Os parabéns da Mesa, de todos os Deputados, e aguardamos, no final da Sessão, naturalmente, aquele bolo. Parabéns, Deus abençoe o senhor com muitos anos de vida e muita saúde. Vamos ao segundo orador no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Elton Welter. V. Exa. tem cinco minutos.

**DEPUTADO ELTON WELTER (PT):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo do Paraná, temos uma preocupação, o nosso mandato, e certamente a grande maioria desta Casa, com relação ao Projeto de Lei 721/2013, que cria as áreas de mananciais, regulamenta os mananciais; já fizemos uma Audiência Pública aqui, muito debatida, e do jeito que está o projeto não dá para votar o projeto aqui nesta Casa. Na nossa visão os mananciais são as nossas caixas d'água, são o abastecimento público, dependem de um bom cuidado do que está instalado sobre os mananciais, sejam atividades de qualquer ordem, e do jeito que está a proposta, Deputado Turini, está muito liberalizante. Por isso, Deputada Luciana, marcamos

e convocamos uma nova Audiência Pública, a pedido de muitas entidades, para que esse projeto seja construído a quatro mãos com a sociedade. Um projeto desse não tem pressa, porque se fala de futuro, do cuidado com a água, que é um patrimônio, um bem de uso comum do povo. Do jeito que está, está muito liberalizante, permite atividades econômicas de toda a ordem, praticamente, permite o uso de agrotóxicos, por exemplo, que muitas vezes podem contaminar o lençol freático. Por isso tem que ter uma regulação eficiente, Deputado Lupion. Nesse sentido, queremos construir a quatro mãos esse projeto, para que ele venha para cá, a nossa Bancada quer debater e votar esse projeto, mas para garantir água de qualidade, para garantir abastecimento seguro no futuro, Deputado Rasca, V. Exa. que também é um profundo conhecedor do tema. Então, essa Audiência está convocada para a próxima semana, dia 16, às 9h da manhã, no Plenarinho, e certamente terá a presença de muitas entidades ligadas à Associação Brasileira de Engenharia Sanitária Ambiental, à Associação dos Consumidores de Produtos Orgânicos, à ACOPA, à ACOA, à Associação Agricultura Orgânica do Paraná, à APP-Sindicato, também participa o CRESS, Conselho Regional de Serviço Social, entidades ligadas aos técnicos agrícolas, a ATAEPAR, enfim, são mais de 30 entidades que querem participar, querem debater. Esse não é um tema apenas de Curitiba e região metropolitana, é de todos os paranaenses, estamos falando do abastecimento público e do que é permitido e poderá ser liberado, ser usado, ser construído acima das bacias que abastecem os cidadãos paranaenses. Por isso, esse tema, esse Projeto 721, do jeito que veio a proposta, está muito liberalizante, permitindo que possamos comprometer o lençol freático, possamos comprometer a qualidade da água, para que tenhamos, no futuro, que fazer grandes investimentos, talvez até por desapropriações, porque tem atividades econômicas que estão prejudicando o abastecimento público. Nesse sentido, do jeito que está o projeto, é melhor não votar, por isso a Audiência Pública. Acho que se o Governo tiver bom senso não vai deixar tramitar essa proposta aqui nesta Casa, e essa Audiência, como já teve outra, ela orientou para fazer um debate dentro dos comitês de bacias, debater com a sociedade, dialogar com os Prefeitos, que permitem as concessões com a Sanepar. Por isso essa Audiência será, certamente, muito esclarecedora. Já convido todos os Pares que queiram participar dessa Audiência Pública, será na próxima quarta-feira, e acredito também que o Governo terá bom senso e os Parlamentares, Líderes do Governo desta Casa, trabalharão para que esta proposta seja construída para termos uma lei boa, que garanta água de qualidade. Do jeito que está a lei, não é bom votar, ela prejudica e prejudicará o abastecimento público no futuro, e certamente as futuras gerações vão se queixar e vão criticar muito o Parlamento, que facilitou, flexibilizou, permitiu atividades que possam comprometer o... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabricio - PPS):** V. Exa. tem o tempo para concluir, Deputado Welter.

**DEPUTADO ELTON WELTER (PT):** Para concluir. Então, do jeito que está a lei, não podemos votá-la. Por isso, vamos buscar uma construção, junto com a sociedade, de uma lei que seja boa para garantir água de qualidade para as futuras gerações.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabricio - PPS):** Muito bem. Obrigado ao Deputado Elton Welter. Convido o jovem Deputado Pedro Lupion para fazer uso da palavra no Pequeno Expediente e também no horário do Democratas. V. Exa. tem o tempo de 15 minutos.

**DEPUTADO PEDRO LUPION (DEM):** Sr. Presidente, apenas um questionamento: provavelmente não terei necessidade dos 15 minutos, mas como sei que o Deputado Rasca gostaria de apartar minha fala, usaria já os dois, em conjunto, para possibilitar o aparte. Sr. Presidente e Srs. Deputados, desde o dia que cheguei aqui me pautei pela boa convivência, pelos bons modos, pela, posso dizer assim, amizade com os Parlamentares de Plenário e principalmente com a transparência de todos os meus atos aqui na Assembleia Legislativa. O Deputado Elton Welter se referia agora ao Projeto 721, que é uma mensagem do Governo, na realidade, que trata da Lei de Mananciais. Projeto apresentado, à época, pelo então Secretário de Meio Ambiente, hoje Deputado Chedda, e que desde o momento em que chegou à Assembleia Legislativa teve minha posição contrária, desde o primeiro dia, e muitos aqui são testemunhas do meu posicionamento contrário a esse projeto de lei, contrário a diversos itens desse projeto de lei, até porque acho que nunca podemos lidar com radicalismos, nem para um lado e nem para outro. Fui instado por diversos colegas, talvez por ser o Líder do nosso Bloco Agropecuario, por ser Vice-Presidente da Comissão da Agricultura, e modéstia à parte, por entender um pouco, principalmente de produção agrícola, para que eu elaborasse um texto que congregasse os entendimentos entre a Secretaria de Meio Ambiente, entre o Instituto Ambiental do Paraná, a Sanepar, o Instituto das Águas. No final do ano passado, quando era para tramitar esse projeto aqui na Casa, quando era para esse projeto entrar nas últimas votações do ano, tanto eu quanto o Deputado Rasca Rodrigues, arduamente e diariamente, para que isso não ocorresse, para que não votássemos o projeto a toque de caixa e que não apresentássemos um projeto que, do meu ponto de vista, é um projeto falho e um projeto omissivo em diversos pontos. Por causa disso, minha assessoria, assim como a assessoria do Deputado Rasca, trabalharam em conjunto durante muito tempo, inclusive no recesso parlamentar, para que já nos meses de janeiro e fevereiro tivéssemos uma prévia de um texto de um substitutivo geral a esse projeto, para atender não apenas às questões ambientais, mas também às questões de produção do nosso Estado. Tenho espírito democrático, sempre aprendi que quando estamos num Parlamento, estamos tratando com a pluralidade, estamos tratando com os mais diversos partidos políticos, as mais diversas cabeças, e talvez, por erro meu, eu tenha aberto esse substitutivo para a maioria dos Parlamentares aqui, inclusive para a Bancada do Partido dos Trabalhadores, a quem fui pedir opiniões e sugestões sobre o substitutivo, que eu então apresentaria. Deixo claro, em alto e bom som, no Plenário da Assembleia Legislativa, que não foi apresentado um substitutivo de autoria do Deputado Pedro Lupion. O que temos é uma prévia de um substitutivo, para melhorar um projeto de lei, o qual não tenho segurança para apresentá-lo sozinho, e pedi opinião das mais diversas Bancadas, dois mais diversos Parlamentares, inclusive da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Para minha surpresa, Presidente, hoje, me ligam diversos amigos ligados ao setor produtivo e ao segmento ambientalista, dizendo que existe uma carta aberta à sociedade paranaense, que saiu da Assembleia Legislativa e que está tramitando em diversos entes de



defesa ambiental, e um dos trechos, obviamente posição contrária ao projeto, diz assim: "Nada obstante à importância e fragilidade de nossas águas, o Projeto de Lei 721/2013, de iniciativa do Governo do Paraná, e o substitutivo geral de iniciativa do Deputado Pedro Lupion, pretendem, sem qualquer discussão com a sociedade, revogar a atual legislação que trata sobre o tema, principalmente a proteção de mananciais". Presidente, eu não apresentei substitutivo. Isto não foi para nenhuma Comissão temática da Casa; isto foi entregue para alguns Parlamentares opinarem, para, se quisessem, apresentar sugestões, e pudéssemos apresentar um projeto em conjunto. Conversei mais cedo com o Deputado Elton, que estou completamente indignado, o meu nome está sendo veiculado em uma carta aberta dizendo que eu sou contrário ao projeto de lei e dizendo que eu sou o responsável por acabar com a água do Paraná. Não foi apresentado o projeto, não existe tramitação disto dentro da Casa, não apresentei substitutivo; o que fiz, talvez na ingenuidade, por estar no meu primeiro mandato, foi confiar nos meus colegas e pedir a opinião dos meus colegas para a elaboração do substitutivo, mas quero deixar claro a toda população paranaense...

Deputado Rasca Rodrigues (PV): V. Exa. permite um aparte?

DEPUTADO PEDRO LUPION (DEM): ...Que o Deputado Pedro Lupion não é a favor do Projeto 721, o Deputado Pedro Lupion não quer a tramitação do Projeto 721 e foi o responsável por este projeto não estar tramitando até hoje nas Comissões Temáticas da Casa, por não concordar com o texto dele. Deputado Rasca.

Deputado Rasca Rodrigues (PV): Deputado Pedro Lupion, são atitudes como estas que me fazem sempre reforçar que o meu posicionamento nesta Casa aqui tem que ser um posicionamento motivado pelos mais de 30 anos de profissão, e como já estou de cabelo branco, não tenho me pautado aqui em marcar posição sobre nada. Esta iniciativa do Deputado Elton Welter e de sua assessoria, de colocar um documento em discussão com entidades representativas do Estado, entidades sérias, de um documento que ele sabe que não vai ser tramitado, a Casa inteira sabe que não vai ser tramitado, coloca esse documento em discussão para levar inclusive o próprio Deputado a erro, porque é uma mensagem do Governo e o Deputado sabe que quando vem uma mensagem do Governo há uma grande dificuldade de segurar essa mensagem, que isto não venha a passar, até porque o Governo tem maioria, tem uma tranquilidade muito grande de passar qualquer matéria. E tanto eu quanto o senhor, desde o início, por termos posição contrária a uma proposta do Governo, buscamos todas as fontes no sentido de dizer: "olha, são estes tais pontos aqui; isto é muito perigoso, é temerário, vamos discutir isto com mais calma". Tanto é que o Governo agora estabeleceu mais 60 dias para discutir, porque na primeira proposta que veio da Secretaria do Meio Ambiente não foi envolvida a Sanepar na discussão, não foi envolvido o Instituto das Águas e não foi envolvido o IAP na discussão. Essa proposta que está vindo, que isto é para inclusive lagos e rios, é uma proposta muito diferente, tem a posição de todos esses órgãos. É uma proposta melhor do que aquela, mas ela é boa? Eu tenho a minha desconfiança ainda de que essa proposta pode ser perigosa para os mananciais, não só aqui da região metropolitana, mas do Paraná como um todo. Portanto, ficar aqui no Parlamento marcando posição, é perda de tempo. Reunir pessoas de boa fé para produzir um documento que é mentiroso - porque esse documento é mentiroso, porque esse documento não foi avaliado sob a proposta que o Governo está remetendo, sob a proposta que eu enviei para o assessor do Deputado Elton Welter e ele não levou à reunião, ele omitiu a proposta, para quê? Para criar um fato, para criar um fatoide para chamar essa discussão e colocar esse clima todo? Ora, infelizmente não poderei participar dessa reunião no dia 16, infelizmente, porque nessa reunião eu diria isto na frente do Deputado Elton Welter, diria isto a todos que estivessem presentes - porque estarei lá em Palmas inaugurando uma UPA, uma Unidade de Pronto Atendimento de Saúde - porque esse tipo de atitude não contribui para o Parlamento. O Deputado Elton Welter, quando teve um projeto vetado pelo Governador eu liguei ao Governador, contornei o projeto dele, porque era um projeto bom, e o Governador, naquele momento, permitiu que derrubássemos o veto dele aqui para atender o projeto do Deputado Elton Welter. Mas o Deputado Elton Welter, seguindo a orientação da assessoria, fez um panfletinho, reuniu as pessoas aqui e colocou essas pessoas, como se fosse a pressão delas que tivesse feito com que esse projeto tivesse posicionamento diferente do Governo; que não foi, foi o Deputado Traiano, foi o Denilson e foi o próprio Governador, com quem eu falei. Então, acho que pegaram um documento com sarcasmo, porque o senhor me enviou a cópia e eu enviei a cópia ao assessor dele, e lá na reunião o assessor dele ainda quer tirar um sarinho porque o documento veio do senhor para mim; isto não contribui para o bom relacionamento dentro desta Casa, não! Eu não gostei! Não sou de engolir sapo! Não gostei! Não sou de engolir sapo e disse a ele inclusive, ontem de manhã, sobre isto. Acho que temos que tomar muito cuidado, porque não é assim que coloca um Governo num canto, não é assim que se faz as coisas, até porque essa questão quando vem - e aqui somos muito minoria na defesa das questões ambientais - temos que ter muita habilidade para contornar, porque o Deputado Elton Welter é um ótimo Deputado, é um Deputado que tem pensamentos muito parecidos com os meus, inclusive nessa questão da agroecologia e várias outras coisas, mas está se deixando contaminar por uma assessoria que gosta de ver o circo pegar fogo e não construir projetos que sejam do interesse de toda a sociedade. Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO PEDRO LUPION (DEM): Deputado Rasca, obrigado pelas suas palavras. Realmente...

Deputado Elton Welter (PT): Permite-me um aparte?

DEPUTADO PEDRO LUPION (DEM): V. Exa. quando lembra esses itens, eu também, Deputado Rasca, quando o projeto de autoria...

Deputado Elton Welter (PT): Permite-me um aparte?

DEPUTADO PEDRO LUPION (DEM): ...Do Deputado Elton Welter, sobre o plantio de araucárias no Estado do Paraná, eu fui o Relator na CCI, o Relator na Comissão de Meio Ambiente, favorável ao seu projeto, e articulei com o Governo para que o seu projeto fosse aprovado. Eu não posso...

Deputado Elton Welter (PT): Permite-me um aparte?

DEPUTADO PEDRO LUPION (DEM): Deputado Elton, me desculpe, mas eu não estou com vontade alguma de lhe dar um aparte agora.

Deputado Elton Welter (PT): Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO LUPION (DEM): E V. Exa. quando deixa a sua assessoria, o Sr. Edinei, que eu não conheço, gostaria de falar pessoalmente com ele, fazer uma carta aberta e usar, inclusive, o Ministério Público para distribuir essa carta aberta, um promotor que defenda as causas ambientalistas, dizendo que eu, Deputado Pedro Lupion, não tenho interesse em preservar o Estado do Paraná e sou favorável a um projeto que claramente e abertamente me posiciona contrário; o senhor não está agindo corretamente. Então, espero que, a exemplo da semana passada, quando provoquei uma reunião com o então Chefe da Casa Civil, Ministro Reinhold Stephanes, com a Sanepar, o IAP, a Secretaria do Meio Ambiente, a Secretaria da Agricultura, o Instituto das Águas, para que tentássemos salvar esse projeto e fazer um texto melhor para esse projeto; essas atitudes são as que vangloriam esta Casa e são essas atitudes que fazem com que tenhamos um debate democrático e os projetos aprovados sempre pensando no bem dos paranaenses. Mas me decepcionei, me decepcionei muito, estou extremamente chateado, extremamente contrariado com a atitude da sua assessoria; e ninguém me contou, eu vi ontem, na hora que passei na porta do gabinete do Deputado Welter, a carta aberta no computador da assessoria do Deputado Elton. Então, infelizmente, lamento muito e espero que isso não atrapalhe a boa relação, a democracia e a relação democrática e aberta que sempre tivemos entre as nossas Bancadas. Só lamento, não tenho mais muito o que falar. Espero que esse erro seja corrigido. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabricio - PPS): Obrigado, Deputado Pedro Lupion. Anunciamos e agradecemos a presença dos Vereadores de São Mateus do Sul: o Bira e o Enéas. Sejam bem-vindos, em nome do Deputado Felipe Lucas. Feito o registro. Também registrar aqui a Diretoria da Acamdoze, Associação das Câmaras Municipais da Região de Campo Mourão: o Luizinho, Vereador Luizinho, de Engenheiro Beltrão; o Natanael, que é o Presidente do Município de Aracruz; e o Nicão, do Município de Peabiru. É isso. Sejam bem-vindos à Sessão da Assembleia Legislativa nesta tarde. Vamos ao Grande Expediente. Convido o primeiro orador inscrito, nobre Deputado - elegante, hoje - Tadeu Veneri. Muito elegante, gravata vermelha. V. Exa., Deputado Tadeu Veneri, tem 15 minutos, e somos todos ouvidos ao seu pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE: (Manifestações sem revisão dos oradores.) Usaram da palavra os oradores: Deputados Tadeu Veneri (usou também o horário da Liderança do PT), o Jonas Guimarães.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ontem trouxemos aqui, Deputado Scanavaca, um tema que infelizmente me parece que ainda vai ser muito debatido, por conta até da sua complexidade, a dificuldade que temos de entender a migração de ações feitas, ou a possibilidade, para colocar nos seus devidos termos, a possibilidade de termos, Deputado Rasca, a migração de ações ON para PP, e parte da Companhia Sanepar, justamente o Consórcio Dominó. Estamos fazendo um pedido de informações hoje, espero que o Líder do Governo concorde com a sua aprovação, solicitando à Sanepar, requerendo à Sanepar que nos sejam respondidas quatro perguntas. Primeiro, conforme autorizado pela Lei nº 17.992/2014, aprovada aqui nesta Casa o projeto, a Sanepar realizou operação para emitir as ações de mercado financeiro e aumento do capital social da Companhia. Só para lembrarmos, essa lei é aquela decorrente de uma aprovação de um projeto aqui, que permitia um aumento do capital da Sanepar de 2 bilhões e 600 para R\$4 bilhões, com consequente emissão de ações PP, que no cálculo que fazíamos chegava a 103 milhões de ações. Segundo, fazemos uma pergunta se foi encomendada às instituições financeiras, e obviamente a quais instituições, algum estudo para embasar a operação de lançamento de ações preferenciais no mercado de capitais. Digo isso, Srs. Deputados, porque quando havia aqui o questionamento, Deputado Nelson Justus, V. Exa. que conhece bem o mercado, fizemos aqui o questionamento sobre as negociações que levaram o Governo do Estado e a Companhia Sanepar a fazerem um novo pacto de acionistas, em novembro do ano passado, com pagamento de 795, 787, R\$795 milhões com 63 milhões de ações, consequentemente, a um valor de R\$12,75 e mais 283 milhões em espécie, nós aqui fizemos um questionamento: essas instituições que haviam feito esse estudo, haviam feito por qual método? Posteriormente, sabemos que foi pelo método de fluxo descontado, de caixa descontado, e que as três instituições: BTG, Banco Pactual e o BBI, que é o Bradesco Banco de Investimentos e o Banco Credit Suisse fizeram, e posteriormente quero passar, inclusive, a esta Casa, qual foi o valor que foi cobrado por esses três bancos. Terceiro, a pergunta que fazemos: caso tenha sido realizado o citado estudo, qual foi o valor apurado para a venda das ações? Dessas ações autorizadas por esta Casa, pela emissão através da Lei nº 17.992? E quarto: quais instituições financeiras realizaram estudos e quando custou esse serviço à Companhia? Por que estamos fazendo esse pedido de informações aqui? Porque temos, Srs. Deputados, o estudo anterior, quando foi feito através do convite de visitação no Convite 1.251 de 2013, posteriormente suspenso no dia 10 de junho de 2013, e novamente no dia 13 de junho de 2013, através do Sr. Antonio Lage, Diretor Administrativo, foi novamente feito Comunicado nº 1, que esse convite significava contratação de três instituições financeiras para a realização de avaliação econômico-financeira, a *valuation*, da Sanepar. Comunicamos que o edital do processo de referência fica alterado conforme documento anexo. A ata de abertura do Convite 1.251 está em minhas mãos de 2013, e tem por objeto a contratação de três instituições financeiras para realização de avaliação econômico-financeira da Sanepar. E aí segue: as instituições que foram convidadas: Banco do Brasil, Bradesco, BTG, Banco Pactual, Banco Itaú, Bank of America, Merrill Lynch, Banco Múltiplo, Banco de Investimentos Credit Suisse. As que apresentaram propostas: Bradesco, BTG, Bank of America e o Banco de Investimentos Credit Suisse. Dos quatro bancos ficaram o Banco Credit Suisse, que apresentou uma proposta de R\$14 mil e 900, perdão, R\$14 mil 999; o Banco Bradesco, o BBI, Deputado Scanavaca, que também apresentou uma proposta de R\$14 mil 999 e 99 centavos; o teto era 25 mil. O Banco BTG Pactual, que também apresentou uma proposta no valor de R\$23 mil; e o Bank of America, que apresentou uma proposta de R\$25 mil e ficou desclassificado. Portanto, três bancos anteriores, somados, praticamente dão uma proposta de R\$52 mil 998 e 99 centavos. Ai perguntamos: esses bancos, esses três bancos que fizeram esse estudo, são os mesmos bancos, e caso tenham feito são os mesmos bancos que fizeram o estudo para que houvesse a emissão de ações? Não

sei se vai ser feita ou não a emissão de ações; se são os mesmos bancos, qual o valor cobrado? Porque aqui os três, Deputado, haviam cobrado cerca de R\$60 mil: R\$14 mil 999 e 99; R\$14 mil 999 e R\$15 mil; ou o valor que cobraram agora? Segundo: qual o método utilizado para a avaliação no caso de emissão de ações, das ações da Sanepar? Porque neste documento que tenho em mãos, o Convite 1.251, Srs. Deputados, ele é explícito, na sua página cinco, quando diz: "Tendo em vista a necessidade das avaliações do valor máximo será de R\$25 mil, e o método a ser utilizado pelos bancos, a metodologia" - Deputado Pedro Lupion - "a metodologia a ser utilizada é estimativa do valor da Companhia com base na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado, DCF". Fluxo de Caixa Descontado. Não há alternativa, não há alternativa, Deputado Paranhos, V. Exa. que faz parte da Comissão de Defesa do Consumidor nesta Casa e talvez da Comissão de Fiscalização, se eu não estiver enganado, também, não há alternativa que a Sanepar dê a esses três bancos. Ela é explícita aqui, página oito, como deve ser feito o método de avaliação. Método de avaliação entre outras premissas, premissas como a projeção de valores patrimoniais, demonstração de resultado, fluxo de caixa, identificação de intervalo de ações, mas principalmente o que interessa, estimativa do valor da Companhia com base na metodologia de Fluxo de Caixa Descontado. Ai, Srs. Deputados, peguei dois dos estudos feitos por esses bancos. Um deles, do Credit Suisse, está aqui, e o que diz o Credit Suisse na nota de ressalva que apontou uma ação próxima de R\$13? Na nota de ressalva diz, a primeira, antes de começar a fazer os itens das informações, diz o Credit Suisse: "Com base a pedido da Companhia, exclusivamente no Fluxo de Caixa Descontado para fins econômicos, conforme especificações constantes no convite 125"... tal, tal, tal. O banco não entende ser esse o melhor método; conforme expressamente solicitado pela Companhia, foi preparado unicamente com base na metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, o qual, veja, Deputado Paranhos, o qual o Credit Suisse não garante que seja a mais adequada para a avaliação aqui contida. Ora, como que um banco recebe para fazer, é determinado, está aqui, estou com o documento da Sanepar aqui em mãos, determinado que seja por Fluxo de Caixa Descontado, o banco faz o estudo e na nota de ressalva para que se proteja, inclusive junto à CVM, o próprio banco diz: "Conforme expressamente solicitado pela Companhia, esse relatório foi preparado unicamente com base no Fluxo Descontado, o qual o Credit Suisse não garante que seja o mais adequado para a avaliação aqui contida, tampouco a metodologia que será adotada, caso o Credit Suisse seja eventualmente contratado no futuro para avaliar o valor econômico da emissão de ações da Companhia". O segundo estudo, do Bradesco, a mesma coisa. O Bradesco diz: "Este valuation não constitui um julgamento, uma opinião ou recomendação à administração ou acionista da Companhia, ou qualquer terceiro quanto a conveniência e oportunidade ou quanto a decisão de realização de qualquer operação, como também não se deve embasar qualquer decisão de investimento". No final, "sendo expressamente vedada a utilização ou referência a esse valuation para tais fins". Dois bancos fazem a avaliação e ambos, Deputado Scanavaca, ambos dizem que o método está sendo feito dessa forma por determinação da Companhia Sanepar. Deputado Romanelli - V. Exa. será o nosso parceiro de ida para Brasília amanhã - ambos dizem que este não é o método correto, Deputado Péricles, mas a Sanepar exigiu que fizéssemos com esse método. Por que será? Porque a Sanepar tinha que chegar a R\$12,75 ou a R\$13 nas suas ações, para fazer uma negociação com o Governo e entregar essas ações a um valor, que agora nós queremos saber, Sr. Presidente Douglas Fabrício, Presidente em exercício, agora queremos saber, por isso o pedido de informações. Qual foi, Deputado Nelson Justus, a avaliação feita na sequência das mesmas ações da Sanepar, as mesmas? O cenário não mudou, a única coisa que muda de cenário é que há, além de melhorar o cenário, porque você não tem mais a dívida de R\$1 bilhão, há obviamente uma composição feita com a emissão de debêntures de R\$300 milhões, que vai vencer em 2016. Só! Mas em compensação se livra de uma multa de R\$1 bilhão, que seria mais ou menos isso, e negocia 1 bilhão também com o Governo. Ou seja, a Companhia, em tese, está em condições de ser melhor avaliada, de as suas ações terem um valor acima de 12,75, que foi o valor negociado com o Governo do Estado, e que no dia viemos aqui e dissemos que o Governo do Estado estava ficando com um prejuízo de 350 a R\$450 milhões. Infelizmente, não tivemos capacidade suficiente para convencimento; o projeto foi aprovado assim mesmo. Agora que a Companhia está melhor, o pedido de informações é tão simples, Deputado Scanavaca, nós conversamos sobre isso, inclusive, é tão simples, é só dizer como essas três, provavelmente os mesmos três bancos fizeram a avaliação, por qual valor avaliaram as ações e obviamente por que é que a Companhia optou, se optou, por não lançar ações de mercado? Antes de lhe passar o aparte, Deputado Scanavaca, só quero fazer a última consideração. Ontem eu falei que ao fazer a mudança para o Nível 2, e falei aqui para o Deputado Romanelli, V. Exa. talvez não lembre, mas falei para o Deputado Traiano, falei a V. Exa., no dia 19 de setembro votamos o projeto aqui, dia 19; vamos voltar aqui a esta Casa e dizer para o senhor que a Dominó Holding transferiu as suas ações na totalidade ou parte dela, e vai lucrar de 300 a R\$500 milhões. Não precisou nem esperar até o dia 19 de setembro; as coisas podem acontecer em abril, com pelo menos cinco meses de antecedência. Há alguma irregularidade nisso? Absolutamente não. É um direito da Companhia, de a Dominó fazer essa migração. Agora, conversamos, é preciso que tenhamos acesso aqui, os Deputados, até para não fazermos papel de bobos, que os Deputados tenham acesso, afinal de contas, a esse novo estudo que foi feito para lançamento de ações - peço o horário do PT, Sr. Presidente, para que possamos dar aparte ao Deputado Fernando Scanavaca - a esse novo estudo que foi feito, por qual valor que os três bancos pressupunham, ou avaliavam, que era possível lançar ações no mercado de capitais na Bolsa de Valores. Deputado Scanavaca, eu lhe concedo o aparte.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT): Deputado Tadeu, acredito que essas avaliações que foram feitas foram para aquelas operações quando daquela multa que o Governo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Acrescentar mais dez minutos, por gentileza, para ele usar o horário do Partido dos Trabalhadores.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT): Em relação àquela avaliação que precisaria ser feita naquela quitação da dívida e aqueles 300 milhões que aprovamos. Quando

nessa reunião - e V. Exa. participou - foi dito que seria feita uma nova avaliação para que a Sanepar realmente soubesse do valor que seria colocada essa ação. Acho que... E o Presidente da Sanepar assumiu aquele compromisso conosco, de que se fosse por um preço vil, ou o preço de mercado atual, que não seriam colocadas à venda as ações da Companhia Sanepar.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Correto.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT): Ele assumiu esse compromisso com esta Casa de Leis quando fizemos aquela reunião na Presidência, na qual V. Exa. estava, fez todas as perguntas pertinentes ao tema naquele momento, e foi dito que essas avaliações foram para aquelas operações, quando para que o Estado pudesse se livrar da multa e fazer aquela emissão dos 300 milhões, que necessitava naquele momento, e que foi feito pelo fluxo de caixa. Isso que eu gostaria de deixar bem claro, e além do mais, Deputado Tadeu, às vezes nos confundimos. Quando falamos muito na Dominó, não podemos nos esquecer de que a maior acionista da Dominó é a Copel, que é uma empresa, uma Companhia pública também, que com certeza vai se beneficiar também desse lucro, não só o outro grupo da iniciativa privada, que tem 30 e poucos por cento desse capital, mas o grande capital que tem é a Copel, é essa Companhia paranaense, que todos nós temos orgulho da Copel. Então, é isso que gostaria de afirmar, e dizer que acredito ainda nas pessoas, e que o Presidente, naquela reunião, foi muito categórico, Deputado Tadeu, de que não seriam colocadas as ações por preço vil, nem preço de mercado atual. Quanto à mudança de nível, em partes eu concordo com V. Exa., só que de repente, Deputado Tadeu, as pessoas estão fazendo essa mudança de nível e se esquecendo que não vai ter mais aquela gerência que tem hoje na Sanepar, porque aí o mercado que vai ter regras diferentes de como tem sido feita a administração hoje, acho que quanto à transparência...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): O senhor está dizendo que a administração da Sanepar é politizada?

Deputado Fernando Scanavaca (PDT): Sim, acho que hoje, quando passamos - e V. Exa. sabe do que estou falando - acho que a partir da mudança de nível, algumas ações que os Governos fazem ou faziam não vão mais ser permitidas quando da mudança de nível da Sanepar na Bolsa de Valores. E de repente também, Deputado Tadeu, tenho que concordar, acredito que foi muito precipitada essa ação da Dominó quando da mudança das ações nominais para ações preferenciais. Acho que poderia realmente dar um tempo maior para que essas ações pudessem ser convertidas de nominais para preferenciais, porque entendo que com a mudança de nível da Companhia agora, realmente vai ser pouco influente a administração da Companhia, em função da mudança de nível, que vai ser com muito maior transparência, com muito mais rigor, de algumas ações que sabemos que às vezes, por ser uma empresa estatal, acaba acontecendo, e que, com a mudança de nível, não vai mais poder acontecer.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Deputado Scanavaca, agradeço o seu aparte. V. Exa. está correto quando diz que talvez não haja mais tanta ingerência política, dada a necessidade de transparência. E V. Exa. está correto também em dizer que enquanto houve esse processo fechado na Companhia, Nível 1, foi possível fazer isso que eu reputo como um dos maiores prejuízos que o Estado já levou, um tombo de quase R\$500 milhões. O Estado está espereando todos os dias, o Líder do Governo, nós fizemos um convite para ir a Brasília amanhã conversar com Dr. Arno, para receber 815 milhões e aceitar levar, aceitar levar um quase calote de R\$500 milhões. Isso é uma coisa absurda do ponto de vista da matemática! Não precisa ser nenhum gênio para entender! Você está brigando por 800, com razão, tem direito, é o Estado que se diz perseguido. No campo político - o Deputado Scanavaca sabe o que eu digo - no campo de vista político acho que temos 1 milhão de razões diferenciadas - vou fazer um debate - mas no campo de vista da ótica você procura R\$800 milhões para investir e abre mão numa negociação, que podemos estar errados, e espero que estejamos errados, para o bem do Paraná. Se estivermos certos, se estivermos certos...

Deputado Péricles de Mello (PT): Deputado Tadeu, V. Exa. me permite um aparte?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): O Paraná perdeu R\$500 milhões de reais, e quem perdeu foi quem fez essa negociação: o Governador Carlos Alberto e o Presidente da Sanepar, Dr. Ghignone. O Deputado Scanavaca foi correto quando disse que aqui o Presidente da Sanepar afirmou que não faria por preço vil. Não queremos que faça por preço vil; o que não queríamos é por preço superfaturado que o Estado aceitasse ações. Ações a 12,75; no mercado pagava seis. Ora, é uma conta matemática, então alguém perdeu? Por que perdeu? "Ah, a Copel vai ganhar, a Copel vai ganhar!" Já lhe passo o aparte Deputado Péricles. A Copel vai ganhar? Como a Copel vai ganhar? Como a Copel tem 45% de 40, a Copel tem 45% de 40, 60%, 57,3%, 2% com diversas ações, inclusive as Prefeituras, e dos 40% do Grupo Dominó, que agora migra, a Copel pode até ganhar um pedaço, pode, mas quem ganha não é a Copel Companhia, é a Copel e seus acionistas, que hoje, majoritariamente, estão com as PPs, que são preferencialistas. Então vejamos, é um negócio da China para quem conseguiu empurrar uma ação de seis para 12,75. Deputado Péricles, lhe concedo o aparte.

Deputado Péricles de Mello (PT): Acho que uma coisa é básica: toda argumentação que tenho acompanhado, Deputado Tadeu, o Governo negocia as suas ações com grupos privados de forma generalizada. Essas atitudes mostram claramente isso. Primeiro, a Sanepar já está privatizada; tem que se afirmar isso. Se ela não está formalmente, ela está no ponto de vista dos princípios que regem as ações da Sanepar. Basta ver que quando subiu a tarifa da Sanepar nesses anos de Governo Beto, todas as atitudes: primeiro, o Governo aceita um prejuízo enorme de mais de R\$300 milhões, recebendo em pagamento a uma dívida que a Sanepar tem o Governo, ações supervalorizadas. Para justificar esse negócio o Governo contrata, com diretrizes que o próprio Governo dá - como o senhor leu - três auditorias para dizer: "Olha neste caso a ação pode chegar a 13." E o Governo aceita a partir desse estudo que ele contratou, que a Sanepar contratou, que recebeu um aviso: entrega o dinheiro para a Sanepar, para a Sanepar privatizada - é diferente - para a Sanepar que é comandada por interesses privatistas, do ponto de vista real, mesmo que não do ponto de vista formal. Segundo lugar, agora o Governo permite que a Dominó, como a Sanepar já está privatizada e vai ser formalmente, que quando as ações preferenciais tiverem direito a voto, então o Governo permite que o grupo privado



transforme ações ordinárias em ações preferenciais, perde momentaneamente o controle, que ele já tem, porque o Governo já age sendo o interesse dos fundos privados. Então, é fantástico o que está acontecendo! Resta uma pergunta: pelo contrato de acionistas, o Grupo Dominó não pode mais ter dois diretores? Não pode. **DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Desculpe, Deputado Péricles, só para corrigir, ele mantém os dois diretores, que com a lei que aprovamos aqui ele não precisa mais ter 30, basta que ele tenha 19; ele vai ficar com 19%, exatamente com 19%, manter as duas diretorias, uma...

**Deputado Péricles de Mello (PT):** Veja!

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** ...Administração e ganhar 400...

**Deputado Péricles de Mello (PT):** Formalmente o Grupo Dominó manteve seus interesses, já confia, porque é um negócio entre o Governo e o Dominó, ele confia que o Governo é o privatista e passa aquela impressão de que há uma negociação permanente entre postura do Governo e interesse do grupo privado. É uma coisa fantástica! Agora vamos ver esse novo grupo que fizemos o requerimento: quanto que vai variar o valor da ação?

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** É isso que nós queremos saber.

**Deputado Péricles de Mello (PT):** Isso é muito importante. Acho que a hora que vir essa resposta estará destrinchada toda a lógica que está por trás de sanções recentes na Sanepar.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Deputado Péricles, veja o senhor, se o Governo aceitasse, Deputado Scanavaca, se o Governo aceitasse as ações ao preço de mercado, na época R\$6,50, o Governo ficaria com a seguinte composição: total de ações do Governo do Estado a R\$6,50, ficaria com 63.18; a Dominó Holding com 26.93; e os demais acionistas com 9.89. A R\$12,75 que foi o que o Governo aceitou generosamente, o Governo do Estado ficou com 58.62, 5% a menos; a Dominó ficou com 30.27, 4% a mais; e os demais acionistas ficaram com 11.11, 2% a mais. Ora! Não precisa ser gênio, como eu falei; basta fazer a comparação! Agora, vamos fazer o pedido de informações, faço aqui um pedido, Deputado Scanavaca, ao senhor, à sua Bancada, à Bancada do PDT e aos demais Deputados, que possamos aprovar o pedido de informações e que a Sanepar possa nos responder como ela fez esse novo estudo, por qual método. (É retirado o som). Para concluir, Sr. Presidente.

**Deputado Fernando Scanavaca (PDT):** Presidente.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Para concluir, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS):** V. Exa. tem um minuto para concluir.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Que a Sanepar possa nos dizer, esclarecer finalmente: que método utilizou? Qual o valor de ação que foi apontado nesse estudo para chegar à conclusão de que não era um bom negócio fazer uso daquela janela de oportunidades - que aqui o Deputado Traiano tanto fez uso da palavra dizendo - neste mês, e que talvez depois da eleição venha a fazer? Ora! Me engana que eu gosto! Duvido que essa ação tenha sido cotada a mais de R\$10, porque o preço real dela no dia estava R\$5,25. Se isso de fato se confirmar nesses estudos, esta Casa tem obrigação de entrar com uma ação popular contra aqueles que foram responsáveis por esse prejuízo de quase R\$500 milhões à população do Estado do Paraná! Obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Fernando Scanavaca (PDT):** Deputado Tadeu, só tirando uma dúvida.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Depende do Presidente.

**Deputado Fernando Scanavaca (PDT):** Presidente, só para questionar o Deputado Tadeu. Como é que é lançar uma ação no valor abaixo do patrimônio, Deputado Tadeu? V. Exa. sabe que não é permitido que lance o valor da ação abaixo do patrimônio que foi avaliado?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS):** Deputado Paranhos. V. Exa. tem 10 minutos. Aliás, não. Só um minutinho, Deputado Paranhos, eu estou confundindo aqui. Tem o Deputado Jonas Guimarães inscrito no Grande Expediente; "gôgo de ouro" é o apelido dele lá na nossa região, fala muito bem. Deputado Jonas Guimarães vai fazer uso da palavra por 15 minutos. Antes, Deputado Jonas, agradecer, em nome do Deputado Adelino Ribeiro e do Deputado Paranhos, a presença das Vereadoras de Nova Aurora: a Isaura, a Néia e a Ângela. Sejam bem-vindas, em nome dos Deputados Adelino Ribeiro e Paranhos. Deputado Jonas, todos ouvidos a V. Exa.

**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PMDB):** Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores que nos assistem pela TV Sinal, venho a essa tribuna para discorrer sobre alguns assuntos que ocorreram na nossa região noroeste do Paraná. Primeiramente quero parabenizar, dar boas vindas ao companheiro Dr. Felipe Lucas, que reassumiu seu cargo de Deputado Estadual, pelo qual temos uma grande estima, e o senhor poderá ainda fazer como fez o Juscelino Kubitschek, dez em cinco, dez meses, que o senhor poderia ter assumido dois anos de mandato, mas enfim, tenho certeza de que o senhor ainda poderá fazer um grande trabalho. Quero fazer uma reflexão, na semana passada o Gilberto Martin, que também deixou esta Casa porque é 1º suplente, fez um pronunciamento sobre o ano de eleição, um ano em que vamos ter os grandes debates, vamos correr o Estado do Paraná em busca de votos, e percebemos que já começam os discursos acalorados, às vezes aquele Deputado vai a um determinado Município, ou num distrito, vai a um lugar, e ao invés de ele levar a sua mensagem, os seus projetos, aquilo que pensa em fazer como homem público, ele vai para criticar os companheiros, que às vezes, no dia a dia, ele convive aqui na Assembleia Legislativa. Acho que o Gilberto Martin fez uma boa orientação, não só para os eleitores, aqueles que vão às urnas no dia da eleição...

**Deputado Stephanes Júnior (PMDB):** Caro Capitão, me concede um aparte?

**Deputado Adelino Ribeiro (PSL):** Não vai falar o nome do Deputado?

**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PMDB):** Deixo-me iniciar o pronunciamento primeiro, Deputado. Depois, ok? Não só os eleitores, mas sim todos nós refletimos e sabemos escolher quem poderá fazer um bom trabalho como Deputado, como Governador do Estado, Presidente da República, aquele que realmente transmite credibilidade ao eleitor, aquele que leva a sua mensagem com seriedade, aquele que já mostrou no passado o que diz; o passado e o presente mostram o que o homem poderá ser no futuro. Então, para fazermos a nossa lâmpada, às vezes, clarear mais, não precisamos querer apagar a lâmpada do nosso companheiro. Procure

limpar um pouquinho mais a sua lâmpada, que ela vai clarear para você poder trilhar os caminhos da verdade, da seriedade e da política, que é o que precisamos fazer, a política na sua essência, que é trabalharmos em conjunto, darmos da nossa inteligência e irmos em busca do bem comum para a região que representamos e o nosso querido Estado do Paraná. Então, quero aqui dizer a todos os companheiros que não estão aqui querendo dar aula de política, mas dizer que não precisamos denegrir a imagem de ninguém. Até a própria imprensa, às vezes percebemos em algumas rádios, televisão, imprensa escrita, falado, às vezes críticas pesadas em cima do político, desse político, do outro, mas todos têm o direito de ser candidatos, é só se filiar a um partido com um ano de antecedência, se candidatar e mostrar, aqui no Plenário, aqui na Assembleia Legislativa, ou no seu Município como Vereador...

**Deputado Stephanes Júnior (PMDB):** Meu caro Capitão, me concede um aparte?

**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PMDB):** ...O seu trabalho, a sua seriedade e aquilo que você tem em mente em fazer ou que você tem em mente que nós faríamos. Você poderá ser um grande professor dos políticos do nosso querido Estado do Paraná. Pois não, eu vejo a sua ansiedade, vou lhe ceder o aparte.

**Deputado Stephanes Júnior (PMDB):** Meu caro Capitão Jonas Guimarães, vou pegar um gancho no que você falou e vou ter que concordar com você. Existem pessoas que não sabem fazer política séria; ao invés de falar de propostas, falar um pouquinho das suas ideias, ficam agredindo as pessoas. Eu até sei, não vou dizer nomes, mas alguns colegas que têm esse hábito aqui. Mas você está com a razão.

**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PMDB):** Muito obrigado pelo aparte, somou bastante para o nosso pronunciamento. Quero dizer que existem, sim, os políticos ruins, mas existe o político sério, aquele que realmente faz a grande transformação no seu Município, no seu Estado e no Brasil. Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer ao Governador Beto Richa, também ao nosso Secretário da Segurança Pública, o Dr. Leon; o Comandante da Polícia Militar, o Coronel Kogut, que estiveram na nossa região, região noroeste do Paraná, em Umuarama, quando fez a criação, assinou a criação do Batalhão de Polícia Militar naquele Município. Depois estivemos em Cruzeiro do Oeste, cumprindo agenda naquele Município, e estivemos em Cianorte. Quero fazer um agradecimento especial a essas autoridades, principalmente ao nosso Governador, pela criação da Polícia Militar, a criação da Companhia Independente da Polícia Militar de Cianorte. Era um anseio da nossa população, uma necessidade, eu sempre cobrado pela sociedade organizada, pelos clubes de serviços, os pedidos foram muitos, desde o Governo passado, mas tínhamos dificuldades para a criação da Companhia Independente. Mas agora...

**Deputado Teruo Kato (PMDB):** Concede um aparte, Deputado Jonas?

**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PMDB):** ...mas agora foi instalada a Companhia Independente e estamos contentes. Eu não poderia deixar de vir a esta tribuna para agradecer ao nosso Governador, ao Secretário da Segurança Pública e também ao Comandante da Polícia Militar. Agora estamos trabalhando também para a Subdivisão da Polícia Civil naquele Município. Cianorte tem 75 mil habitantes...

**Deputado Teruo Kato (PMDB):** Concede um aparte, Deputado?

**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PMDB):** Pois não, na sequência, meu caro colega Teruo Kato, Cianorte, 75 mil habitantes, é um Município com um crescimento muito grande. Temos um recolhimento de imposto maior que Campo Mourão, que Umuarama, que Paranavai, e não podemos continuar dando trabalho para Campo Mourão; somos ainda dependentes da Polícia Civil de Campo Mourão. Então, estamos em busca, o Governador deixou muito bem claro que irá também colaborar e contribuir para que possamos conseguir a Companhia da Polícia Civil Independente. Quero também fazer um agradecimento sobre o que está acontecendo na rodovia 323. Está se consolidando o início da tão sonhada duplicação da rodovia 323. Acredito que até o mês de junho estarão dando início nesta duplicação, que é de suma importância para Cianorte, para Umuarama, para o Mato Grosso do Sul, para o Paraguai, enfim, todos aqueles que se beneficiam de uma rodovia, hoje chamada "Rodovia da Morte". Concedo aparte ao nosso companheiro Teruo Kato. **Deputado Teruo Kato (PMDB):** Deputado Jonas Guimarães, quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho que faz pela região de Cianorte, e dizer que a Companhia Independente da Polícia Militar lá para Cianorte foi uma grande conquista. Eu, que acompanhei todo esse processo, pude verificar o quanto V. Exa. trabalhou por isso. Tivemos várias audiências com o Comandante da Polícia Militar, mais recentemente com o Coronel Kogut, e também as audiências que tivemos com o Governador Beto Richa acerca dessa reivindicação que também incluía a Companhia Independente de Loanda. Então, fico muito feliz por Cianorte ter sido contemplada com essa Companhia Independente, mas gostaria de contar com o vosso apoio para que possamos concretizar este sonho, esta reivindicação que há muito vem sendo feita por mim e também pelo Deputado Accorsi, para que possamos ter, lá em Loanda, a instalação da Companhia Independente. Então, parabéns pelo vosso trabalho. Que Cianorte e a região continuem tendo sempre esse seu apoio, que é tão necessário para o progresso e desenvolvimento daquela região.

**Deputado Rasca Rodrigues (PV):** V. Exa. me permite um aparte, Deputado?

**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PMDB):** Obrigado, Deputado. Pois não.

**Deputado Rasca Rodrigues (PV):** Primeiro, quero parabenizar V. Exa. por esta luta, e quem está aqui o acompanha e vê fazer uma boa representação da região noroeste, em especial as conquistas que V. Exa. tem conseguido junto ao Governador Beto Richa, em especial a instalação da Companhia; é um trabalho que V. Exa. tem feito aqui nesta Casa com muito afanco. E dizer que esta situação dos Deputados que gostam de "apagar a luz de um para iluminar a luz do outro", esses Deputados realmente existem. Só para dar um exemplo a V. Exa., nós tínhamos um time de futebol aqui na Assembleia, com jogo de camisas e tudo, e este ano não conseguimos fazer um jogo. Este é o ano da cotovelada, é o ano da corrida, e cada um dá e nem olha para trás. É só cotovelada, mesmo. Por quê? Porque dos 54, com certeza, 40%, como é a média da renovação, isto vai ocorrer. Então, isso faz com que alguns comportamentos, que não aprovamos, acabem ocorrendo. E V. Exa. sempre foi muito elegante aqui nesta Casa, com os demais Pares, sempre teve posturas de interesse coletivo. V. Exa. é um exemplo de companheirismo, portanto parabéns V. Exa. Gostaria de terminar minha fala fazendo uma pergunta: por acaso esse Deputado cria boi ou cria vaca?

**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PMDB):** Veja bem, quando o senhor

colocou que este ano é ano de cotovelada, precisamos ter cuidado. Vejo alguns jogadores, o senhor falou em jogo de futebol, se ele der uma cotovelada, de repente ele é expulso, e acaba tendo que ir para casa. É o que pode acontecer, às vezes, conosco, políticos, quando queremos dar cotoveladas e exageramos nas cotoveladas. Mas quero parabenizar pelo aparte e também agradecer o nosso companheiro Teruo Kato, que realmente, juntos, batalhamos pela criação. Não fui só eu, não. Também o Deputado Scanavaca, nosso companheiro de Umuarama, que sempre esteve ao nosso lado, acompanhando nossas reivindicações e assinando embaixo daquilo que precisamos para a nossa região e as demais regiões também. Conhecemos as necessidades de Loanda e vamos, sim, Deputado, trabalhar juntos, principalmente agora que o senhor está pleiteando uma candidatura a Deputado Federal, vamos procurar fazer um trabalho juntos.

**Deputado Fernando Scanavaca (PDT):** Deputado Jonas, gostaria de dar os parabéns a V. Exa. por ter abordado nessa sexta-feira, quando esteve o Governador Beto Richa no noroeste do Paraná, esteve em Umuarama, em Cruzeiro do Oeste, depois em Cianorte, quando da instalação da 5ª Companhia em Cianorte, uma antiga reivindicação, tal qual era a reivindicação de Umuarama em relação a ter um Batalhão da Polícia Militar, ampliando ainda mais o efetivo, a estrutura de uma Companhia para um Batalhão. Acho que foi de grande valia o trabalho de todos nós, principalmente da região noroeste do Paraná, em especial de V. Exa., que sei o quanto brigou para que Cianorte pudesse ter a sua Companhia Independente, uma cobrança, e quando estive lá pude perceber, não só das lideranças políticas de Cianorte, mas principalmente das entidades de classe, que queriam ver em Cianorte a instalação dessa Companhia de Polícia Militar Independente; e a Companhia que estava instalada em Umuarama acabou indo, graças ao seu empenho e graças ao seu trabalho, para Cianorte, e com... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS):** Dar mais um tempo para V. Exa. concluir. V. Exa. tem um minuto.

**Deputado Fernando Scanavaca (PDT):** E com a instalação da Companhia em Cianorte, Umuarama também ganhou, ganhou o seu sonho de ter aquele Batalhão que existia e que continua existindo em Cruzeiro do Oeste, que foi um assunto polêmico na região, porque esta Casa de Leis, nenhum dos nossos Deputados da região trabalhou para que pudesse ser fechado o Batalhão de Cruzeiro do Oeste. V. Exa. é testemunha disto, nunca trabalhamos para o fechamento do Batalhão em Cruzeiro do Oeste; trabalhávamos, sim, para a instalação da Companhia em Cianorte e a instalação do Batalhão em Umuarama. O Governador Beto Richa foi sensível mais uma vez, instalou o Batalhão em Umuarama, manteve o Batalhão em Cruzeiro do Oeste e instalou a 5ª Companhia na cidade de Cianorte. Parabéns pelo trabalho, Deputado Jonas. Acho que é por isto que temos o reconhecimento daquela região pelo nosso trabalho. Parabéns!

**SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS):** Tempo para V. Exa. concluir.

**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES (PMDB):** Concluo, Sr. Presidente. Quero agradecer a todos os companheiros que contribuíram. Esse benefício não é só às cidades de Umuarama, Cruzeiro do Oeste e Cianorte, mas sim a toda região, que foi contemplada através da criação do Batalhão de Umuarama, a preservação do Batalhão de Cruzeiro do Oeste e a 5ª Companhia da Polícia Militar de Cianorte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS):** Obrigado, Deputado Jonas Guimarães. Agora voltamos ao horário das Lideranças e vamos convidar o Deputado Paranhos para fazer uso da palavra. V. Exa. tem 10 minutos pelo Bloco PSC/PRB/PMN.

**HORÁRIO DAS LIDERANÇAS:** (Manifestações sem revisão dos oradores.) Usaram da palavra os oradores: Deputados Paranhos e Professor Lemos.

**DEPUTADO PARANHOS (PSC):** Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Quero saudar também os nossos convidados, aqui vejo a Vereadora Néia, da cidade de Nova Aurora, que já foi saudada. Aliás, nesta sexta-feira, Sr. Presidente, vai acontecer lá uma reunião importante na Câmara, um assunto que tem tirado o sono da população, fora da mídia, nós tivemos na cidade de Nova Aurora mais de 10 estupros desde janeiro para cá. Então, algo que chamou a atenção, já recebemos aqui a reivindicação, já contamos com a polícia que cuida da região, o Dr. Donizete, de Toledo, que vai estar presente nessa reunião com os Vereadores na cidade de Nova Aurora. Sr. Presidente, tenho dois temas aqui, que falam do Congresso Nacional, mas vou optar, um fala de uma votação que aconteceu através de uma Emenda Constitucional, é uma redução do valor das multas aos planos de saúde, mas este tema vou voltar amanhã para falar. Quero falar hoje sobre outro tema que aqui está. Vou dar uma cotovelada aqui, Deputado Jonas, mas é uma cotovelada em um Deputado Federal agora. Trata-se do Deputado Jean Wyllys, acho que é este o nome dele, Jean Wyllys, do PSOL. Projeto que tramita no Congresso, uma proposta que tem o objetivo de anistia e diminuir a população carcerária, com mais de 100 mil presos por tráfico, detidos pelo comércio de drogas, que é a venda de maconha. Esse Deputado apresenta este projeto na Casa, no Congresso Nacional, para legalizar o consumo da maconha. Foi apresentado no dia 19 pelo Deputado. Também, Sr. Presidente, perdoo os traficantes de drogas. Pela proposta, presos condenados pelo comércio de drogas como a cocaína, o crack, o LSD, por exemplo, continuariam na cadeia. Não é possível saber a exatidão de quantas pessoas poderiam se beneficiar do projeto caso ele seja aprovado, diz aqui o texto. Hoje existem no Brasil 131 mil pessoas presas por tráfico, independente do tipo da droga comercializada. O Projeto 727/14 prevê anistia para quem foi condenado por venda de maconha. A medida vale para as condenações anteriores à aprovação da lei, caso ela seja aprovada. O perdão é para todos: "Antes da sanção da lei, cometer o crime previsto na Lei Antidrogas, sempre que a droga tiver sido objeto de conduta anteriormente ilícita por elas praticadas". Então, quer dizer, resumindo essa história, o Deputado Jean Wyllys apresenta um projeto que libera o cultivo e o uso da maconha, e aqui ele fala em quantidades. O projeto dele aqui na frente, uma entrevista que ele deu no Congresso em Foco, Jean diz que a solução do traficante é uma questão de coerência. Se a venda for legalizada, não faz sentido a pessoa continuar presa. Precisamos de uma sociedade solidária. Discutimos esse assunto, diz ele, temos um quarto da população encarcerada no mundo que está hoje presa por

venda de cocaína, de crack e também de maconha. Mas a frente diz que o projeto do Deputado Jean permite uma grande plantação de maconha, desde que inspecionada e fiscalizada pelo Ministério da Agricultura. Também a variação na quantidade de pés que podem ser cultivados em casa. A proposta permite no máximo seis pés de plantas por residência. O Deputado Jean Wyllys legaliza a produção de 12 pés por pessoa em cada casa, seis pés maduros e seis verdes. Se a produção passar de uma dúzia de plantas, é necessária a comprovação de que a quantidade de plantas é proporcional ao número de residentes no local. Fico vendo esse projeto e não consigo acreditar que isso seja algo sério. O projeto, Vereadora Néia, vai à contramão de tudo aquilo que vimos pregando. Temos uma luta e sabemos que hoje temos nas drogas o principal instrumento de criminalidade, temos nas drogas o principal instrumento de destruição da família, o principal instrumento, Deputada Rose, de jovens que estão inseridos no mundo do crime. E aí vemos uma autoridade, um Deputado Federal, discutir um assunto como esse, que é a liberação da maconha, o plantio dentro de casa, no quintal de casa, fazer com que incentive as pessoas a cultivarem a maconha, a tratarem desse tema como se fosse normal o uso dessa droga. Então, percebemos que existe uma orquestra, existe uma tentativa de fazer com que a sociedade vá absorvendo isso, para chegarmos a um ponto em que as drogas sejam liberadas também no Brasil. Aliás, alguns países que fizeram isso estão extremamente arrependidos, porque não atingiram o objetivo; pelo contrário, criaram um grande problema. Agora o Deputado vai mais além, além de liberar o plantio e o uso, o Deputado quer liberar os traficantes, aqueles que estão presos, aqueles que cometeram o crime, que venderam a droga, que venderam um produto ilícito e que estão presos, alegando que os nossos presídios estão lotados. Não é possível isso! Com tantos temas importantes para discutir, com tantos assuntos de interesse da população, esse tema não pode ter sido destacado da forma que foi, no Congresso, na semana passada e continua sendo. Sabem, o que imaginamos é que existe, sim, uma tentativa de convencimento das esferas estaduais, federais e municipais, e uma tentativa de contaminação para que a população possa imaginar que é possível isso! Nós precisamos reagir! Eu presido nesta Casa a Frente Parlamentar de Combate às Drogas, e vamos trazer, na semana que vem, números para tratar desse tema. O que precisamos é fazer o contrário, é apertar o cerco, prisão, mais polícia, mais programas de Governo para atender inclusive os nossos filhos, as pessoas que estão precisando desse atendimento. Um programa de orientação, de recuperação, um programa duro de combate às drogas, aquilo que tem acontecido no Paraná, que é exemplo para o Brasil, o número de drogas ilícitas que estão sendo presas nos últimos anos. Então, faço esse registro, porque realmente me chama a atenção que um Deputado Federal possa perder tempo e se debruçar num projeto como esse! Fica aqui registrada a nossa indignação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS):** Obrigado, Deputado Paranhos. Srs. Deputados, vamos ao horário da Liderança da Oposição. Está inserido o Deputado Professor Lemos, com a palavra por dez minutos.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Quero cumprimentar o Presidente, demais membros da Mesa, Deputados e Deputadas, a todos que nos acompanham aqui na Sessão e também quem nos acompanha pela internet, pela tevê e pelo rádio. Em especial cumprimentar o Mário, que é dirigente do Sindsee, e o Dirceu, que é Presidente desse sindicato importante, que é o Sindicato dos Educadores Sociais. Fazem um trabalho importantíssimo de recuperação de adolescentes que estão privados da liberdade e que precisam ser cuidados pelo Estado e devolvidos à sociedade, às suas famílias, em condição de gerir as suas vidas, conseguindo com o seu trabalho, o seu sustento, e evidentemente tendo como se relacionar, resolver os conflitos pelo diálogo e não pela força. Esses servidores, desde o início do mandato do Governador Beto Richa, têm apresentado a sua pauta. Pode acompanhá-los em algumas reuniões, e uma delas com a Secretária da Família, Fernanda Richa, foi inclusive construído um grupo de trabalho para elaborar o plano de carreira, porque trata-se de um cargo específico, trata-se de uma carreira que tem as suas especificidades. Portanto, no Paraná, essa categoria importante não tem carreira, não tem um cargo dentro de qualquer outra carreira. São contratados para esse trabalho importante no Quadro Geral do Estado. Isso tem dado prejuízo a essa categoria e dado prejuízo aos adolescentes que são usuários e a sociedade do Paraná que precisa desse trabalho importante. Fora isso, temos também a diferença de salário quando comparamos com outras categorias que atuam também com pessoas privadas da liberdade, como eles atuam. Também temos um problema sério que são as condições das unidades de trabalho. O Cense I, por exemplo, de Cascavel, já restou interditado por duas vezes pela Justiça, e há um esforço da comunidade e dos educadores sociais, em especial os professores que atuam com eles, para fazer funcionar, mas funciona precariamente. Então, é preciso que a Secretária da Família, Fernanda Richa, o Governador acolha as demandas desse importante sindicato, dessa importante categoria, porque isso fará bem ao Paraná. Quero também registrar que, neste momento, a Comissão de Saúde desta Casa recebe uma comissão de servidores da saúde, que estão em greve há 22 dias, e no dia de amanhã combinamos, na Comissão de Saúde, que vamos tratar do tema aqui em Plenário. Estamos ouvindo também as demandas desta importante categoria que cuida da vida de todos nós no Estado do Paraná. Quero tratar da greve marcada para o dia 23, da educação. Professores e funcionários estão mobilizados. Hoje um encontro estadual reuniu muitos diretores e diretoras das escolas do Estado.

**Deputado Elton Welter (PT):** Permite-me um pequeno aparte, Deputado Lemos?

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Já na sequência, Deputado Welter. ...Diretores reunidos de todas as regiões do Estado, escreveram uma carta ao Governador e ao Secretário de Estado da Educação, e hoje, no início da tarde, pude acompanhá-los na entrega dessa carta. Uma carta que cobra, Deputado Welter, aquilo que é óbvio. Sem as condições mínimas para a escola funcionar, ela funciona precariamente e a aprendizagem é comprometida. É preciso cuidar da carreira do professor e do funcionário; é preciso cuidar do salário; é preciso cuidar das condições de trabalho; é preciso cuidar da estrutura física das escolas. Em Nova Aurora, por exemplo, visitei na semana passada o Colégio Machado de Assis. A Diretora Izabel, que também estava na reunião hoje, mostrou a escola construída em 1968, que nunca recebeu, por parte do Estado, nenhuma reforma, tem salas em que chove dentro! Está aguardando investimento naquela escola, mas não é só isto. Tem três



laboratórios e nenhum está funcionando, porque está faltando laboratorista. Para piorar, uma funcionária de escola, que é contratada pelo regime geral do Estado, que é o Quadro Geral, o QPPE, foi transferida, mas ela atua na educação faz muito tempo; temos vários servidores da educação que são do quadro próprio do Poder Executivo. Estão tirando, deixando a escola, que já está com falta de funcionários, mais precária ainda. Então, esta carta foi entregue hoje, no começo da tarde, ao novo Secretário Paulo Schmidt. Queremos que o Governo, além de atender às demandas levadas pela APP e pelos diretores, também atenda às demandas da pauta de reivindicação, já entregue ao Governo, para que as nossas escolas não tenham que suspender as aulas no dia 23 de abril. Por decisão unânime de assembleia geral da categoria, está aprovada a greve geral por tempo indeterminado. Só o Governo pode evitar essa greve neste momento, respondendo "sim" àquelas reivindicações que são essenciais, que não dá para deixar para o ano que vem, não dá para deixar para o segundo semestre; têm que ser atendidas no primeiro semestre. Então, neste sentido fazemos um apelo. Quero dizer que temos procurado o Governo há tempo e queremos que o Governo, em tempo, possa responder "sim", para que possamos evitar essa greve, que evidentemente trará impacto na educação e na vida de todos nós paranaenses. Para finalizar, quero destacar a Audiência Pública que tivemos junto com o Deputado Welter e demais Deputados na região oeste com o DNIT, quando o DNIT confirmou que nos próximos 60 dias estará fazendo licitação para a duplicação entre Toledo e Marçal Cândido Rondon; uma obra que deve ficar em aproximadamente 250 milhões, e 460 milhões entre Cascavel e Realeza, passando por Capitão Leônidas Marques. Ali são 89 quilômetros, duplicando inclusive o contorno oeste, que contorna a cidade de Cascavel, com 14 viadutos, com 11 trincheiras, com sete passarelas, então, obra importante já colocada no... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): V. Exa. tem o tempo para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): ...Obra importante para o Paraná e para o Brasil, já inserida no PAC em 2002, em 2012. Está já separado um recurso para esta obra, saindo então a licitação. Queremos que ainda neste ano, em 2014, essa obra tenha início, para que possamos melhorar a nossa região oeste em infraestrutura e evitar mais mortes, como temos tido nessa rodovia 163, que corta o Paraná, rodovia que era estadual, há três anos foi federalizada e agora receberá esse investimento importante do Governo Federal. Quero cumprimentar e agradecer muito a Senadora Gleisi, pelo trabalho que fez como Ministra, aceitando o desafio de incluir no PAC essa importante rodovia 163. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Obrigado, Deputado Professor Lemos. Agora vamos ter o último orador, que é o Deputado Traiano. Antes vamos zerar o painel e pedir as Sras. e aos Srs. Deputados que registrem a presença. Por gentileza, zerar o painel. Zerado o painel, vamos registrar a presença. Todos. Deputado Traiano? Agora que eu vi, V. Exa. chegou aqui. Então vou passar a Presidência a V. Exa., para me substituir aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Peço aos Srs. Deputados que registrem as suas devidas presenças, senão vai cair a Sessão. Encerrado o horário do Expediente, passamos à Ordem do Dia.

#### ORDEM DO DIA:

Projetos que necessitam de apoioamento.

Projeto de Resolução: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Protocolo nº 1.655/2014 (autuado sob o nº 6/2014), dos Deputados Pedro Lupion, Presidente, e Pastor Edson Praczyk, Relator da Comissão Especial, que aprova o Relatório Final da Comissão Especial para Análise de Mudanças no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Protocolo nº 1.645/2014 (autuado sob o nº 164/2014), do Deputado Dr. Batista, propondo a inserção na grade curricular da disciplina de Educação Moral e Cívica no ensino fundamental e médio; Protocolo nº 1.646/2014 (autuado sob o nº 165/2014), do Deputado Dr. Batista, que dispõe sobre a obrigatoriedade da construção de sistema de transposição, escada para desova de peixes nas hidrelétricas a serem construídas no Estado do Paraná.

(Em seguida, iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Após a verificação do quórum necessário, procedeu-se à votação por meio do painel eletrônico, conforme relatório anexo. Manifestações sem revisão dos oradores. Presidente sem voto.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Do Item 1 ao Item 4 receberam emendas e retornam à CCJ.

ITEM 1 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 103/2014, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, Andre Bueno, Anibelli Neto, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 9.505, de 28.12.1990, que declarou entidade de utilidade pública, devido à alteração no nome da entidade. Com parecer favorável da CCJ. Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário nº 1, protocolada sob o nº 1.661/2014, dos Deputados Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Andre Bueno, visando alterar o teor do art. 1º. O projeto retorna à CCJ.

ITEM 2 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 105/2014, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, Andre Bueno, Anibelli Neto, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 6.797, de 21.6.1976, que declarou entidade de utilidade pública, devido à alteração no nome da entidade. Com parecer favorável da CCJ. Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário nº 1, protocolada sob o nº 1.662/2014, dos Deputados Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Andre Bueno, visando alterar o teor do art. 1º. O projeto retorna à CCJ.

ITEM 3 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 106/2014, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, Andre Bueno, Anibelli Neto, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 7.140, de 11.5.1979, que declarou entidade de utilidade pública, devido à alteração no nome da entidade. Com parecer favorável da CCJ. Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário nº 1, protocolada sob o nº 1.663/2014, dos Deputados Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri,

Tercílio Turini e Andre Bueno, visando alterar o teor do art. 1º. O projeto retorna à CCJ.

ITEM 4 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 107/2014, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, Andre Bueno, Anibelli Neto, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 7.243, de 24.10.1979, que declarou entidade de utilidade pública, devido à alteração no nome da entidade. Com parecer favorável da CCJ. Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário nº 1, protocolada sob o nº 1.664/2014, dos Deputados Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Andre Bueno, visando alterar o teor do art. 1º. O projeto retorna à CCJ.

ITEM 5 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 122/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 7/2014, que dá nova redação ao art. 8º da Lei nº 17.639, de 31.7.2013, que dispõe sobre o Programa Luz Fraterna. Com pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças. Em discussão. Em votação. Srs. Deputados favoráveis "sim", contrários "não". Votos concluídos. Encerrada a votação. [Votaram "sim": Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elton Welter, Evandro Junior, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Chelida, Maria Tureck, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paranhos, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Roberto Acioli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer e Waldyr Pugliesi (39 Deputados). Não votaram: Ariagão Junior, Caio Quintana, Duílio Genari, Elton Rusch, Enio Verri, Felipe Lucas, Gilberto Ribeiro, Hermas Brandão Jr., Mauro Moraes, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Valdir Rossoni e Wilson Quinteiro (15 Deputados)]. Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário está aprovado o Projeto de Lei nº 122/2014.

ITEM 6 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 142/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 11/2014, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao BNDES, para financiamento do Projeto de Investimentos para o Desenvolvimento do Paraná. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Comissão de Orçamento. Regime de urgência. Em discussão. Votando. Votos concluídos. Encerrada a votação. [Votaram "sim": Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elton Rusch, Elton Welter, Evandro Junior, Felipe Lucas, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Chelida, Maria Tureck, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Roberto Acioli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer e Waldyr Pugliesi (42 Deputados). Não votaram: Ariagão Junior, Caio Quintana, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Enio Verri, Hermas Brandão Jr., Mauro Moraes, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Valdir Rossoni e Wilson Quinteiro (12 Deputados)]. Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário está aprovado o Projeto de Lei nº 142/2014.

ITEM 7 - 2ª Discussão do Projeto de Resolução nº 2/2014, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de novembro de 2013. Com parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em votação. Votos concluídos. Encerrada a votação. [Votaram "sim": Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elton Rusch, Elton Welter, Evandro Junior, Felipe Lucas, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Chelida, Maria Tureck, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Ney Leprevost, Paranhos, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Roberto Acioli, Rose "Litro", Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer e Waldyr Pugliesi (38 Deputados). Não votaram: Andre Bueno, Anibelli Neto, Ariagão Junior, Caio Quintana, Duílio Genari, Enio Verri, Hermas Brandão Jr., Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Rasca Rodrigues, Stephanes Junior, Valdir Rossoni e Wilson Quinteiro (16 Deputados)]. Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário está aprovado o Projeto de Resolução nº 2/2014.

Há Requerimento nº 1.657/2014, do Deputado Ademar Traiano, Líder do Governo, e Elton Welter, Líder da Oposição, solicitando votação em bloco das Proposições nºs 108, 109, 110 e 111/2014, Itens 8 a 11, em 1ª Discussão da presente Ordem do Dia, pela similitude da matéria. Aprovado o requerimento e encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.

(Conforme Requerimento nº 1.657/2014, aprovado nesta Sessão, ocorreu a votação em bloco dos Itens 8 a 11.)

ITEM 8 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 108/2014, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, Andre Bueno, Anibelli Neto, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 16.144, de 6.7.2009, que declarou entidade de utilidade pública, devido à alteração no nome da entidade. Com parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 109/2014, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, Andre Bueno, Anibelli Neto, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 15.649, de 2.10.2007, que declarou entidade de utilidade pública, devido à alteração no nome da entidade. Com parecer favorável da CCJ.

ITEM 10 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 110/2014, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, Andre Bueno, Anibelli Neto, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 9.614, de 5.6.1991, que declarou entidade de utilidade pública, devido à alteração no nome da entidade. Com parecer favorável da CCJ.

**ITEM 11 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 111/2014**, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, Andre Bueno, Anibelli Neto, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 9.797, de 12.11.1991, que declarou entidade de utilidade pública, devido à alteração no nome da entidade. Com parecer favorável da CCI. Estão em discussão os projetos. Em votação. Encerrada a votação. [Votaram "sim": Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Cleiton Kiese, Dr. Batista, Elton Rusch, Elton Welter, Evandro Junior, Felipe Lucas, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marla Tureck, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Ney Leprevost, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Roberto Acioli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer e Waldyr Pugliesi (40 Deputados). Não votaram: Andre Bueno, Ariagão Junior, Caio Quintana, Douglas Fabrício, Dullio Genari, Enio Verri, Hermas Brandão Jr., Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Valdir Rossoni e Wilson Quinteiro (14 Deputados)]. Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário estão aprovados os Projetos de Lei nºs 108, 109, 110 e 111/2014.

**ITEM 12 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 143/2014**, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, que institui o ano de 2014 como o Ano do Centenário da Primeira Igreja Batista de Curitiba. Com parecer favorável da CCI. Em votação. Votos concluídos. Encerrada a votação. [Votaram "sim": Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Dr. Batista, Elton Rusch, Evandro Junior, Felipe Lucas, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marla Tureck, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Luersen, Ney Leprevost, Pedro Lupion, Plauto Miró, Rasca Rodrigues, Roberto Acioli, Rose "Litro", Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (35 Deputados). Não votaram: Andre Bueno, Anibelli Neto, Ariagão Junior, Caio Quintana, Cleiton Kiese, Douglas Fabrício, Dullio Genari, Elton Welter, Enio Verri, Hermas Brandão Jr., Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Professor Lemos, Stephanes Junior e Valdir Rossoni (19 Deputados)]. Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário está aprovado o Projeto de Lei nº 143/2014.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada, passou-se à votação dos requerimentos.)

**REQUERIMENTOS**

Requerimento nº 1.616/2014, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, com discussão adiada de Sessão anterior, solicitando regime de urgência na tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2014. Aprovado o requerimento e encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento nº 1.658/2014, do Deputado Péricles de Mello, solicitando envio de pedido de informações ao Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, com cópia ao Presidente da Câmara Municipal, sobre as devidas providências e os estudos realizados pelo Município para a legalização e regularização da progressão qualificada para atender aproximadamente 200 profissionais da Secretaria Municipal da Educação. Não cabem informações... (inaudível)

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): "Pela ordem".

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): "Pela ordem", Deputado Traiano.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Sr. Presidente, já vou reportar-me aos dois requerimentos do Deputado Péricles. Fico até surpreso por terem sido apresentados, porque o nosso Regimento Interno, em seu art. 134, diz o seguinte: "Os requerimentos de informações dirigidos a Secretários de Estado e outras autoridades somente poderão referir-se a fato relacionado com a matéria legislativa em trâmite, ou a fato sujeito à fiscalização da Assembleia Legislativa." Portanto, os dois requerimentos em tela, na verdade, não têm a menor condição de tramitar ou serem aprovados, em razão exatamente do que estabelece o art. 134 do Regimento Interno. E vou mais além: o art. 55 da Constituição do Estado do Paraná diz o seguinte: "A Mesa da Assembleia Legislativa poderá encaminhar pedidos escritos de informações aos Secretários de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no inciso XXXIII do art. 54." O que diz esse artigo? "Convocar, por si ou qualquer de suas Comissões, Secretários de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados ao Governo do Estado, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado." Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a solicitação do Deputado Péricles não tem a menor procedência, porque encaminhar ao Prefeito de São José dos Pinhais, que não tem nenhuma relação com esta Casa, e da mesma forma a um Secretário que já deixou o cargo, que é o então Secretário Flávio Arns, portanto, não há a menor possibilidade de aprovarmos e nem submetermos ao voto, porque o encaminhamento está irregular.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Acato a "questão de ordem" de V. Exa. Peço arquivamento dos requerimentos. Prejudicados; arquivados.

Requerimento nº 1.659/2014, do Deputado Péricles de Mello, solicitando envio de pedido de informações ao Secretário de Estado da Educação, para que indique os motivos pelos quais não teve início a segunda turma de Complementação de Estudos pelas Universidades Estaduais para alunos egressos do Programa de Capacitação para a Docência da Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - Vizivali. Prejudicado; arquivado.

Requerimento nº 1.667/2014, do Deputado Tadeu Veneri, com apoio dos Deputados Péricles de Mello, Elton Welter, Enio Verri e Luciana Rafagnin, solicitando envio de pedido de informações ao Secretário Estadual de Governo para que esclareça questionamentos referentes à operação para emissão de ações e aumento de capital da Companhia, autorizadas pela Lei nº 17.992/2014, conforme

específica. Aprovado o requerimento e encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Sr. Presidente, "pela ordem".

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): "Pela ordem", Deputado Traiano.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): V. Exa. já submeteu à apreciação o requerimento do Deputado Tadeu Veneri?

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Sim.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Eu só quero dizer...

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Já não cabe "questão de ordem". V. Exa. poderia ter encaminhado.

Requerimentos lidos, aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências: Requerimento nº 1.666/2014, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de redação final do Projeto de Lei nº 142/2014, que foi aprovado em 2ª Discussão e não sofreu emendas no curso de sua tramitação; Requerimento nº 1.647/2014, do Deputado Douglas Fabrício, para envio de voto de congratulações ao Sr. Djalma Candido de Godoy, por ser o primeiro funcionário da COAMO Agroindustrial Cooperativa a completar 40 anos de serviço; Requerimento nº 1.649/2014, do Deputado Mauro Moraes, Presidente da Comissão de Segurança Pública, solicitando pedido de menção honrosa às pessoas relacionadas no anexo do requerimento, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Segurança Pública do Paraná; Requerimento nº 1.650/2014, do Deputado Mauro Moraes, Presidente da Comissão de Segurança Pública, solicitando o registro de voto de congratulações e menção honrosa ao Efetivo do 6º e do 16º Batalhões da Polícia Militar, nomes relacionados no anexo do requerimento, pelos relevantes serviços prestados à Segurança Pública do Estado do Paraná; Requerimento nº 1.651/2014, do Deputado Wilson Quinteiro, para envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, encaminhando ofício do Vereador Wagner Antonio Ascencio, do Município de São Pedro do Ivaí, solicitando a liberação de recursos para aquisição de um aparelho eletrocardiográfico para o atendimento dos pacientes do Município; Requerimento nº 1.652/2014, do Deputado Wilson Quinteiro, para envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, encaminhando ofício do Vereador Edilson Martins de Melo, do Município de Alto Paraíso, solicitando a liberação de recursos para a aquisição de trator com cabine e um pulverizador para atender os pequenos e médios agricultores do Município; Requerimento nº 1.653/2014, do Deputado Wilson Quinteiro, para envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, encaminhando ofício do Vereador Edilson Martins de Melo, do Município de Alto do Paraíso, solicitando reformas na iluminação do Estádio Municipal Sebastião Gonçalves e no campo do bairro Santo Antonio; Requerimento nº 1.654/2014, do Deputado Wilson Quinteiro, para envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, encaminhando ofício do Vereador Edilson Martins de Melo, do Município de Alto do Paraíso, solicitando com a máxima urgência a liberação de uma ambulância com UTI para o atendimento dos pacientes do Município; Requerimento nº 1.648/2014, do Deputado Douglas Fabrício, solicitando ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública para que retomem o sistema de bônus pecuniário e de pontuação por merecimento aos policiais civis e militares pela apreensão de armas, instituído pela Lei nº 14.171/2003; Requerimento nº 1.665/2014, do Deputado Ademir Bier, solicitando envio de proposição ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, visando a estadualização da rodovia municipal que liga a sede do Município de Marechal Cândido Rondon ao Distrito de São Roque, numa extensão aproximada de 20 quilômetros.

Requerimentos com despacho do Presidente:

À Diretoria Legislativa para anotações: Requerimento nº 1.656/2014, dos Deputados Douglas Fabrício, Felipe Lucas e Tercílio Turini, solicitando a criação da Liderança do Partido Popular Socialista-PPS, indicando o Deputado Tercílio Turini como Líder.

Justificativas de ausência:

Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "c" do Regimento Interno (em decorrência de reunião na Secretaria do Tesouro Nacional em Brasília); Requerimento nº 1.644/2014, do Deputado Enio Verri, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 8 e 9.4.2014.

Deferido conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência); Requerimento nº 1.660/2014, do Deputado Mauro Moraes, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 2.4.2014.

Deputado Traiano, V. Exa. com a palavra.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Sr. Presidente, apenas ia dizer a V. Exa. e aos Srs. Deputados que fomos deixar aprovar o requerimento que já foi submetido ao voto e aprovado. Deixamos aprovar exatamente para mostrar que não temos nenhuma preocupação em relação à questão Sanepar e para dar transparência total aquilo que o Deputado Tadeu Veneri vem questionando nesta Casa, ou levantando como dívida em relação à Sanepar. Portanto, a aprovação teve esse objetivo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 9 de abril, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: 2ª Discussão dos Projetos e Lei nºs 108, 109, 110, 111 e 143/2014; 1ª Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 1/2014 e dos Projetos de Lei nºs 112, 113, 114, 129/2014, e do Projeto de Resolução nº 3/2014; Discussão Única do Veto nº 3/2014, apostado ao Projeto de Lei nº 653/2013. **"LEVANTA-SE A SESSÃO"**. (Sessão encerrada às 16h40min, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno.)



## Processo Legislativo

### Comissões Permanentes

17ª. LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
01 DE ABRIL DE 2014

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Exmo. Deputado: Nelson Justus (Presidente), Caio Quintana, Pedro Lupion, Fernando Scanavaca, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Tercílio Turini, Tadeu Veneri, Pastor Edson Praczyk e Péricles de Mello. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente sessão: 01- DUAS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 33/2014 - Mensagem nº 001/2014. Autor do Projeto: Poder Executivo. Autor da Emenda 1: Dep. Rascas Rodrigues. Autor da Emenda 2: Dep. Ademar Traiano. Dispõe sobre o Quadro Próprio das Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, conforme específica e adota outras providências. RELATOR: DEP. PEDRO LUPION. PARECER: Emenda 1: CONTRÁRIO- Aprovado. Subemenda 2: FAVORÁVEL - Aprovado. 02- PROJETO DE LEI 144/2014 - Mensagem nº 012/2014. Autor: Poder Executivo. Dispõe sobre a afetação de imóveis ao fundo de previdência, gerido pela Paraná Previdência, com autorização de utilização dos recursos previstos pelo Art. 30, Incisos II e III da lei nº 12.398, de 1998, com as alterações da lei nº 17.435, de 2012, para Edificações e da outras providências. RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 03- EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 315/2012 Autor do Projeto: Dep. Rascas Rodrigues. Autor da Emenda: Dep. Rascas Rodrigues. Cria o Rôculo Descarte Padrão e o Serviço de Informação sobre pontos de descarte de materiais recicláveis e dá outras providências. RELATOR: DEP. PEDRO LUPION. PARECER: FAVORÁVEL c/ Subemenda - Aprovado. 04- EMENDA DA COMISSÃO DA CULTURA AO PROJETO DE LEI 130/2013. Autor do Projeto: Dep. Professor Lemos. Institui a Semana Estadual de Luta pela Reforma Agrária e de Promoção da Cultura de Paz para a Resolução de Conflitos, a ser realizada anualmente, sempre na Semana do dia 17 de abril. RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA. PARECER: CONTRÁRIO- Aprovado. 05- PROJETO DE RESOLUÇÃO 001/2013. Autor: Dep. Wilson Quinteiro. Cria, no âmbito da Assembleia Legislativa do Paraná, a comissão da verdade do Paraná, para colaborar com a comissão nacional da verdade na apuração de graves violações dos direitos humanos, ocorridos no território do estado ou praticadas por agentes públicos estaduais, durante o período de 1946 até 1988. RELATOR: DEP. PEDRO LUPION. PARECER: CONTRÁRIO- Aprovado. 06- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 21/2013. Autor: Dep. Tercílio Turini. Acresce § 3º ao Artigo 24 da Lei Complementar nº 76 de 21 de dezembro de 1995. RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA. PARECER: ADIADO pelo Relator. 07- PROJETO DE LEI 365/2013. Autor: Dep. Wilson Quinteiro. Dispõe sobre o descarte ambientalmente adequado de filmes de radiografia usados. RELATOR: DEP. PERICLES DE MELLO. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Caio Quintana. 08- PROJETO DE LEI 587/2013. Autor: Dep. Ney Leprevost. Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização, em todo o território do Estado do Paraná, do teste da língua. RELATOR: TERCILIO TURINI. PARECER: CONTRÁRIO- Aprovado. 09- PROJETO DE LEI 855/2011. Autor: Dep. Rascas Rodrigues. Altera a Redação da Lei nº 14.037 de 20 de março de 2003, Código Estadual de Proteção aos Animais, conforme específica. RELATOR: NEREU MOURA. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 10- PROJETO DE LEI 592/2013. Autor: Dep. Péricles de Mello. Acrescenta os §§ 5º e 6º ao Art. 14 da Lei nº 11.713/97. RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK. PARECER: RETIRADO DE PAUTA a pedido do Autor. 11- PROJETO DE LEI 550/2013. Autor: Dep. Tercílio Turini. Dispõe sobre a preferência de contratação para empresas estatais do estado do Paraná nas licitações de serviços de telecomunicações. RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA. PARECER: RETIRADO DE PAUTA a pedido do Autor. QUESTÃO DE ORDEM: o Presidente Nelson Justus passou a presidência ao Dep. Caio Quintana que passou a conduzir os trabalhos. 12- PROJETO DE LEI 015/2013. Autor: Dep. Ney Leprevost. Regulamenta as normas de segurança em locais fechados com grande concentração simultânea de público. RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA. PARECER: ADIADO pelo Relator. 13- PROJETO DE LEI 471/2013. Autor: Dep. Lacianna Rafagnia. Concede Licença Paternidade de 15 dias consecutivos aos funcionários do quadro de Servidores do estado do Paraná, sem prejuízo da remuneração. RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI. PARECER: CONCEDIDO VISTA ao Dep. Péricles de Mello. 14- PROJETO DE LEI 116/2014. Autor: Dep. Gilberto Ribeiro. Dispõe sobre a obrigatoriedade das Escolas Públicas e Privadas do Estado do Paraná a exigir dos alunos, para a realização de qualquer exercício físico, a apresentação de atestado médico e outras providências. RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK. PARECER: ADIADO pelo Relator. 15- PROJETO DE LEI 12/2014. Autor: Dep. Caio Quintana. Altera dispositivos que especifica na Lei nº 15.946/2008, que acresceu e modificou a Lei nº 1943/1954 (Código da Polícia Militar do Paraná), e adota outras providências. RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 16- PROJETO DE LEI 600/2013. Autor: Dep. Evandro Junior. Obriga as Farmácias

do estado do Paraná, que participam do Programa Federal Farmácia Popular a afixarem em suas dependências a relação de remédios contemplados por esse programa. RELATOR: DEP. TERCILIO TURINI. PARECER: CONCEDIDO VISTA aos Deps. Ademar Traiano e Pastor Edson Praczyk. 17- PROJETO DE LEI 610/2013. Autor: Dep. Cantora Mara Lima. Proíbe a possibilidade de o professor de referência da turma assumir as aulas de educação física nas escolas públicas e privadas no âmbito do estado do Paraná. RELATOR: DEP. NEREU MOURA. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 18- PROJETO DE LEI 655/2013. Autor: Dep. Belinati. Estabelece que o Estado proverá os meios para que, progressivamente, seja oferecido horário integral aos(as) alunos(as) da educação infantil e ensino fundamental das Escolas da Rede Pública existentes no estado do Paraná, na forma que especifica. RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI. PARECER: CONTRÁRIO- Aprovado. 19- PROJETO DE LEI 738/2013. Autor: Dep. Gilberto Ribeiro. Altera a Redação do Caput do Art. 1º da Lei Estadual 14.425/04, estendendo o benefício previsto para os alunos portadores de Doenças Celíaca (Intolerância ao Glúten). RELATOR: DEP. TERCILIO TURINI. PARECER: BAIXA EM DILIGÊNCIA à Secretaria de Educação. 20- PROJETO DE LEI 51/2014. Autor: Dep. Gilberto Ribeiro. Estabelece Regras de Segurança aos Estabelecimentos Comerciais e Congêneres que disponham de áreas de lazer para o Público Infantil no âmbito do estado do Paraná. RELATOR: DEP. TADEU VENERI. PARECER: FAVORÁVEL - Aprovado. 21- PROJETO DE LEI 487/2013. Autor: Dep. Gilberto Ribeiro. Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilizar detectores de metais nos pontos de acesso em Escolas e Universidades no estado do Paraná. RELATOR: DEP. PEDRO LUPION. PARECER: CONTRÁRIO- Aprovado. 22- PROJETO DE LEI 477/2013. Autor: Dep. Paranhos. Veda o repasse de recursos do Estado para cumprimento de convênios com objeto de transporte escolar urbano ou rural, ao município que não promove a devida fiscalização das condições de uso e segurança dos veículos, na forma que especifica. RELATOR: ALEXANDRE CURI. PARECER: ADIADO pelo Relator. 23- PROJETO DE LEI 766 /2013. Autor: Dep. Pastor Edson Praczyk. Institui o "dia do obreiro universal", a ser comemorado anualmente no 3º domingo do mês de agosto, no Estado do Paraná. RELATOR: NEREU MOURA. PARECER: ADIADO pela ausência do Relator. 24- PROJETO DE LEI 759/2013. Autor: Dep. Tercílio Turini. Institui no calendário de eventos do Estado do Paraná a festa da uva Niagara, realizada anualmente no mês de dezembro, no município de Rosário do Ivaí. RELATOR: ALEXANDRE CURI. PARECER: FAVORÁVEL - Aprovado. 25- PROJETO DE LEI 143/2014. Autora: Dep. Cantora Mara Lima. Institui o ano de 2014 como o ano do Centenário da Primeira Igreja Batista de Curitiba. RELATOR: FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL - Aprovado. 26- PROJETO DE LEI 146/2014. Autora: Dep. Gilberto Martin. Institui no estado do Paraná Dia 15 de Dezembro, como o "Dia Estadual do Atrador Esportivo". RELATOR: ALEXANDRE CURI. PARECER: FAVORÁVEL - Aprovado. QUESTÃO DE ORDEM: O Presidente em exercício Dep. Caio Quintana, em cumprimento ao artigo 45, §3º, passou a presidência ao Dep. Pastor Edson Praczyk que passou a conduzir os trabalhos. 27- PROJETO DE LEI 127/2014. Autores: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Tercílio Turini e Dep. Anibelli Neto. Altera a Lei nº 12.104, de 6 de abril de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública. RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL c/ Emenda Modificativa - Aprovado. 28- PROJETO DE LEI 128/2014. Autores: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Tercílio Turini e Dep. Anibelli Neto. Altera a Lei nº 7.515, de 3 de novembro de 1986, de concessão de Título de Utilidade Pública. RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL c/ Emenda Modificativa - Aprovado. 29- PROJETO DE LEI 129/2014. Autores: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Tercílio Turini e Dep. Anibelli Neto. Altera a Lei nº 6.855, de 27 de dezembro de 1976, de concessão de Título de Utilidade Pública. RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL c/ Emenda Modificativa - Aprovado. 30- PROJETO DE LEI 130/2014. Autores: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Tercílio Turini e Dep. Anibelli Neto. Altera a Lei nº 9.808, de 25 de novembro de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública. RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL c/ Emenda Modificativa - Aprovado. 31- PROJETO DE LEI 131/2014. Autores: Dep. Caio Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Pedro Lupion e Dep. Cantora Mara Lima. Altera a Lei nº 14.119, de 18 de setembro de 2003, de concessão de Título de Utilidade Pública. RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL c/ Emenda Modificativa - Aprovado. 32- PROJETO DE LEI 137/2014. Autores: Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno, Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Tercílio Turini e Dep. Anibelli Neto. Altera a Lei nº 13.249, de 3 de agosto de 2001, de concessão de Título de Utilidade Pública. RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA. PARECER: FAVORÁVEL c/ Emenda Modificativa - Aprovado. Nada mais havendo a tratar e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim, Caline Favretto Gondim, Coordenadora desta Comissão.

Dep. Nelson Justus  
Presidente

Dep. Caio Quintana  
Presidente em exercício

Dep. Pastor Edson Praczyk  
Presidente em exercício

Caline Favretto Gondim  
Coordenador Mat. 6246



COMISSÃO DE REDAÇÃO  
4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura  
ATA DA  
15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson apresentou a redação final aos Projetos de Leis nºs 778/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Mara Lima, que altera a Lei nº 10.598, de 13 de dezembro de 1993, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 780/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Tadeu Veneri, Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 6.944, de 31 de outubro de 1977, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 781/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Mara Lima, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 9.680, de 5 de setembro de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 782/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Mara Lima, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 10.503, de 26 de outubro de 1993, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 783/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Mara Lima, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 12.780, de 17 de dezembro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 784/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Mara Lima, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 8.430, de 12 de dezembro de 1986, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 785/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Mara Lima, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 12.366, de 23 de dezembro de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 786/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Mara Lima, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 13.370, de 6 de dezembro de 2001, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 787/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Mara Lima, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 7.902, de 6 de agosto de 1984, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 788/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Mara Lima, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 12.472, de 20 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Resolução nº 1/2014, de autoria da Comissão Executiva, que denomina Espaço Afonso Camargo a sala de entrada do Edifício Tancredo Neves. Colocadas em votação, todas as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURTI  
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO  
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura  
ATA DA  
16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson apresentou a redação final aos Projetos de Leis nºs 46/13, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que torna obrigatória a prestação de assistência odontológica aos pacientes em hospitais gerais; Projeto de Lei nº 749/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 12.534, de 25 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 750/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 12.422, de 13 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 751/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 11.443, de 20 de junho de 1996, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 752/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 12.263, de 12 de agosto de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 753/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 10.026, de 7 de julho de 1992, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 754/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 12.263, de 12 de agosto de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 755/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 13.175, de 25 de junho de 2001, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 756/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 12.028, de 30 de janeiro de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 757/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 11.401, de 30 de maio de 1996, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Lei nº 758/13, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Anibelli Neto, André Bueno, Tadeu Veneri, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 9.014, de 13 de junho de 1989, de concessão de Título de Utilidade Pública; Projeto de Decreto Legislativo nº 3/2013, de autoria dos Deputados Plauto Miró e Valdir Rossoni, que dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis; Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2013, de autoria dos Deputados Plauto Miró e Valdir Rossoni, que dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis; Projeto de Decreto Legislativo nº 5/2013, de autoria dos Deputados Plauto Miró e Valdir Rossoni, que dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis. Colocadas em votação, todas as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURTI  
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO  
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura  
ATA DA  
17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson apresentou a redação final ao Projeto de Lei nº 763/13, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a convocação de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição para integrar equipes de trabalho, forças tarefas, comissões, correições e inspeções, bem como para atuar como servidor auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça, conforme especifica e adota outras providências. Colocada em votação, a Redação Final foi aprovada, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURTI  
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO  
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura  
ATA DA  
18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson apresentou a redação final aos Projetos de Leis nºs 53/2014, de autoria do Poder Executivo, de nova redação ao art. 1º da Lei nº 16.877, de 26 de julho de 2011, que autorizou o Poder Executivo a efetuar permuta de imóvel com o Município de Ponta Grossa; Projeto de Lei nº 33/2014, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, conforme especifica e adota outras providências. Colocadas em votação, as Redações Finais foram aprovadas, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão.

ALEXANDRE CURTI  
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO  
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura  
ATA DA  
19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Pastor Edson apresentou a redação final do Projeto de Lei nº 596/13, de autoria do Deputado Terefio Turini, que denomina Nassib Jabur o viaduto localizado na Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, no cruzamento com a Avenida Madre Leônia Milito, no Município de Londrina. Colocada em votação, a Redação Final foi aprovada, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Rebello, Secretário da Comissão

ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE

MARCELO REBELLO  
SECRETÁRIO

32747/2014



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2013

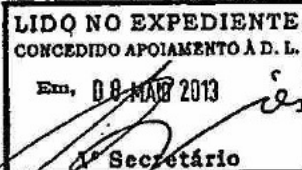


COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO DOS LEITOS DO SUS

Ofício nº 171/2013-CEF-SUS

Curitiba, 06 de maio de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente.



Na condição de Presidente da CEF-SUS - Comissão Especial de Fiscalização dos Leitos do SUS, tenho a honra de comparecer perante Vossa Excelência, para formalmente proceder a entrega do RELATÓRIO FINAL aprovado pelos Deputados membros da CEF-SUS, constante em anexo.

Sendo só para o momento, reiteramos nossos protestos de elevadíssima estima e consideração.

DEPUTADO PARANHOS  
PRESIDENTE DA CEF-SUS

Excelentíssimo Senhor Deputado  
VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Neste Edifício.

Anote-se e encaminhe-se  
Para Providências  
OL, 9/5/13

*[Handwritten signature]*

1434 08/05/2013 08:39:53 UF ASSUNTO: LUIZ ROSSONI DO 13346



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
2013



CEF-SUS  
COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO DOS LEITOS DO SUS

**RELATÓRIO FINAL**  
**PARTE I**

MAI/2013





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2013



COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO DOS LEITOS DO SUS

RELATÓRIO FINAL  
PARTE I

INTRODUÇÃO.

O presente documento objetiva apresentar os resultados dos trabalhos desenvolvidos por esta Comissão Parlamentar, especialmente formada pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para cumprir as seguintes missões:

- a. fiscalização da distribuição de leitos do SUS e da gestão dos contratos havidos entre o Sistema Único de Saúde e unidades hospitalares do Paraná, bem como acompanhamento da instalação da Central Reguladora de Leitos *On Line*, proposta aprovada nas conclusões da CPI dos Leitos do SUS;
- b. fiscalização do cumprimento dos Pactos, Acordos e Termos de Ajustamento de Conduta, promovidos ou impostos pelas conclusões e encaminhamentos da CPI dos Leitos do SUS, refazendo visitas nas unidades hospitalares, para verificação das atitudes saneadoras realizadas, após os apontamentos da CPI.

Importante se faz identificar a amplitude da missão a ser cumprida; visto que a CPI dos Leitos do SUS ultimada no ano de 2011, foi e ainda é, o maior e mais completo Relatório de Comissão Parlamentar de Inquérito já produzido no âmbito do Estado do Paraná, senão for o maior do território nacional, cujos resultados atingiram diretamente além da administração pública de saúde, também os usuários do Sistema Único de Saúde.

Constatada a dimensão da missão e os objetivos, entende-se o porque do requerimento que solicitou a constituição da CEF-SUS, prever um prazo de duração para a Comissão, até findar a 17ª legislatura, pois tão grande é o espectro, que se necessita de longo espaço de tempo, de equipe e



equipamentos, para obtenção de resultado que satisfaça o que foi determinado pela unanimidade do Plenário.

Para se ter noção do contexto a ser fiscalizado, temos que conhecer objetiva e primeiramente, a atuação da CPI clicando no link abaixo, ou dele se utilizando para acessar o resumo dos trabalhos desenvolvidos: (cu + clique para seguir o link)

[http://www.alep.pr.gov.br/CPI/RELATORIO\\_FINAL/10.%20Video%20Instituicao%20dos%20Trabalhos%20da%20CPI/index.php](http://www.alep.pr.gov.br/CPI/RELATORIO_FINAL/10.%20Video%20Instituicao%20dos%20Trabalhos%20da%20CPI/index.php)

Conhecida a atuação dos parlamentares, veja abaixo as Conclusões da CPI dos Leitos do SUS, que passamos *ipsis literis*, a expor:

#### 7. Das Conclusões.

#### DAS CONCLUSÕES GERAIS PARA TODO O ESTADO DO PARANÁ

##### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*Todos os dados constantes das conclusões abaixo expostas, estão fundamentados nas diligências relatadas no item 5 deste relatório, consubstanciados em documentos e informações recepcionadas pelo Banco de Dados da CPI, todos digitalizados e constantes do item 6, e refletem a situação do momento das diligências, sendo que muitas irregularidades apontadas pela CPI, podem ter suas resoluções já em andamento.*

#### O QUE PENSAM OS GESTORES PÚBLICOS DE SAÚDE NO ESTADO DO PARANÁ

*Pesquisas recentes mostram que a pressão dos usuários sobre as portas de urgência é invariavelmente a principal causa de insatisfação dentro do sistema de saúde do Paraná. Em todas as regiões de saúde existem serviços hospitalares de referência, contudo esses hospitais não conseguem absorver toda a demanda por atendimentos mais complexos.*

*Apesar de o Estado dispor de 454 hospitais públicos, filantrópicos e privados, que atendem ao SUS, e ofertam 22.710 leitos hospitalares, há falta de leitos resolutivos, com equipes especializadas e qualificadas para atender e resolver adequadamente problemas de saúde mais complexos, como são os casos do trauma maior, e as emergências clínicas (infarto agudo do miocárdio e acidente vascular encefálico, principalmente), assim como há falta de leitos de UTI e leitos clínicos e cirúrgicos resolutivos em quase todas as regiões de saúde.*

*Há um grande quantitativo de hospitais de pequeno porte, (332 com menos de 50 leitos), que em geral tem baixa capacidade resolutiva, pela insuficiência da escala adequada, poucos recursos humanos especializados e baixa agregação tecnológica. Do total dos hospitais do Paraná que atendem SUS apenas 49 tem mais de 100 leitos, que representam 11%.*

*A análise dos dados referentes ao quadro de internações hospitalares no Brasil, em 2010, coloca o Paraná como o Estado da federação com o maior percentual de internações hospitalares pagas no período, bem como o maior valor per capita de gastos hospitalares no Brasil.*

*Apesar do expressivo número de internações realizadas no ano de 2010 verifica-se, que 23,7% do total de internações foram por condições sensíveis a atenção ambulatorial, portanto são internações que poderiam ser evitadas com uma boa atenção primária.*

*Estudo realizado em 2009, pela SESA demonstra que em algumas regiões de saúde do Estado este percentual atinge o limite de 42,14% na 21ª RS e 39,41 %*

na 22ª RS. Isto mostra um significativo número de internações que poderiam ser evitadas desde que tivéssemos uma atenção primária a saúde qualificada nos municípios paranaenses.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é de que apesar do percentual de internações no Paraná de 7,67% da população/ano, próximo do limite recomendável, vários municípios extrapolam em muito este teto atingindo um percentual de até 17%.

De um total de 800.660 internações hospitalares realizadas em 2010 no Paraná, foram realizadas 458.126 em municípios que estão sob gestão estadual e 342.634 correspondem a internações de municípios que assumiram a gestão dos prestadores, conforme disposto no Termo de Compromisso de Gestão previsto no Pacto pela Saúde.

Número de Internações por modalidade de Gestão e complexidade do atendimento - Paraná/2010

Gestão	Média complexidade	% do total do Estado	Alta Complexidade	% do total do Estado	Total
Estadual	308.646	41	33.888	62	342.634
Municipal	308.646	41	33.888	62	342.634

Fonte: DATASUS/MS

Gasto Hospitalar por modalidade de gestão e complexidade do atendimento Paraná/2010

Gestão	Média complexidade	% do total do Estado	Alta Complexidade	% do total do Estado	Total
Estadual	275.983.611	47	151.933.200	57	427.916.811
Municipal	275.983.611	47	151.933.200	57	427.916.811

Fonte: DATASUS/MS

A Secretaria de Estado da Saúde do Paraná tem sob sua gestão 331 hospitais no Paraná que realizam em média 38.250 internações por mês, essas internações tem um custo de cerca de R\$ 37 milhões mensais, e são realizadas cerca de 3.628.095 procedimentos ambulatoriais e especializados (consultas, exames de apoio diagnóstico e procedimentos terapêuticos) com um gasto médio mensal de R\$ 20 milhões.

Todo este contexto evidencia a existência no Paraná de um modelo centrado na assistência hospitalar, desarticulada da atenção primária a saúde e desprovida de um sistema regulador.

O Paraná tem 399 municípios que devem se apoiar mutuamente na oferta de serviços de saúde. A atenção secundária e terciária está localizada em municípios de maior porte populacional, os municípios polos das 22 regiões de saúde do estado, onde há maior agregação tecnológica e especialização de recursos humanos na prestação de serviços de saúde.

Nas últimas anos o governo do Paraná não investiu em um sistema informatizado de regulação para que a Secretaria de Saúde pudesse regular a oferta de serviços, os fluxos de acesso aos serviços de saúde são assistemáticos, usuários perambulando em busca de assistência, com grandes deslocamentos para conseguir atendimento. Não há sistema de regulação da porta de entrada do prestador, tampouco dos recursos assistenciais disponíveis ao SUS. O acesso aos serviços muitas vezes é definido em razão de questões financeiras ou de interesse do profissional em detrimento das necessidades do cidadão.

As informações disponíveis sobre as reais necessidades assistenciais são insuficientes, em razão da ausência de um sistema que permita o agendamento e a busca de serviços, e o controle dos atendimentos realizados, e os que não foram agendados por problemas da oferta insuficiente, tampouco há mecanismos de priorização de casos mais graves.

**O QUE RECOMENDAM OS GESTORES PÚBLICOS DA SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ**

1. *Acatar a sugestão da CPI dos Leitos do SUS de implantar na Secretaria de Estado da Saúde um sistema informatizado de regulação assistencial, para melhorar o controle e o acesso dos usuários aos serviços de saúde, em tempo oportuno, com enfoque na regulação dos leitos;*
2. *Capacitar as equipes de atenção primária nos municípios para melhorar o atendimento nas unidades básicas de saúde;*
3. *Capacitar às equipes profissionais que atuam nas áreas de urgência e emergência e atenção materno infantil dos hospitais de referência para esse tipo de atendimento;*
4. *Estabelecer protocolos de atendimento nas situações de urgência e emergência com enfoque especial ao trauma e emergências clínicas, para garantir atendimento adequado em todos os hospitais que são retaguardas para os atendimentos de urgência e emergência;*
5. *Implantar a classificação de risco em todos os hospitais que atendem SUS, de forma que os atendimentos sejam realizados pela gravidade do caso e não por ordem de chegada ao hospital;*
6. *Investir em melhoria das estruturas físicas e de equipamentos dos hospitais para ampliação do número de leitos de UTI adulto, neonatal e pediátrica;*
7. *Ampliar a capacidade resolutive dos diferentes serviços hospitalares, permitindo fluxo assistencial ágil para todos os pacientes, incluindo: leitos equipados em Unidades de Emergência, Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico, Salas Cirúrgicas e Leitos de Terapia Intensiva;*
8. *Implantar unidades de pronto atendimento nos municípios, de acordo com tempo resposta, conformando a rede de urgências e emergências do estado, de modo que todo cidadão tenha acesso a um serviço de urgência, na menor distância e tempo possíveis.*

**DAS CONCLUSÕES DA CPI DOS LEITOS DO SUS**

**7.1. SUPERLOTACÃO EM ALGUNS HOSPITAIS E SOBRA DE LEITOS EM OUTROS ADJACENTES**

**CAUSA:**

- *Má gestão do sistema de distribuição de leitos;*
- *Comunicação precária entre Centrais de Regulação de Leitos e Hospitais;*

**CONCLUSÃO:**

- *Necessidade de Instituição de Central de Regulação de Leitos Estadual on line, disponibilizando em tempo real, a informação de ocupação, a todas as unidades de saúde e à população em geral, assim como aos órgãos públicos de fiscalização, contendo a Central Estadual e cada Central Regional pelo menos um profissional médico para avaliação das complexidades e prioridades nas internações. (com fiscalização regional e municipal). (proposta da CPI acatada pela SESA)*

**7.2. NÃO FALTAM LEITOS DO SUS NO ESTADO DO PARANÁ, PORÉM EXISTEM LEITOS DESATIVADOS SEM CONTRATUALIZAÇÃO PELO SUS (ENFERMARIAS EQUIPADAS) E LEITOS INATIVOS, QUE CONTRATUALIZADOS ESTES PELO SUS, MELHORARIAM O ATENDIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ**





**CAUSAS:**

- Má gestão;
- Falta de destinação de recursos para operacionalização de leitos desativados ou inativos;
- Falta de destinação de recursos para operacionalização de salas cirúrgicas e de UTIs inativas;
- Falta de vagas de UTIs neonatal e infantil.

**CONCLUSÃO:**

- Necessidade de contratualização pelo SUS dos leitos instalados, que constam como desativados;
- Ativação dos leitos inativos contratualizados pelo SUS, por meio de melhor gestão da regulação de distribuição de leitos, destinando pacientes a estes leitos inativos;
- Instituição de Programa para Recapturação dos Leitos Distraindos nos últimos 4 anos junto a rede privada, como previsão de crescimento da demanda vegetativa. (Paraná perdeu mais de 1.500 leitos nos últimos 4 anos, segundo dados da pesquisa de assistência médica sanitária do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

<http://www.gazetamarinha.com.br/online/contendo.php?tit=1&id=1069727&tit=Parana-perde-15-mil-leitos-de-internacao-em-4-anos>

**7.3. CONFLITO ENTRE ESTADO E MUNICÍPIOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS.**

**CAUSAS:**

- Municípios desviam o atendimento de porta de entrada, em especial na área de ortopedia;

**CONCLUSÃO:**

- Em caráter de urgência o Estado deve promover, a princípio, a reunião da Comissão Bipartite, e a posterior, Tripartite, visando buscar a implantação de nova repactuação dos fluxos de atendimento;
- Instituição de novo Plano Diretor de Regionalização, e nova contratualização geral dos serviços do SUS, com imposição de metas, antecipando as diretrizes impostas pelo decreto federal nº 7508/2011 de 28 de junho de 2011.

**7.4. NECESSIDADE DE IMPOSIÇÃO EMERGENCIAL DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA AOS HOSPITAIS CONVENIADOS.**

**CAUSAS:**

- Superlotação;
- Priorização de interesses locais, com desatenção ao Princípio da Universalidade de Atendimento do SUS;
- Muitos Municípios desviam a porta de entrada nas áreas de maior fluxo e despesa, para operacionalização nas unidades de responsabilidade do Estado (Hospitais Universitários e Regionais);
- Falta de humanização nos procedimentos;
- Descumprimento das determinações indicadas pelas fiscalizações da Vigilância Sanitária, sem penalização dos Gestores Hospitalares omissos.



**CONCLUSÃO:**

- Necessidade de integração do sistema aos interesses globais do Estado, e não regionais ou locais, por meio da imposição de Termos de Ajustamento de Conduta, determinando prazos e sanções legais e administrativas aos gestores responsáveis pelos serviços, objetivando solução às causas dos problemas.

**7.5. EXCESSO DE FUNCIONÁRIOS EM TODOS OS HOSPITAIS PÚBLICOS QUANDO COMPARADOS COM HOSPITAIS PRIVADOS. SE OBSERVADA A RELAÇÃO FUNCIONÁRIOS-SERVIDOR-EMPREGADO/LEITO.**

**CAUSA:**

- Má gestão;

**CONCLUSÃO:**

- Necessidade de auditoria operacional do Estado visando identificar, em cada unidade pública, as áreas com excesso de pessoal e áreas carentes de recursos humanos, visando remanejamento, concurso público, além da verificação dos recursos destinados à saúde.

**7.6. NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DA FIGURA DO MÉDICO HOSPITALISTA PERMANENTE DENTRO DO HOSPITAL PARA RECEPÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS PACIENTES DENTRE AS ESPECIALIDADES COM ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS ATÉ A ALTA HOSPITALAR, VISANDO A MELHORIA DO VÍNCULO DO MÉDICO COM O HOSPITAL E MELHORIA DOS INDICADORES DE RESOLUTIBILIDADE.**

**7.7. OBRIGATORIEDADE DE ESPECIALIZAÇÃO COMPROVADA EM ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR PARA NOMEAÇÃO EM CARGOS DE DIREÇÃO GERAL, SUPERINTENDÊNCIA E GERENTES DAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS DAS UNIDADES HOSPITALARES.**

**7.8. OBRIGATORIEDADE DE PARTICIPAÇÃO DO CORPO CLÍNICO EM CURSOS BIANUAIS DE HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (INCLUSO ALUNOS DAS UNIVERSIDADES). INCLUA-SE NESTE ROL OS FUNCIONÁRIOS/SERVIDORES/EMPREGADOS, QUE ALÉM DOS CURSOS DE HUMANIZAÇÃO, NECESSITAM DE INTEGRAL APOIO À SUA SAÚDE FÍSICA E MENTAL, ESPECIALMENTE PSICOLÓGICA, ESTENDENDO TAMBÉM ASSISTÊNCIA SOCIAL A REMUNERAÇÃO DO SETOR DE ENFERMAGEM, DEVE MERECER ATENÇÃO ESPECIAL A FIM DE QUE O PROFISSIONAL NÃO NECESSITE DE OUTROS EMPREGOS PARA COMPLEMENTARIZAR SUA RENDA, SITUAÇÃO PREJUDICIAL À QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**



7.9. OBRIGATORIEDADE DE CAMPANHAS EDUCATIVAS VISANDO A IMEDIATA REDUÇÃO DE PACIENTES VÍTIMAS DE TRAUMAS OCASIONADOS PELO TRÂNSITO, ESPECIALMENTE MOTOCICLOS, COLISÕES DE VEÍCULOS E ATROPELAMENTOS, E TAMBÉM NAS HIPÓTESES DE USO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E DROGAS, CAUSAS DE SUPERLOTACÃO DE HOSPITAIS.

7.10. NECESSIDADE DE CAMPANHAS DE DIVULGAÇÃO DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DO SUS E OBRIGATORIEDADE DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI ESTADUAL Nº 16.760/2010, (DIVULGAÇÃO DO NÚMERO DE LEITOS VAGOS EM CADA UNIDADE DE SAÚDE).

7.11. INOPERÂNCIA DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE, TANTO DA UNIÃO, COMO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS.

- DENASUS – departamento Nacional de Auditoria do SUS no Paraná encontra-se desparelhado, sem funcionários auditores, não cumprindo com sua função, sem autonomia dependendo de ordem da esfera federal para atuar – última auditoria apresentada à CPI, feita em 2007;
- Necessidade urgente de atualização das auditorias do Tribunal de Contas do Estado em todas as unidades de saúde conveniadas;
- Conselho Estadual e Municipais de Saúde não encontram ressonância nos órgãos de fiscalização e de representação judicial;
- Falta de isenção de alguns Conselhos Municipais de Saúde vinculados à administração municipal e a Hospitais em detrimento da função fiscalizadora;
- Falta de atuação do Ministério Público junto a algumas unidades de saúde superlotadas;
- Morosidade processual das ações do Judiciário, principalmente nos casos de corrupção e omissão dos Gestores Hospitalares;
- Falta de norma interna corporis impondo obrigações de fiscalização à Comissão de Saúde Pública da Assembleia Legislativa e da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional;
- Necessidade da instituição da Frente Parlamentar de Fiscalização dos Leitos do SUS no âmbito do Paraná, para continuidade dos trabalhos fiscalizatórios e diligências desta CPI.

7.12. BAIXO VALOR DAS AIHs – AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR, NOS PROCEDIMENTOS DE BAIXA E MÉDIA COMPLEXIDADE. NECESSIDADE DE REVISÃO DO TETO FINANCEIRO DE ALGUMAS UNIDADES, QUE CUMPREM COM A OBRIGATORIEDADE DO ATENDIMENTO, COM CUSTO SUPERIOR A ESTE. NECESSIDADE DE REAJUSTE DA TABELA SUS, PARA PAGAMENTO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E DE MÉDICOS. VISTO, TAMBÉM, COMO MEIO DE INCENTIVO À INTERIORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS. NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE EXAMES DE MAIOR COMPLEXIDADE E DE TECNOLOGIAS MAIS AVANÇADAS VISANDO REDUZIR O TEMPO DE ESPERA DOS DIAGNÓSTICOS.

7.13. NECESSIDADE DE FISCALIZAÇÃO MAIS EFETIVA NOS MUNICÍPIOS, VISANDO MAIOR EFICIÊNCIA NA GESTÃO E NAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ATENÇÃO BÁSICA DA SAÚDE, FISCALIZANDO TAMBÉM A TERCEIRIZAÇÃO IRREGULAR POR MEIO DE ENTIDADES CRIADAS PARA DESVIO DE RECURSOS DA SAÚDE.



- A CPI constatou que inúmeros pacientes advindos de Municípios de menor porte nas Regionais, tem causado superlotação nas portas de entrada dos grandes centros. Neste sentido, verifica-se que muitos casos se tratavam de baixa complexidade e poderiam ser resolvidos nos Municípios de origem, reforçando a necessidade de investimentos substanciais na qualificação dos profissionais, tecnologia e remuneração, muito embora saiba-se que tanto o Estado quanto a união pretendem executar essas ações a partir do exercício de 2.012.

7.13.1. NECESSIDADE DE QUE A UNIÃO COMO ÓRGÃO INSTITUIDOR E GERENCIADOR DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (SOFTWARES) PROMOVA UMA RACIONALIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO NACIONAL VISANDO CONSTITUIR BASE DE DADOS UNIFICADA E INTEGRADA PARA RECEPÇÃO DAS INFORMAÇÕES DAS UNIDADES DE SAÚDE E DIVULGAÇÃO ENTRE OS INTERESSADOS, INCLUSIVE CONTROLES SOCIAIS E ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DE TODAS AS ESFERAS GOVERNAMENTAIS;

7.14. NECESSIDADE DE DESCENTRALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO SUS PARA O INTERIOR DO ESTADO CONFORME DEMANDA.

7.15. REESTRUTURAÇÃO URGENTE DO SAS – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR;

DAS CONCLUSÕES ESPECÍFICAS DE CADA DILIGÊNCIA REALIZADA PELA CPI

7.16. DAS CONCLUSÕES SOBRE AS REGIONAIS DILIGENCIADAS

7.16.1. DAS CONCLUSÕES NA REGIÃO DE CURITIBA

7.16.1.1. DAS CONCLUSÕES REFERENTES AO HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UFPR – CURITIBA – FUNDAMENTADA NO ITEM 5.3, DESTE RELATÓRIO:

- Existência de número excessivo de leitos desativados (133);
- Necessidade de contratualização pelo SUS dos leitos desativados;
- Concurso público para vagas estritamente necessárias para reativação desses leitos;
- Necessidade de ampliação da UTI Neonatal.
- Necessidade de priorização da assistência à saúde, colocando o Hospital em condições para melhor atuação como Hospital Universitário/Escola;
- Necessidade de auditoria operacional na área de Gestão de Recursos Humanos visando à otimização destes, na aplicação dos recursos da FUNPAR, vinculados ao Hospital de Clínicas, em especial ao corpo funcional disponibilizado de forma irregular e nos demais gastos;

7.16.1.2. SUPERLOTAÇÃO NOS PRONTO-ATENDIMENTOS DE CURITIBA, OCORRENDO SUCESSIVAS SUSPENSÕES DE SERVIÇOS NO HOSPITAL DO CAJURU E HOSPITAL DO TRABALHADOR, DENOTANDO QUE O MUNICÍPIO DE CURITIBA, NECESSITA DE AMPLIAÇÃO DA CONTRATUALIZAÇÃO DE LEITOS DESATIVADOS, VISANDO A MELHORIA DO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, PARA ATENDER O CRESCIMENTO VEGETATIVO DA CIDADE E DA REGIÃO METROPOLITANA;

7.16.1.3. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES DENUNCIADAS CONTRA A  
ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL ERASTO GAERTNER – (DOC. Nº 000159-11,  
CONSTANTE DO ITEM 6.5), RELATADO NO ITEM 5.20, TODOS DESTE  
RELATÓRIO.

**CONCLUSÃO:**

- Encaminhamento ao Ministério Público para investigação no âmbito de sua competência.

7.17. DAS CONCLUSÕES REFERENTES À REGIONAL DE LONDRINA.

7.17.1. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES EXISTENTES NOS ESCALÕES DA GESTÃO  
PLENA DA SAÚDE QUE INCAPACITA A AÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNO  
MUNICIPAL.

**CAUSA:**

- Desvios de recursos públicos por meio de terceirizações de serviços da saúde já representados pelos Ministérios Público, Federal e Estadual;

**CONCLUSÃO:**

- Caos no sistema de atendimento;
- Necessidade de auditoria das terceirizações, embora Ministério Público seja atuante na fiscalização;
- Necessidade de verificação mediante auditoria do Tribunal de Contas do Estado in loco, para fins de convalidação do real índice de aplicação municipal na área da saúde, com vistas à verificação do cumprimento do inciso III, do artigo 34, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº29, objetivando Intervenção do Estado para reorganização específica da área da saúde, motivados pelos seguintes fatos:

A. Diversas ações no judiciário promovidas pelo Ministério Público por desvios de recursos;

B. Estado de emergência decretado por duas oportunidades pelo município, sem efeitos;

C. Auditoria TCU apontam irregularidades - 2009;

D. Auditoria TCE apontam irregularidades;

E. Contratos de OSCIPs foram cancelados;

F. Médicos ameaçam paralisação;

G. Funcionários ameaçam paralisação;



H. Falta de leitos para atender a demanda local e regional;

I. Incapacidade de o Município gerir o problema;

- Necessidade em realizar Conferência das Comissões Bipartite e Tripartite objetivando implantação de nova repactuação dos fluxos de atendimento, instituição de novo Plano Diretor da Regional de Londrina, e nova contratualização geral dos serviços do SUS, com imposição de metas, antecipando as diretrizes impostas pelo Decreto Federal nº 7508/2011 de 28 de junho de 2011.

**7.17.2. CONCLUSÕES REFERENTES AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LONDRINA, HOSPITAL ZONA SUL E ZONA NORTE.**

CAUSA:

- Má gestão;
- Superlotação;
- Atendimento irregular de pacientes nos corredores do pronto socorro.
- Falta de equipamentos;
- Falta de comunicação adequada com as Centrais de Leitos.

CONCLUSÃO:

- Necessidade de conclusão imediata das obras do Hospital Universitário;
- Necessidade de aquisição de equipamentos;
- Necessidade de repactuação dos fluxos dentro as unidades de saúde de Londrina;
- Necessidade de instituição de Central de Regulação de Leitos Estadual on line. (com fiscalização regional e municipal).

**7.17.3. A CPI ENTENDE, PELA NECESSIDADE URGENTE DE VISTORIA, DO RESPECTIVO ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE LONDRINA, NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO, ZONA SUL E ZONA NORTE, PARA VERIFICAÇÃO DA OBSERVÂNCIA DOS APONTAMENTOS CONSTANTES DO DOC. 000166-11, DO ITEM 6.5, DESTE RELATÓRIO, SENDO QUE INEXISTINDO OBSERVÂNCIA, SE PROCEDA A DEVIDA REPRESENTAÇÃO JUNTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO, PARA RESPONSABILIZAÇÃO DOS GESTORES OMISSOS.**

**7.18. DAS CONCLUSÕES REFERENTES À MARINGÁ.**

CAUSA:

- Superlotação no Hospital Universitário de Maringá;
- Pacientes em risco de óbito pela longa espera de atendimento em cirurgias (ortopedia);
- Falta de humanização nos procedimentos;
- Falta de investimento do Estado para a conclusão do projeto original do HUM;
- Falta de investimentos do Município para a ativação do Hospital Municipal de Maringá;
- Falta de acolhida e humanização para o Hospital Santa Rita, que se negou, em caráter temporário e emergencial, a atender a demanda de superlotação do Hospital Universitário de Maringá;
- Descontrole do cumprimento efetivo da jornada de trabalho dos médicos;



**CONCLUSÃO:**

- A CPI impôs um Termo de Ajustamento de Conduta e promoveu pacto entre todas as entes envolvidas na 15ª Regional de Saúde do Estado, que desafogou, temporariamente, a superlotação no Hospital Universitário de Maringá, na forma dos relatos constantes no item 5.5, deste Relatório.
- Necessidade urgente de o Estado promover a conclusão do projeto original do HUM;
- Necessidade urgente de o Município de Maringá promover a conclusão do Hospital Municipal ajustando a unidade para atuar também como porta de entrada principalmente nos casos de ortopedia.
- Enquanto não houver a imediata conclusão do projeto original do HUM, a ativação do Hospital Municipal e a integral atenção a todas as indicações do Termo de Ajustamento Imposto por esta CPI, a situação tende a permanecer em estado crítico.

**7.18.1. DA RESPONSABILIZAÇÃO DAS OMISSÕES DE PROFISSIONAIS E INSTITUIÇÕES HOSPITALARES OCORRIDAS NO ÂMBITO DA CIDADE DE MARINGÁ NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DA CPI.**

- Durante as diligências, constatada superlotação no Hospital Universitário de Maringá, ocorreram queixas de familiares que pacientes foram a óbito, decorrente de suposta omissão e negligência por conta da demora no atendimento cirúrgico. Neste sentido, a CPI entende que irregularidades aconteceram, sendo acionado de imediato, por meio de ofício o Ministério Público local, para aprofundamento da investigação dos fatos e responsabilização dos gestores de instituições e profissionais médicos envolvidos.

**7.19. DAS CONCLUSÕES REFERENTES À REGIÃO DE PATO BRANCO E FRANCISCO BELTRÃO**

- Dicotomia existente entre o Hospital Regional Dr. Walter Alberto Pecoits, que é sub-utilizado, enquanto Hospitais de Cascavel, Maringá, Paranavaí, dentre outras, se encontravam superlotados.

**CAUSAS:**

- Discriminação regionalista;
- Falta de atendimento ao Princípio da Universalidade do SUS;
- Má gestão do Sistema;
- Falta de comunicação entre as Regionais e Centrais Reguladoras de Leitos;
- Excesso de funcionários em determinadas áreas, existindo também falta de técnicos e especialistas em outras no Hospital Walter Alberto Pecoits de Francisco Beltrão (Obs: Hospital em fase de estruturação).

**CONCLUSÃO:**

- Necessidade de instituição de Central de Regulação de Leitos Estadual on line, disponibilizando em tempo real, a informação de ocupação, a todas as unidades de saúde e à população em geral, assim como aos órgãos públicos de fiscalização (com fiscalização regional e municipal);





- A CPI entende pela destinação das denúncias constantes do item 5.7, deste relatório, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado relativas à terceirização de serviços, cujos concursos estão vigentes;

#### 7.20. DAS CONCLUSÕES REFERENTES À REGIÃO DE PONTA GROSSA.

- A CPI constatou inúmeras irregularidades em sua diligência e por meio de denúncias na região de Ponta Grossa, todas amplamente relatadas no item 5.10, deste relatório.

#### CAUSAS:

- Ficou denotada a total falta de comunicação entre as Regionais e entre as Centrais de Leitos;
- Inúmeras irregularidades apontadas pelo Conselho Regional de Medicina, no Hospital Municipal;
- Falta de leitos de UTIs;
- Médicas não cumprem com sua jornada de trabalho, em especial os terceirizados;
- Superlotação no Hospital Municipal;
- Inauguração prematura do Hospital Regional de Ponta Grossa;
- Sub-utilização do Hospital da Criança;
- Inadequação do Hospital Regional às normas de vigilância sanitárias;
- Má gestão no Hospital Regional com desperdícios de recursos públicos em salários, em torno de R\$ 1,2 milhões mensais, além do custo de manutenção de uma estrutura sub-utilizada, com taxa de ocupação média do 4º trimestre de 2.010, que foi de apenas 2,5%, com média de 16 internamentos por mês;
- Aditivos na ordem de 67%, na construção do Hospital Regional de Ponta Grossa, por conta de erros no projeto original, inicialmente previsto em R\$ 14.997.453,67, consumiu até 2.009, R\$ 24.998.447,89, sendo que na atualidade este valor supera a R\$ 40 milhões de Reais, necessitando ainda de maiores investimentos para entrar em perfeito funcionamento;
- Elevado número de terceirizações;
- Central de Regulação atuando como Central de agendamento de consultas médicas, sofrendo influências externas.

#### CONCLUSÃO:

- A CPI entende necessária a realização de ampla auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado para a verificação dos gastos com a saúde pública no Município de Ponta Grossa, com atualização dos dados já dispendidos na obra e verificação e responsabilização pelo desperdício de recursos com folha de pagamento e manutenção no período em que a unidade hospitalar está impedida de funcionar plenamente;
- A CPI entende necessária a realização de ampla auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado nos gastos municipais com terceirizações, verificando a efetividade da prestação de serviços contratados;
- Necessidade de investimento para ampliação de número de leitos de UTIs;
- Denúncias de omissão e negligências médicas recebidas pela CPI, encaminhadas ao Ministério Público e ao CRM – Conselho Regional de Medicina;
- Necessidade de investimentos, principalmente do Município, no Hospital da Criança, para contratação de especialistas e compra de novos equipamentos, pois a instituição tem capacidade física para ampliação de atendimento para as especialidades de cardiologia, traumatologia, neurologia e oncologia, atitude que desafogaria o fluxo e a superlotação do Hospital Municipal e de outros da Região;





**7.21. DAS CONCLUSÕES REFERENTE ÀS REGIÕES DE PARANAVAI E UMUARAMA.**

**7.21.1. DAS CONSTATAÇÕES DA REGIÃO DE PARANAVAI NA FORMA DO ITEM 5.12. DESTE RELATÓRIO.**

**CAUSAS:**

- Superlotação no pronto atendimento;
- Manutenção irregular de pacientes no pronto atendimento aguardando vagas para internação em leito hospitalar;
- Falta de especialistas nas áreas de ortopedia e neurocirurgia;
- Condições precárias das instalações do Pronto Atendimento;
- Ambulância deteriorada e ainda em funcionamento o que coloca em risco a vida do servidor e de pacientes;
- Equipamentos velhos e falta de reposição;
- Falta de credenciamento na área de oncologia fazendo com que pacientes tenham que se deslocar à Umuarama e Cascavel;

**CONCLUSÕES:**

- Necessidade de auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para verificação dos gastos municipais na área da saúde;
- Necessidade de imediata reposição de equipamentos velhos, recolhimento imediato da ambulância sem condições de rodagem;
- Necessidade de investimentos do Município e do Estado para ampliação do número de leitos hospitalares em Paranavai;
- Necessidade de investimentos para a melhoria física e de equipamentos;
- Necessidade de viabilizar/flexibilizar portaria do Ministério da Saúde para dar condições de implantações de serviços na área de oncologia em clínica antigamente habilitada;

**7.21.2. DAS CONSTATAÇÕES DA REGIÃO DE UMUARAMA NA FORMA DO ITEM 5.12. DESTE RELATÓRIO.**

**CAUSAS:**

- Existência de leitos vagos e leitos de UTIs disponíveis no Hospital CEMIL, sem a ciência da Central de Leitos;
- Atendimento preferencial aos Municípios de Umuarama, em afronta ao Princípio da Universalidade do SUS no Hospital CEMIL;
- Condições sanitárias inadequadas nos Hospitais CEMIL e São Paulo, conforme relatório da vigilância;
- Rodízio entre Hospitais relativo ao atendimento da porta de entrada de emergências de acordo com o dia da semana;

**CONCLUSÕES:**

- Necessidade de instituição de Central de Regulação de Leitos Estadual on line, disponibilizando em tempo real, a informação de ocupação, a todas as unidades de saúde e à população em geral, assim como aos órgãos públicos de fiscalização (com fiscalização regional e municipal).

- Encaminhamento ao Ministério Público dos relatórios elaborados pela vigilância sanitária, para investigação e responsabilizações;
- Necessidade de atendimento do Princípio de Universalidade dos Leitos do SUS;
- Atendimento sub-humano com pacientes psiquiátricos e viciados em drogas ocupando o mesmo espaço em desacordo com a legislação na Clínica Santa Cruz de Unusarama. Existência de 30 leitos não utilizados, com seus espaços destinados ao atendimento ambulatorial.

## 7.22. DAS CONCLUSÕES NA REGIÃO DE CASCAVEL E TOLEDO.

### 7.22.1. DAS CONSTATAÇÕES NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE CASCAVEL, NA FORMA DO ITEM 5.13. DESTA RELATÓRIO.

- Superlotação;
- Pacientes mantidos na Unidade de Pronto Atendimento Municipal em virtude da superlotação e descontrole da Central de Regulação de Leitos;
- Atendimento de pacientes em corredores;
- Quartos destinados a leitos sendo utilizados como setores administrativos, tomando uma ala inteira do Hospital;
- Excesso de servidores na ordem de 7 por leito (seis profissionais por leito);
- Pagamento de 15.187 Horas Extraordinárias em apenas um mês;
- Elevado nível de terceirização dos profissionais da área médica, com indícios de irregularidade;
- Contratação de empresa de serviços médicos, em cuja composição societária consta o servidor Diretor Clínico do Hospital Universitário.
- Péssimas condições de conservação dos equipamentos hospitalares;
- Acúmulo de mobiliário sanitário sendo depreciado;
- Má conservação da estrutura física do Hospital;
- Péssimas condições sanitárias;
- Calotas cranianas provenientes do centro cirúrgico, encontradas no freezer da farmácia do hospital, conforme relatório da vigilância sanitária, após solicitação da CPI;
- Não realização de investigações de reações transfusionais, informando ao serviço de hemoterapia, bem como não manutenção da investigação arquivada no prontuário do paciente; sendo que as requisições de transfusão não contém o CRM do médico prescriptor;
- Controle ineficiente da infecção hospitalar;

### CONCLUSÃO:

- A CPI entende necessária a realização de ampla auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado para a verificação dos gastos com a saúde pública no Hospital Universitário de Cascavel, em especial nas obras, contratos terceirizados, horas extras, manutenção e compra de equipamentos;
- A CPI entende necessária o urgente encaminhamento ao Ministério Público Federal e Estadual, para investigação dos fatos e constatações constantes do Item 5.13, deste relatório;
- Necessidade de instituição de Central de Regulação de Leitos Estadual on line, disponibilizando em tempo real, a informação de ocupação, a todas as unidades de saúde e à população em geral, assim como aos órgãos públicos de fiscalização (com fiscalização regional e municipal).



### 7.22.2. DAS CONSTATAÇÕES NO MUNICÍPIO DE TOLEDO.

- Grave problema por descredenciamento da área de neurocirurgia no Município. Ministério Público local atuante, necessitando apoio para resolução do problema. População de Toledo reclama por solução das autoridades Competentes.

#### **CONCLUSÃO:**

- Necessidade de atuação da Bancada Federal junto ao Ministério da Saúde com vistas ao credenciamento/flexibilização para o cumprimento dos requisitos impostos pela Portaria n° 2.920/98, do Ministério da Saúde, que prevê o credenciamento em alta complexidade em neurologia (Nível III), afim de promoção de credenciamento de Clínica existente junto ao Hospital Bom Jesus, que já atuava na área de neurocirurgia anteriormente.

### 7.23. DAS CONCLUSÕES DA REGIÃO DE FOZ DO IGUAÇU.

#### 7.23.1. DAS CONSTATAÇÕES NO HOSPITAL MUNICIPAL DE FOZ IGUAÇU NA FORMA DO ITEM 5.14. DESTE RELATÓRIO.

- Terceirização dos serviços do Hospital Municipal de forma irregular e lesiva aos cofres públicos, através de organização social PRÓ-SAUDE Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, com sede em São Paulo, com cobrança de taxa de administração, planilhas à distância sem controle adequado, sem amência do Conselho Municipal com total repasse da gestão à organização com custo anual de R\$ 34.764.000,00;
- Distorção no índice limite de gastos com pessoal por conta de erro técnico na contabilização das despesas com o contrato terceirizado;
- Balancete da organização social indica que o Município está inadimplente com os repasses que poderá levar à futuras demandas judiciais de elevado valor;
- Relatório de auditoria anterior efetuada pelo TCU indica pagamentos sem comprovação documental a sonagação de documentos e informações daquele órgão;

#### **CONCLUSÃO:**

- A CPI entende que este contrato de terceirização, demonstra conduta irregular e de total falta de transparência na gestão, devendo ser objeto de representações perante os Ministérios Públicos Estadual, Federal e do Trabalho, e ainda de requerimentos de nova auditoria aos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, para ação conjunta de nova fiscalização, pois restou comprovado que os gestores não somente não colaboraram com o órgão de controle, mas sonegaram documentos e informações, e anualmente mantêm o referido contrato, o qual está claramente relatado que afronta o Princípio da Legalidade e causa prejuízos na operacionalização das verbas devidas à área da saúde.

Conhecido o inteiro teor das Conclusões da CPI dos Leitos do SUS, a Comissão CEF-SUS passou a sua fase organizacional, elaborando um Plano de Trabalho com Regime Metas, visando cumprir os objetivos e mencionando apresentar Relatório Final ao findar a 17ª Legislatura, além de um Regimento Interno, tudo na forma da proposta aprovada pela Comissão abaixo exposta:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
2012



**COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO  
DOS LEITOS DO SUS**

Presidente: Deputado Paranhos

Membros Efetivos e Relatores: Deputado Marcelo Rangel,  
Deputado Elton Welter, Deputado Adellino Ribeiro, Deputado Nereu Moura,  
Deputado Nelson Luersen, Deputado Jonas Guimarães.

**PROPOSTA DA PRESIDÊNCIA DA CEF-SUS**  
**DE PLANO DE TRABALHO E**  
**REGIME DE METAS**

Legalmente constituída por meio do Ato da Presidência da Assembleia de nº 004/2012 e regularmente instalada a Comissão Especial de Fiscalização dos Leitos do SUS nos termos regimentais, esta Presidência da denominada CEF-SUS, com objetivo de estruturar e organizar os trabalhos da Comissão entende necessário estabelecer o presente Plano de Ação e Regime de Metas iniciais, com vista à obtenção de resultados uniformes que atendam os objetivos de fiscalização determinados pelo Plenário desta Casa de Leis.

Mister se faz a perfeita identificação da amplitude da fiscalização para definição do escopo dos trabalhos, que tem os seguintes objetivos definidos no requerimento de constituição aprovado pelo Plenário:

- cumprimento de missão de fiscalização e aferição do grau de satisfação da população paranaense quanto aos atendimentos dos serviços públicos prestados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, avaliando a qualidade desta prestação, recepcionando reclamações e denúncias e dando a devida destinação aos órgãos competentes, procedendo ainda:
  - a. fiscalização da distribuição de leitos do SUS e da gestão dos contratos havidos entre o Sistema Único de Saúde e unidades hospitalares do Paraná, bem como acompanhamento da instalação da Central Reguladora de Leitos *On Line*, proposta aprovada nas conclusões da CPI dos Leitos do SUS;



- b. fiscalização do cumprimento dos Pactos, Acordos e Termos de Ajustamento de Conduta promovidos ou impostos pelas conclusões e encaminhamentos da CPI dos Leitos do SUS, refazendo visitas nas unidades hospitalares, para verificação das atitudes saneadoras realizadas, após os apontamentos da CPI;

A Comissão Especial de Fiscalização dos Leitos do SUS da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná deverá requisitar para seu assessoramento, equipe de Técnicos Analistas do Tribunal de Contas do Estado e Consultores desta Assembleia Legislativa.

A duração da CEF-SUS foi definida como sendo o período da 17ª Legislatura, abrangendo os anos de 2.012, 2013 e 2014.

Propõe-se a implantação do seguinte sistema organizacional dos trabalhos da CEF-SUS:

- A- Constituição e Organização da Secretaria Geral da CEF-SUS;
- B- Deliberação de um Regimento Interno da CEF-SUS;
- C- Deliberação da Estratégia das Fiscalizações e Diligências da CEF-SUS;

#### Da Constituição e Organização da Secretaria Geral da CEF-SUS

Propõe-se que a Secretaria Geral da CEF-SUS, seja o órgão administrativo de assessoramento e consultoria da Comissão, com atribuição de dar sustentação a todas as ações determinadas pela Presidência da CEF-SUS, após deliberação dos membros da CEF-SUS, além constituir e manter atualizado o Banco Geral de Dados da CEF-SUS assim composto:

- I- Arquivo Digital e Físico de Documentos Expedidos;
- II- Arquivo Digital e Físico de Documentos Recebidos;
- III- Arquivo Digital e Físico de Atas das Reuniões e Audiências Públicas e demais Eventos;
- IV- Arquivo Digital e Físico de Registros Taquigráficos;
- V- Arquivo Digital e Físico de Fotos e Vídeos;
- VI- Arquivo Digital e Físico de Depoimentos;

VII- Arquivo Digital e Físico Gerado pelo Sistema Disk Denúncias e e-mails recepcionados pela CEF-SUS;

VIII- Arquivo Digital e Físico de Matérias de Imprensa.

Todos os documentos, denúncias e reclamações recebidas, deverão ser formalmente registradas pela Secretaria da CEF-SUS, numeradas, digitalizadas, catalogadas no respectivo Arquivo do Banco de Dados da CEF-SUS, mantidos sempre em ordem e disponíveis, a qualquer momento, a requerimento de qualquer Deputado membro da CEF-SUS, e constantemente acessíveis pelos senhores Deputados Relatores designados pela Presidência da CEF-SUS, especificamente para cada situação/diligência fiscalizada.

A Estrutura Organizacional da Secretaria Geral da CEF-SUS é dimensionada para cumprir com as atribuições disciplinadas no Regimento Interno da CEF-SUS adiante sugerido, tendo também a missão principal de garantir a organização administrativa das reuniões, Audiências Públicas e outros eventos promovidos pela Comissão, como fóruns, seminários e Congressos, seja na sede da Assembleia ou fora dela, primando pela manutenção, guarda e segurança do Banco Geral de Dados e pelo integral assessoramento a todos os Deputados membros da CEF-SUS.

Para atingir estes propósitos entendemos necessária uma composição inicial integrada por 06 servidores indicados pela Presidência da CEF-SUS:

- a. Um Coordenador Geral da Secretaria da CEF-SUS;
- b. Uma Secretaria Executiva da CEF-SUS;
- c. Uma Coordenadora do Banco de Dados da CEF-SUS;
- d. Uma Coordenadora de Registros Taquígrafos e de Vídeo;
- e. Um Secretário de Comunicação da CEF-SUS.
- f. Uma Coordenadora Responsável pela Recepção de Denúncias e Reclamações.

#### Da Deliberação do Regimento Interno da CEF-SUS;

Entende-se necessário a aprovação pelos membros da CEF-SUS, de um Regimento Interno da Comissão que discipline as ações, competências e atribuições, objetivando organização dos trabalhos, a fim de estruturar para consecução dos objetivos, e neste sentido apresentamos a seguinte proposta de Regimento Interno para análise e deliberação:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**  
**2012**



**COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO  
DOS LEITOS DO SUS**

Presidente: Deputado Paranhos

Membros Efetivos e Relatores: Deputado Marcelo Rangel,  
Deputado Elton Welter, Deputado Adelino Ribeiro, Deputado Nereu Moura,  
Deputado Nelson Luersen, Deputado Jonas Guimarães.

**REGIMENTO INTERNO**

Os Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, imbuídos do firme propósito de fortalecer a Instituição do Poder Legislativo, reforçando os princípios de suas atividades parlamentares de fiscalização dos atos públicos e privados, preocupados em estabelecer regras, parâmetros, limites e principalmente funções modernas e exequíveis para o desenvolvimento dos trabalhos legislativos da Comissão Especial, resolvem APROVAR o presente REGIMENTO INTERNO.

**CAPÍTULO I**  
**DA SEDE, COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA**

Art. 1º - A Comissão Especial de Fiscalização dos Leitos do SUS da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com a sigla CEF-SUS, instituída através do Ato do Presidente nº xxx/2012, funcionará na sede do Poder Legislativo, no Palácio Dezenove de Dezembro, tendo o seu Centro de Operações localizado na Rua Marechal Hermes, nº 469, Centro Cívico, Curitiba, Capital do Estado.

Art. 2º - A CEF-SUS é composta de sete membros efetivos, Deputados Estaduais indicados na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, atendido o Princípio de Proporcionalidade Partidária, para o fim precípua de cumprimento da função institucional do Poder Legislativo de fiscalização, no âmbito público e privado do Estado do Paraná, com os seguintes objetivos constantes do requerimento de constituição aprovado pelo Plenário:



I - cumprimento de missão de fiscalização e aferição do grau de satisfação da população paranaense quanto aos atendimentos dos serviços públicos prestados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, avaliando a qualidade desta prestação, recepcionando reclamações e denúncias e dando a devida destinação aos órgãos competentes, procedendo ainda:

- a. fiscalização da distribuição de leitos do SUS e da gestão dos contratos havidos entre o Sistema Único de Saúde e unidades hospitalares do Paraná, bem como acompanhamento da instalação da Central Reguladora de Leitos *On Line*, proposta aprovada nas conclusões da CPI dos Leitos do SUS;
- b. fiscalização do cumprimento dos Pactos, Acordos e Termos de Ajustamento de Conduta promovidos ou impostos pelas conclusões e encaminhamentos da CPI dos Leitos do SUS, refazendo visitas nas unidades hospitalares, para verificação das atitudes saneadoras realizadas, após os apontamentos da CPI;

**Parágrafo único.** A Comissão Especial de Fiscalização dos Leitos do SUS é integrada pelos seguintes senhores Deputados:

- I – Deputado Paranhos;
- II – Deputado Marcelo Rangel;
- III – Deputado Nelson Luersen;
- IV – Deputado Adelino Ribello;
- V – Deputado Elton Welter;
- VI – Deputado Nereu Moura;
- VII – Deputado Jonas Guimarães.

**Art. 3º** - A Comissão Especial de Fiscalização dos Leitos do SUS tem como Presidente o Deputado Paranhos, que, em virtude da diversidade de situações e escopos, estabelecerá, a seu critério, o sistema de rodízio de Relatores entre os Deputados membros, distribuindo a relatoria das matérias, diligências e fiscalizações.

**Parágrafo único.** Após aprovação da maioria dos membros da CEF-SUS, serão apresentados Relatórios periódicos ao Plenário da ALEP, para conhecimento parlamentar dos trabalhos e conclusões de cada trabalho realizado.

**Art. 4º** - Compete ao Presidente da Comissão:

I - convocar formalmente as reuniões, informando a hora e local, bem como a pauta a ser discutida;

II - convocar suplentes quando da ausência e ou impedimentos de membros efetivos;

III - presidir a todas as reuniões, dirigindo os trabalhos e suspendendo-os quando julgar necessário, resolvendo as questões na forma deste Regimento e utilizando-se subsidiariamente das normas contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa;

IV - distribuir as questões para análise, investigação, fiscalização e pronunciamento através de pareceres, designando para tanto, relatores e sub-relatores dentre os membros da Comissão;

V - determinar a publicação das atas das reuniões, audiências públicas e/ou eventos;

VI - solicitar ao Presidente da Assembleia, substitutos para os membros da Comissão, resguardada a proporcionalidade partidária, quando por cassação, abandono, renúncia, ou excesso de ausências às reuniões da Comissão, deixem de cumprir com suas obrigações junto à Comissão;

VII - manifestar o voto de qualidade no caso de empate da votação;

VIII - avocar o direito de emitir pareceres sobre questões relativas ao tema da investigação;

IX - constituir subcomissões, e atribuir-lhes missões a serem cumpridas.

X - criar, organizar e manter um site próprio da Comissão Especial, vinculado ao site da Assembleia Legislativa, disponibilizando espaço para a comunidade registrar denúncias ou reclamações e acompanhar os trabalhos realizados.

Art. 5º - Compete a Comissão Especial de Fiscalização dos Leitos do SUS, de forma suplementar aos fatos determinados a fiscalizar constante do requerimento que deu origem a Comissão, realizar as seguintes ações:

I- dar pareceres conclusivos sobre todas as questões em investigação, manifestando-se em todas as matérias correlatas as irregularidades no atendimento de hospitais no âmbito territorial do Estado do Paraná, quanto aos aspectos técnicos, jurídicos, operacionais, procedendo minuciosas análises, perícias, solicitando o apoio nas investigações da Secretaria de Estado da Saúde Pública, do Ministério da Saúde, da Polícia Federal, Secretaria de Segurança Pública, Polícias Civil e Militar e o Tribunal de Contas do Estado, assim como o acompanhamento do Ministério Público estadual ou federal, DENASUS e outros órgãos que julgarem necessários, objetivando buscar a motivação dos delitos e também a responsabilização dos envolvidos em irregularidades;

II- solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão para prestar informações;

III- receber petições, reclamações, denúncias ou representações de qualquer cidadão, dando a devida destinação aos órgãos competentes para responsabilização dos envolvidos nas irregularidades detectadas;

IV- constituir subcomissões, para cumprir missões, de fiscalização e inquérito, que emitirão relatórios.

V- Servir-se do sistema Disk Denúncia, por meio do telefone: 041-3350-4364, para obtenção de informações, investigando toda reclamação ou denúncia realizada, garantindo aos reclamantes/denunciantes o sigilo de suas identidades, exceto para o Ministério Público e ao Judiciário.

## CAPÍTULO II DAS REUNIÕES

Art. 6º - As reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito serão preferencialmente realizadas na sede do Poder Legislativo, e são dadas em:

I- Reuniões Ordinárias, que são as realizadas obrigatoriamente, no mínimo uma vez por quinzena, com horário a ser designado pela Presidência da CEF-SUS, dentro do período de sessões legislativas da Assembleia, para análise e cumprimento da Investigação, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e deste Regimento, e poderão ser públicas ou reservadas de sigilo.

II- Reuniões Extraordinárias, que são as realizadas a requerimento de qualquer dos membros da Comissão, para análise de fato ou assunto determinado, de relevante interesse público, e poderão ser públicas ou reservadas de sigilo, bem como realizadas em caráter de emergência.

III- Reuniões Especiais, que são as realizadas fora da sede, em qualquer lugar do território Brasileiro, e poderão ter caráter de reunião ordinária ou extraordinária, sendo públicas ou reservadas de sigilo.

Parágrafo único. A requerimento de qualquer Deputado da Assembleia poder-se-á solicitar ao Presidente da Comissão a convocação de reunião de emergência para tratar de assunto relevante e previamente determinado, vinculado com objetos das investigações.

Art. 7º - Das reuniões lavrar-se-ão atas, como resumo dos trabalhos e de tudo que houver ocorrido, digitadas em folhas avulsas e digitalizadas, as quais serão publicadas no Diário Oficial e integrarão o respectivo arquivo do Banco de Dados da CEF-SUS, sendo as notas taquigráficas, peças integrantes das atas.

Parágrafo único. Peças documentais ou similares, integrantes de atas ou de investigações, notas taquigráficas, com teor sigiloso e reservado, somente poderão ser publicados com a autorização formal do Presidente da CEF-SUS.

### DAS VAGAS, FALTAS E IMPEDIMENTOS

Art. 8º - O membro da CEF-SUS que deixar de comparecer a duas reuniões ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, o suplente pelo Presidente da Comissão, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, na forma do Regimento Interno da ALEP.

Art. 9º - Na impossibilidade de comparecimento de membro efetivo da Comissão às reuniões, o mesmo deverá notificar ao Presidente da Comissão com antecedência mínima de quatro horas antes da reunião.

Parágrafo único. Na ocorrência da hipótese do caput deste artigo, o Presidente da Comissão deverá convocar o suplente do membro efetivo, sendo que na impossibilidade de comparecimento também deste, caberá ao Presidente da Assembleia a indicação de substituto para reunião.

Art. 10 - Na hipótese de ausência às reuniões, mesmo que justificada para fins de convocação do suplente, será computada como falta na ata da reunião e em livro próprio da Comissão, para o propósito manifesto no artigo 8º, deste Regimento.

### DOS TRABALHOS

Art. 11- Os trabalhos das reuniões da CEF-SUS dos Leitos do SUS obedecerão preferencialmente a seguinte ordem:

- I- leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;
- II- leitura sumária do expediente;
- III- leitura da pauta da reunião;
- IV- chamamento de depoentes, convocados quando servidores públicos, ou convidados a depor, tomando-se as seguintes providências:
  - a. Identificação do depoente, através de documento especificando a qualificação completa;
  - b. Compromisso verbal e escrito de dizer a verdade perante a Comissão;
  - c. Coleta dos depoimentos, permitindo-se a apresentação de documentos, fotos e vídeos, como também o acompanhamento de procurador advogado, legalmente constituído com apresentação antecipada de Procuração à CEF-SUS, salientando que o causídico não deverá manifestar-se durante o depoimento, por se tratar de inquirição específica e privativa de membros da CEF-SUS, podendo comunicar-se através de requerimentos escritos endereçados a Comissão.
- V- organização de subcomissões para cumprir missões de fiscalização para cumprimento do inciso IV, do artigo 5º, deste regimento;
- VI- leitura, discussão e votação de relatórios de subcomissões;
- VII- leitura, discussão e votação dos pareceres dos relatores;
- VIII- leitura, discussão e votação de requerimentos.



Art. 12 - As convocações dos membros para reuniões da Comissão serão feitas através do envio de e-mails aos Deputados, e também mensagem de texto nos aparelhos celulares, além de documento formal constando a hora, local da realização e a pauta dos trabalhos, que será entregue a qualquer servidor integrante do Gabinete do convocado.

Parágrafo único. As convocações para reuniões ordinárias deverão ser feitas com antecedência de doze horas.

Art. 13 - As deliberações da Comissão serão por maioria de votos com a presença mínima da maioria do número total de membros efetivos, quórum este não exigido para abertura de reuniões e votação de atas, ficando nestes casos estabelecida a exigência da presença mínima e quórum de dois Deputados, situação especialíssima em virtude da possibilidade de constituição de subcomissões parlamentares, que poderão estar prestando missões em outros locais concomitantemente, sem prejuízo dos demais trabalhos da Comissão, objetivando-se o cumprimento dos prazos impostos às subcomissões, para apresentação de relatório conclusivo.

Art. 14 - Quando da análise das questões afetas à Comissão, qualquer Deputado poderá solicitar diligências a órgãos públicos e privados, objetivando buscar novos elementos e opiniões técnicas acerca do assunto, para melhor fundamentar pareceres conclusivos e relatórios de subcomissões, desde que aprovados em requerimento pela Comissão;

Art. 15 - Designado sub-relator para análise de qualquer questão da CEF-SUS, o mesmo terá o prazo indicado pelo Presidente da CEF-SUS, a contar da designação, para apresentar parecer conclusivo por escrito, parecer este que sofrerá deliberação da Comissão na primeira reunião subsequente.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão, a requerimento fundamentado do sub-relator, poderá prorrogar por mais cinco dias o prazo para apresentação do parecer, sendo que esgotado os prazos, sem apresentação, o Presidente poderá nomear novo deputado sub-relator ou com a devida autorização da maioria dos membros da CEF-SUS, conceder formalmente poderes a servidores integrantes da Secretaria Geral da CEF-SUS, para que procedam ações de fiscalização em nome da CEF-SUS, especificamente na hipótese de missões de investigação sigilosas.

#### DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DO ASSESSORAMENTO

Art. 16 - A Estrutura Organizacional da Secretaria Geral da CEF-SUS é dimensionada para cumprir com as atribuições disciplinadas neste Regimento, tendo também a missão principal de coordenar e garantir a organização administrativa das reuniões, Audiências Públicas e outros eventos promovidos pela Comissão, como fóruns, seminários e Congressos, seja na sede da Assembleia ou fora dela, primando pela manutenção, guarda e segurança do Banco Geral de Dados e pelo integral assessoramento a todos os Deputados membros da CEF-SUS.





Art. 17 - A Secretaria Geral da CEF-SUS será assim composta:

- I - Um Coordenador Geral da Secretaria da CEF-SUS;
- II - Uma Secretaria Executiva da CEF-SUS;
- III - Uma Coordenadora do Banco de Dados da CEF-SUS;
- IV - Uma Coordenadora de Registros Taquigráficos e de Vídeo;
- V - Um Secretário de Comunicação da CEF-SUS;
- VI - Uma Coordenadora de Recepção e Registro de Denúncias e Reclamações.

Art. 18 - A Secretaria Geral da CEF-SUS dos Leitos do SUS, além de outras funções designadas pelo Presidente, terá as seguintes atribuições distribuídas, pelo Coordenador Geral.

- I- secretariar o Presidente da Comissão, prestando consultoria Jurídico Legislativa;
- II- secretariar as reuniões da Comissão;
- III - elaborar o Instrumento de convocação dos membros da Comissão para reuniões, a pedido do Presidente;
- IV- proceder a convocação dos membros da Comissão, por meio de e-mails;
- V- elaborar a pauta da reunião da Comissão na forma determinada pelo Presidente;
- VI- identificar os membros da Comissão da pauta da reunião no momento da convocação;
- VII- manter registro digital de presença das reuniões em ordem, identificando, periodicamente, o Presidente das ausências reiteradas e faltas injustificadas dos membros da Comissão;
- VIII- responsabilizar-se pelo controle dos prazos regimentais para os relatores de subcomissões cumprirem suas missões, emitindo seus pareceres, informando, periodicamente, ao Presidente a ocorrência de decursos de prazo, afim de que se proceda a indicação de novos relatores;
- IX- elaborar as atas das reuniões da Comissão e mantê-las devidamente arquivadas sob sua responsabilidade e guarda;
- X- realizar a publicação no Diário Oficial das atas, pareceres, relatórios das missões da Comissão, e demais atos, após autorização do Presidente;
- XIII- Responsabilizar-se pela constituição e manutenção do Banco de Dados da CEF-SUS, assim composto:
  - a. Arquivo Digital e Físico de Documentos Expedidos;
  - b. Arquivo Digital e Físico de Documentos Recebidos;
  - c. Arquivo Digital e Físico de Atas das Reuniões e Audiências Públicas e demais Eventos;
  - d. Arquivo Digital e Físico de Registros Taquigráficos;
  - e. Arquivo Digital e Físico de Fotos e Vídeos;
  - f. Arquivo Digital e Físico de Depoimentos;
  - g. Arquivo Digital e Físico Gerado pelo Sistema Disk Denúncias e e-mails da CEF-SUS;
  - h. Arquivo Digital e Físico de Matérias de Imprensa.



### DAS MISSÕES E SUBCOMISSÕES

Art. 19 – A requerimento de qualquer Deputado e por determinação do Presidente da CEF-SUS, poderão ser constituídas Subcomissões, que terão missões pré-determinadas a cumprir, com prazo estipulado e metas a serem atingidas, com a finalidade de proceder investigações, fiscalizações e serviços especiais de levantamento de dados e informações, sob a coordenação de pelo menos um membro da Comissão, que apresentará relatório da missão.

**Parágrafo único.** O requerimento que solicitar a constituição de Subcomissão deverá mencionar os motivos e o caráter da missão, os objetivos a serem alcançados, o prazo para realização, que não poderá ser superior a 30 dias a contar de sua constituição.

Art. 21 – As missões para cumprimento de suas metas, contarão com o apoio técnico de servidores da Assembleia Legislativa indicados pelo Presidente da CEF-SUS, bem como de qualquer servidor público de outro Poder do Estado do Paraná, requisitado para prestar serviços temporários para cumprimento de missão.

Art. 22 – Procedidas as investigações necessárias, no mês de outubro de 2014, o Presidente da CEF-SUS designará um Relator Geral da CEF-SUS, colocando a sua disposição todo o banco de dados Gerado pelas fiscalizações realizadas nos 03 anos de existências da CEF-SUS que, embasado nos pareceres e relatórios das subcomissões e missões, documentos e dados constantes do acervo da CEF-SUS, elaborará o relatório final da Comissão, que sofrerá primeiro, deliberação interna da CEF-SUS, antes de ser enviado ao Presidente da Assembleia para as providências regimentais cabíveis.

Art. 23 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pela Comissão.

Sala de Reuniões da CEF-SUS,

**DEPUTADO PARANHOS**  
**PRESIDENTE**  
**Comissão Especial de Fiscalização dos Leitos do SUS**

### Deliberação da Estratégia de Ação da CEF-SUS:

- a. agenda de Reuniões Ordinárias (local, data e horário) na sede da Assembleia; (Sugestão: Terças às 10h00min - Centro de Operações da CEF-SUS)
- b. estratégia sigilosa das investigações, especificação dos objetivos e metas, tais como:
  - Infiltração de agentes do setor de inteligência das Polícias Militar e Civil *in loco* (ambulatórios dos hospitais) para registro (Video/Documentos) dos atendimentos, buscando Irregularidades (Ação e Omissão) e constatação de corrupção na distribuição de leitos, se necessário com o acompanhamento nas operações de representantes da OAB/Pr. (Conselho de Direitos Humanos), Ministério Público Estadual ou Federal, com ação coordenada pela CEF-SUS.
- c. Agenda (local, data e horários) de reuniões especiais, diligências e audiências públicas da CEF-SUS, fora da sede, nas diversas regiões onde as operações de investigação foram antecipadamente realizadas, para coleta de dados da comunidade local, e apresentação dos resultados colhidos pela CEF-SUS.



Esta é a síntese da Proposta de Plano Inicial de Trabalho da CEF-SUS, colocada para análise, consideração e deliberação dos Deputados membros da Comissão, para imposição de um regime de metas a ser seguido, regime este que seria mutável, conforme o andamento dos trabalhos e segundo os resultados obtidos pelas investigações da Comissão, nas mais diversas regiões do Estado.



Após aprovação do Requerimento de Plenário solicitando a constituição da presente Comissão Especial, publicado no Diário Oficial do Estado na 6ª feira, 17/Fev/2012, Edição nº 164, Publicação nº 09, página 03, passaram a ocorrer uma sucessão de equívocos hermenêuticos, pois confundiram esta Comissão Especial com uma CPI, Comissão de Inquérito, prejudicando o andamento dos trabalhos, salientando de antemão qual a diferença dentre ambas:

- CPI – Comissão de Inquérito: nos termos impostos pelas Constituições Federal e Estadual, tem um fato determinado a apurar, objetivando proceder inquérito com poderes judiciais, tendo para esse fim, um prazo determinado de 120 dias, prorrogável por 60 dias, conforme previsão regimental. (Vide artigo 36 do Regimento Interno)
- CE – Comissão Especial: não tem poderes judiciais e não tem um fato determinado a apurar, e sim um assunto ou uma missão a ser cumprida que é determinada pelo Plenário, sendo que a deliberação da maioria dos Parlamentares é que decide qual o prazo para cumprimento da missão. (Vide artigos 34 e 35 do Regimento Interno)

Com o objetivo de total esclarecimento, para que tais falhas não venham novamente a acontecer futuramente no âmbito do Legislativo, passamos a expor cronologicamente estes equívocos.

Requerimento aprovado pelo Plenário na data de 15/02/2012, requerendo a constituição da CEF- SUS, fundamentou-se nos termos do artigo 35, do Regimento Interno (que trata especificamente das Comissões Especiais e não de Comissões de Inquérito (CPIs)), solicita-se a integração de 07 Deputados, prevendo o prazo de duração para o término desta Legislatura (2014), para cumprimento de missão de fiscalização e aferição do grau de satisfação da população paranaense quanto aos atendimentos dos serviços públicos prestados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, avaliando a qualidade desta prestação, recepcionando reclamações e denúncias, dando a devida destinação aos órgãos competentes.

Ocorre que na data de 3ª feira, 10 de abril 2012, fora publicado no Diário Oficial do Estado, edição nº 189, publicação nº 34, nas folhas 14, o Ato desta Presidência de nº 004/2012 (anexo III), contrariando os termos do requerimento aprovado pelo Plenário na data de 15/02/2012, que previa prazo de duração para CEF-SUS até o fim da legislatura, impondo irregularmente o prazo de tão somente 120 dias, confundindo uma CEI com uma CPI, fundamentando nos preceitos contidos no artigo 36 do Regimento Interno afetos a Comissões de Inquérito.

#### CRONOLOGIA

1. Plenário da ALEP aprova constituição da CEF-SUS, com prazo de duração até o término da Legislatura (2014);
2. Diário Oficial publica a aprovação da constituição da CEF-SUS, com duração até o término da Legislatura (2014);
3. Ato equivocado da Presidência instala CEF-SUS com prazo de vigência de apenas 120 dias, dando tratamento à Comissão Especial como se fosse CPI, contrariando aprovação do Plenário;
4. Diário Oficial publica Ato da Presidência diferente da publicação anterior;



5. Na sequência, grave denúncia de imprensa de irregularidade no Município de Dois Vizinhos, solicita a apuração da CEF-SUS;

6. CEF-SUS requer passagens para Deputados membros se deslocarem a Dois Vizinhos para procederem diligências e reunião na Câmara Municipal;

7. Procurador Geral da Assembleia instrui Presidência a negar o pagamento das passagens, sob a alegação de que Comissões Especiais não possuem verba prevista, desconsiderando o que preceitua o § 6º, do artigo 36, do Regimento Interno, que determina atendimento preferencial as solicitações da CEI;

8. A ALEP aprova devolução de recursos ao Erário do Estado, como resultado da economia imposta pela atual administração;

9. Diante da gravidade da denúncia Deputados deslocam-se sob suas próprias expensas para diligenciar em Dois Vizinhos;

10. CEF-SUS aprova Relatório Parcial sobre Diligência de Dois Vizinhos, apresenta ao Plenário e encaminha as conclusões ao Ministério Público;

11. CEF-SUS, sem recursos da ALEP, vê-se impossibilitada de cumprir a missão especial imposta pelo Plenário de proceder diligências em Hospitais verificando o cumprimento das imposições da CPI dos Leitos do SUS;

12. Inicia-se o período eleitoral que prejudica integralmente os trabalhos da CEF-SUS, sendo inclusiva o Relator da Comissão candidato à Prefeito do Município de Ponta Grossa;

13. A CEF-SUS pede prorrogação do prazo por 60 dias ao Plenário, que aprova o pedido;

14. CEF-SUS permanece suspensa até o término do período eleitoral, para que não haja suspeita de cunho eleitoral nas diligências da CEF-SUS;

15. Relator da CEF-SUS é eleito Prefeito de Ponta Grossa;

16. CEF-SUS requer nova prorrogação do prazo por 90 dias, para dar prosseguimento aos trabalhos, pois não se trata de CPI e sim de CEI, podendo então nos termos regimentais, ser prorrogada quantas vezes forem necessárias para atingimento de seu objetivo; (em respeito ao Ato da Presidência que determinou prazo de duração inferior ao aprovado pelo Plenário (Legislatura-2014));

17. Presidente da ALEP, instruído a se fundamentar no parágrafo 3º, do artigo 36, do Regimento Interno, que trata de CPI, equivocadamente indefere a prorrogação da CEF-SUS.

18. Inicia-se a 3ª Sessão Legislativa sem indicação de substitutos para Deputados da CEF-SUS, que deixaram de integrar a ALEP, especialmente o Relator;

19. Presidente da ALEP solicita ao Presidente da CEF-SUS apresentação do Relatório;

20. Presidente da CEF-SUS evoca a si o direito de atuar como Relator;

21. Presidente da CEF-SUS apresenta ao Presidente da ALEP o presente Relatório aprovado pela Comissão.



Veja abaixo a notícia do SITE da ALEP, onde figura o Presidente da Assembleia assinando na data de 04 de abril de 2012, o ato (Ato do Presidente nº 004/2012) constituindo a CEF-SUS com vigência até o final da Legislatura, acessível por meio do:

[http://www.alep.pr.gov.br/sala\\_de\\_imprensa/noticias/21232-Instalada-na-assembleia-comissao-especial-que-vai-fiscalizar-servicos-do-sus](http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/noticias/21232-Instalada-na-assembleia-comissao-especial-que-vai-fiscalizar-servicos-do-sus)

01-0910 ALEP - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ | NOTÍCIAS  
Dia de 2 e 3 Atos em 1 Legislatura  
Quarta, 1 de maio de 2014

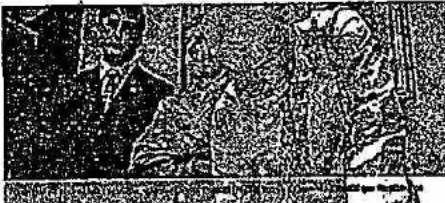
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ | Deputados | Atividade Parlamentar | Legislação | Sala de Imprensa

Notícias

**Instalada na Assembleia Comissão Especial que vai fiscalizar serviços do SUS**

Por Sandra C. Ruffalo



Em um Salão que teve lugar no plenário da Assembleia Legislativa, foi instalada na manhã desta terça-feira (23) a Comissão Especial criada para fiscalizar os serviços do SUS (Sistema Único de Saúde) no Estado do Paraná. A comissão é composta por dez deputados e terá como presidente o deputado estadual Paulo Roberto (PPS).

Com a instalação, os membros da comissão se comprometeram a fiscalizar os serviços do SUS no Estado do Paraná, bem como a garantir a qualidade dos serviços prestados. A comissão também terá a função de acompanhar os gastos com o SUS e a garantir a transparência dos recursos.

A instalação foi presidida pelo deputado Paulo Roberto (PPS), que também é o presidente da Comissão Especial. Ele destacou a importância da comissão para garantir a qualidade dos serviços do SUS e a transparência dos recursos.

A comissão também terá a função de acompanhar os gastos com o SUS e a garantir a transparência dos recursos.

Para mais notícias, visite o site da Assembleia Legislativa do Paraná: [www.alep.pr.gov.br](http://www.alep.pr.gov.br)

**LISTAS DO DIA**

1. O governo do Estado do Paraná e a Assembleia Legislativa vão discutir o Plano de Desenvolvimento do Estado do Paraná.
2. A Assembleia Legislativa vai discutir o Plano de Desenvolvimento do Estado do Paraná.
3. A Assembleia Legislativa vai discutir o Plano de Desenvolvimento do Estado do Paraná.

**OUTRAS DA NOTÍCIA**

2014.05.01.001 - Assembleia Legislativa aprova projeto de lei que cria o Conselho de Defesa do Estado do Paraná.

2014.05.01.002 - Assembleia Legislativa aprova projeto de lei que cria o Conselho de Defesa do Estado do Paraná.

2014.05.01.003 - Assembleia Legislativa aprova projeto de lei que cria o Conselho de Defesa do Estado do Paraná.

**TV STYL**

- 1. Assembleia Legislativa
- 2. Assembleia Legislativa
- 3. Assembleia Legislativa

**RECEBA NOVO INFORMATTIVO**

**DICIONÁRIO LEGISLATIVO**



Veja abaixo a publicação no Diário Oficial do requerimento nº 794, de constituição da CEF-SUS, com prazo de duração até findar a 17ª Legislatura:

**Diário Oficial**  
GOVERNAMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Diário Oficial**  
Poder Judiciário

**17 de Maio de 2012**  
14.º Edição

**14**

**GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Ordinária**

**Anuário da Legislação do Estado do Paraná**  
**Publicado pelo Departamento**  
**de Legislação**  
**Emenda Constitucional nº 11, de 20 de dezembro de 2011 - Altera o nº 105**

Assim, quanto aos arts. 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 96

Observe-se que o Ato da Presidência nº 004/2012, citado na reportagem, foi assinado na data de 10 de abril, quando o requerimento de Plenário constituindo a CEF-SUS foi aprovado em 15 de fevereiro.

Após publicação do Requerimento de Plenário que aprovou com prazo de duração até findar a 17ª Legislatura, o Ato da Presidência nº 004/2012, elaborado pelo então Diretor Legislativo Dr. Mauro Ribeiro Borges, foi publicado no Diário Oficial de 3ª feira, 10/abr/12, Edição 189, publicação nº 34, página 14, dando prazo de duração para a CEF-SUS de tão somente 120 dias, (Dando tratamento de CPI e não de CE) contrariando as disposições do Regimento Interno e também a soberana decisão do Plenário que aprovou prazo até findar 2014.

[illegible]

## Processo Legislativo

[illegible][illegible]

### Challenging the Populists

UNCLASSIFIED//FOR OFFICIAL USE ONLY

#### AND DAY FURNING

APPROVED FOR RELEASE BY THE JOINT CHIEFS OF STAFF

[illegible]

## DECLARATION

[illegible]

DELETED 12/14/82 RUCGOW

100

**Model 1**

[illegible]

**DECLARATION**

48 Diament 14.000 zł  
 49 Diament 14.000 zł  
 50 Diament 14.000 zł  
 51 Diament 14.000 zł  
 52 Diament 14.000 zł  
 53 Diament 14.000 zł  
 54 Diament 14.000 zł  
 55 Diament 14.000 zł  
 56 Diament 14.000 zł  
 57 Diament 14.000 zł  
 58 Diament 14.000 zł  
 59 Diament 14.000 zł  
 60 Diament 14.000 zł  
 61 Diament 14.000 zł  
 62 Diament 14.000 zł  
 63 Diament 14.000 zł  
 64 Diament 14.000 zł  
 65 Diament 14.000 zł  
 66 Diament 14.000 zł  
 67 Diament 14.000 zł  
 68 Diament 14.000 zł  
 69 Diament 14.000 zł  
 70 Diament 14.000 zł  
 71 Diament 14.000 zł  
 72 Diament 14.000 zł  
 73 Diament 14.000 zł  
 74 Diament 14.000 zł  
 75 Diament 14.000 zł  
 76 Diament 14.000 zł  
 77 Diament 14.000 zł  
 78 Diament 14.000 zł  
 79 Diament 14.000 zł  
 80 Diament 14.000 zł  
 81 Diament 14.000 zł  
 82 Diament 14.000 zł  
 83 Diament 14.000 zł  
 84 Diament 14.000 zł  
 85 Diament 14.000 zł  
 86 Diament 14.000 zł  
 87 Diament 14.000 zł  
 88 Diament 14.000 zł  
 89 Diament 14.000 zł  
 90 Diament 14.000 zł  
 91 Diament 14.000 zł  
 92 Diament 14.000 zł  
 93 Diament 14.000 zł  
 94 Diament 14.000 zł  
 95 Diament 14.000 zł  
 96 Diament 14.000 zł  
 97 Diament 14.000 zł  
 98 Diament 14.000 zł  
 99 Diament 14.000 zł  
 100 Diament 14.000 zł

\_\_\_\_\_

Saliente-se que em momento algum o Regimento Interno da ALEP trata de impor prazo para Comissões Especiais, estipulando somente para Comissões Parlamentares de Inquérito, por meio do parágrafo 3º, do artigo 36, sendo que nem mesmo a Constituição do Estado em seu artigo 62, que disciplina sobre Comissões no âmbito do Legislativo, impõe prazos de vigência para as Comissões.

Impôs-se a força discricionária, cabendo aos membros da CEF-SUS o respeito à assinatura do Presidente da ALEP, que cancelou documento elaborado pela Diretoria Legislativa, sem fundamento regimental, que o induziu comprovadamente a equívoco.

Questiona-se:

Como atender a missão imposta pelo Plenário da ALEP, de fiscalização dos efeitos de uma CPI dos Leitos do SU, de âmbito territorial estadual, que visitou 32 hospitais em 14 cidades, percorrendo cerca de 50.000 Quilômetros, obtendo mais de 5000 registros fotográficos, 60 horas de vídeos, recepcionando mais de 4000 documentos arquivados, em mais de 100 Giga Bytes, em apenas 120 dias, como apazado no ato constitutivo, elaborado pelo então Diretor Legislativo e sem recursos da Assembleia Legislativa?

O dano causado pelo equívoco foi e é irreparável, pois se perdeu grandes oportunidades para que esta Assembleia, por meio da CEF-SUS, pudesse fiscalizar os serviços de saúde do SUS em âmbito estadual.

Na continuidade, após edição do Ato que constituiu a CEF-SUS, imediatamente a TV TAROBA, veiculou denúncia de venda de procedimentos que são ofertados gratuitamente pelo SUS, ocorridos no Município de Dois Vizinhos, ocorrência que passa ser tratada a seguir na Parte II, do presente Relatório, embora Relatório Parcial, especificamente desta diligência, já tenha sido apresentado em Plenário no mês de maio de 2012.

**VEJA AS MATÉRIAS:**

[http://www.alep.pr.gov.br/sala\\_de\\_imprensa/noticias/21252-comissao-da-asmbleia-investiga-denuncias-de-fraude-na-saude-de-dois-vizinhos](http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/noticias/21252-comissao-da-asmbleia-investiga-denuncias-de-fraude-na-saude-de-dois-vizinhos)

[http://www.alep.pr.gov.br/sala\\_de\\_imprensa/radio\\_sinal/699-comissao-da-asmbleia-investiga-denuncias-de-fraude-na-saude-de-dois-vizinhos](http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/radio_sinal/699-comissao-da-asmbleia-investiga-denuncias-de-fraude-na-saude-de-dois-vizinhos)



## PARTE II

### Da Diligência no Município de Dois Vizinhos – 13/04/12.

Na data de 03 de abril de 2012, a TV TAROBÁ, emissora vinculada a Rede Bandeirantes de Televisão, veiculou reportagem procedendo denúncia de cobrança por procedimentos (Exames) do SUS, no Hospital Municipal PRÓ-VIDA, de Dois Vizinhos.

Veja na íntegra a reportagem, clicando no *link* abaixo ou dele se utilizando para acessar: (Ctrl + clique para seguir o *link*)

<https://www.youtube.com/watch?v=kqqaFhUSOYs>

Na data de 10/04/12, a Câmara Municipal de Dois Vizinhos promoveu a 9ª Reunião Ordinária, colhendo o depoimento do Ex-Secretário de Saúde, que reassumiu o posto de Vereador naquela data, onde confirma e justifica, segundo seus entendimentos, a cobrança de procedimentos laboratoriais, situação que motivou aprovação de uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito no âmbito Municipal. Ouça o arquivo de áudio do depoimento do denunciado, clicando no ícone abaixo.



01 Faixa 1.wma

Recebida formalmente a denúncia acima exposta, e perfeitamente instalada, a Comissão Especial de Fiscalização dos Leitos do SUS na data de 10/04/12, por meio da publicação do Ato da Presidência nº 004/2012, no Diário Oficial do Estado de nº 189, que destinou poderes a CEF-SUS de recepção, de denúncias e realização de investigações, o senhor Presidente da CEF-SUS, Deputado Estadual Paranhos, procedeu a imediata convocação de todos os membros efetivos da CEF-SUS, por meio dos ofícios de nºs 0010-12 a 0015-12 constantes do Banco de Dados Digital anexo, para comparecimento em Audiência Pública na Câmara Municipal de Dois Vizinhos, na data de sexta-feira, 13 de abril de 2012, às 10h00min.

Depois de constituída a Secretaria Geral da CEF-SUS, o senhor Presidente determinou o deslocamento na data de 11/04/12, do Coordenador Geral da Secretaria, Dr. Jefferson Abade, para que o mesmo procedesse a convocação pessoal dos envolvidos nas denúncias.

Foram convocadas as seguintes pessoas:





1. PAULO CESAR PIN  
PRESIDENTE DO INSTITUTO QUE ADMINISTRA O HOSPITAL  
MUNICIPAL PRÓ-VIDA;
2. VANDERLEI VERDI  
FUNCIONÁRIO DA RECEPÇÃO DO HOSPITAL PRÓ-VIDA, QUE  
APARECEU NAS IMAGENS DA REPORTAGEM DENUNCIANTE;
3. ADEMIR SBARDELOTTO  
DIRETOR ADM/FIN DO HOSPITAL PRÓ-VIDA
4. CLEITON NICARETA  
SECRETARIO DE PLANEJAMENTO  
ANTIGO SECRETÁRIO DE SAÚDE
5. MARIA MEZALIRA  
RECEPCIONISTA DO HOSPITAL PRÓ-VIDA DESDE A FUNDAÇÃO
6. PLAUTO SOARES DA SILVA  
USUÁRIO DO SUS QUE DENUNCIOU A COBRANÇA POR MEIO DAS  
IMAGENS DA REPORTAGEM DENUNCIANTE;
7. ADAIR GONÇALVES  
USUÁRIO DO SUS QUE DENUNCIOU A COBRANÇA POR MEIO DAS  
IMAGENS DA REPORTAGEM DENUNCIANTE;
8. TATIANY BURGREVER DE SOUZA  
RESPONSÁVEL PELO AGENDAMENTO DOS EXAMES E  
CONSULTAS DA SECRETARIA DE SAÚDE
9. MARCOS FÁBIO FABIANI  
FUNCIONÁRIO DO HOSPITAL PRÓ-VIDA QUE APARECE NAS  
IMAGENS DA REPORTAGEM DENUNCIANTE;
10. LILI ALVES DA SILVA  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
11. LUIZ CARLOS TURATO  
EX-SECRETÁRIO DE SAÚDE  
HOJE VEREADOR DE DOIS VIZINHOS

Procedida formalmente as convocações,  
na forma dos instrumentos constantes do Banco de Dados Digital, na mesma  
data de 12 de abril, por volta das 20h00min, o Coordenador Geral da Secretaria  
recepcionou por telefone, assim como também o representante do Ministério  
Público Dr. Wagner Veloso Wulmann, denúncias de que os convocados  
estariam recebendo ameaças e pressões.

Acto *continuum*, o Coordenador da  
Secretaria, depois de autorizado por meio de contato telefônico com o  
Presidente da CEF-SUS, procedeu contato com MP, informando da situação,



cujo Procurador informou que também já estava ciente das possíveis ocorrências, sendo que imediatamente foi constituída força tarefa, composta por agentes da Polícia Militar, representante do Ministério Público e representante da CEF-SUS, formando comboio em deslocamento às residências dos depoentes convocados, para garantir segurança aos denunciante e constatação de ilícitos.

Chegando à residência dos denunciante, foi constatado que realmente tinham sofrido constrangimento. Tal depoimento, em que pese as condições noturnas em que foram gravadas imagens, consta do Banco de Dados Digital.

Em consequência destes fatos, o respeitável representante do Ministério Público, Dr. Wagner Velloso Wulmann, solicitou à polícia Militar constante vigília na região de moradia dos denunciante e acompanhamento dos mesmos até a Audiência Pública da CEF-SUS, prevista para o dia seguinte.

Neste Interim, o Presidente da CEF-SUS, Deputado Paranhos, preocupado com a situação, procedeu na noite de 12 de Abril, seu imediato deslocamento da cidade de Cascavel para o Município de Dois Vizinhos, chegando por volta das 22h15min, determinando a realização de reunião na sede do Comando da Polícia Militar daquela cidade, com o Comandante da Companhia, Capitão Fernando.

A reunião com a PM aconteceu na manhã de 13/04/12, antes da Audiência no Poder Legislativo Municipal, momento em que o Presidente acatou o aconselhamento do Comando da PM, que indicou a limitação para o acesso do perímetro circundante da Câmara Municipal, onde seria realizada a Audiência Pública da CEF-SUS, como medida de segurança.

O senhor Presidente também solicitou o acompanhamento da Polícia Federal, visto que assunto tema é de competência concorrente entre as 03 esferas de Governo.

Momentos antes do início da Audiência Pública, perto de 500 pessoas se concentraram na porta da Câmara Municipal, sendo constatado que o Prefeito Municipal dispensou os funcionários, em especial do Setor de Saúde, para mobilização em favor dos denunciante.

Foi realizada a limitação do perímetro de acesso à Câmara Municipal, tendo acesso somente os munícipes que tentavam proceder a reclamações e denúncias, depois de devidamente identificados.

Mister salientar que a imprensa teve livre acesso a Audiência, sendo que as rádios locais e o SITE da Câmara Municipal, transmitiram ao vivo o acontecimento para acompanhamento da população.

Reunidas as condições necessárias, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, fazendo o chamamento dos depoentes convocados, que após juramento formal, procederam aos seus relatos dos fatos.

Compareceram à Audiência os seguintes

Deputados Estaduais.

- Deputado Paranhos;
- Deputada Rose Litro;
- Deputado Nereu Moura;
- Deputado Caio Quintana;
- Deputado Nelson Luersen;
- Deputada Luciana Rafagnin;
- Deputado Adelino Ribeiro;

O então Deputado Marcelo Rangel, antes Relator da CEF-SUS, impossibilitado de comparecer na reunião, mesmo a distância, acompanhou todos os procedimentos e investigações procedidas, em tempo real, inclusive os depoimentos que foram transmitidos via internet, e também por meio de comunicação digital direta com Coordenador Geral da Secretaria da CEF-SUS, que a repassou passo a passo os acontecimentos e recepcionou instruções para os trabalhos.

Os seguintes Documentos comprobatórios de irregularidades foram recepcionados durante a Audiência Pública, constantes do Banco de Dados Digital:

Clique nos ícones abaixo para cessar os documentos:



DOC-00010-12.pdf



DOC-00011-12.pdf

A Audiência Pública foi integralmente gravada em vídeo, tanto pela Câmara Municipal como pela Coordenação de Comunicação da Secretaria da CEF-SUS, arquivos constantes do Banco de Dados Digital anexo. Para assistir, clique no *link* abaixo ou dele se utilize para acessar: (Ctrl + clique para seguir o link)

<https://www.youtube.com/watch?v=I8C7EQeTtk>

Em cumprimento à missão imposta pelo Plenário da Assembleia Legislativa, esta Comissão Especial de Fiscalização, após receber denúncia veiculada pela imprensa, por meio da TV Tarobá, e recepcionar os documentos constantes do Banco de Dados da CEF-SUS, colhendo os depoimentos dos envolvidos, tem a seguinte conclusão sobre este tema:

- Foram constatadas irregularidades de cobrança indevida por procedimentos hospitalares e laboratoriais, que o Sistema Único de Saúde realiza gratuitamente.

Neste sentido, esta CEF-SUS - Comissão Especial de Fiscalização dos Leitos do SUS, decidiu pelos seguintes encaminhamentos já realizados:



1. Envio de cópia deste Relatório, incluso cópia dos pertinentes arquivos do Banco de Dados da CEF-SUS, ao digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Valdir Luiz Rossoni, para conhecimento e tomada de resolução nos termos regimentais;
2. Envio de cópia deste Relatório, incluso cópia dos pertinentes arquivos do Banco de Dados da CEF-SUS, ao Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná, Senhor Doutor Gilberto Giacoia, para aprofundamentos investigativos e comprovação dos indícios de irregularidades;
3. Envio de cópia deste Relatório, incluso cópia dos pertinentes arquivos do Banco de Dados da CEF-SUS, ao Ministério Público Federal, para aprofundamentos investigativos e comprovação dos indícios de irregularidades;
4. Envio de cópia deste Relatório, incluso cópia dos pertinentes arquivos do Banco de Dados da CEF-SUS, ao Procurador Dr. Wagner Velloso Hultmann, digníssimo representante do Ministério Público de Dois Vizinhos, para aprofundamentos investigativos e comprovação dos indícios de irregularidades;
5. Envio de cópia deste Relatório, incluso cópia dos pertinentes arquivos do Banco de Dados da CEF-SUS, ao Secretário de Estado de Saúde Pública do Estado do Paraná, para conhecimento dos indícios de irregularidades;
6. Envio de cópia deste Relatório, incluso cópia dos pertinentes arquivos do Banco de Dados da CEF-SUS, ao DENASUS, para aprofundamentos investigativos e comprovação dos indícios de irregularidades;
7. Envio de cópia deste Relatório, incluso cópia dos pertinentes arquivos do Banco de Dados da CEF-SUS, ao TCE – Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para aprofundamentos investigativos e comprovação dos indícios de irregularidades com abertura de procedimento urgente de auditoria;
8. Envio de cópia deste Relatório, incluso cópia dos pertinentes arquivos do Banco de Dados da CEF-SUS, à Delegacia da Polícia Federal de Cascavel para abertura de Inquérito e aprofundamentos investigativos e comprovação dos indícios de irregularidades;





9. Envio de ofício da CEF-SUS ao Secretário de Saúde do Município de Dois Vizinhos e ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde, para que no prazo de 10 (dez) dias, remetam a esta Comissão de Fiscalização cópia dos seguintes documentos e informações:

- a. Cópia dos Convênios e Contratos firmados entre o Município de Dois Vizinhos e Hospitais ou Laboratórios de Exames, públicos ou privados, constando a especificação dos serviços contratualizados;
- b. Extratos contábeis constando os nomes dos pacientes atendidos, os exames realizados, o laboratório/hospital que prestou o serviço e o valores pagos pelo Município para cada paciente no ano de 2.012;
- c. Extratos contábeis constando os nomes dos pacientes atendidos, os exames realizados, o laboratório/hospital que prestou o serviço e os valores pagos pelo SUS - Sistema Único de Saúde, para cada paciente no ano de 2.012;

10. Envio de ofício da CEF-SUS ao Gestor responsável pelo Hospital Municipal PRÓ-VIDA de Dois Vizinhos, para que no prazo de 10 (dez) dias, remeta a esta Comissão de Fiscalização cópia da contabilidade integral da Instituição no ano de 2012, constando também, extratos de notas fiscais e recibos emitidos relativos a exames realizados, bem como relação individualizada de pacientes que procederam a exames pelo SUS na instituição, como também via convênios ou particularmente;

### PARTE III

A CEF-SUS teve contato com denúncia veiculada pela TV TAROBA no mês de janeiro de 2013, dando conta de irregularidades no Hospital Universitário de Londrina. Veja integralmente a denúncia veiculada clicando no [link](#) abaixo ou dele se utilize para acessar as imagens: (Ctrl + clique para seguir o link)

<http://tarobacascavel.com.br/23/01/2013/jornal-taroba-1-edicao-bloco-0-23-01-13/>

Na continuidade a CEF-SUS enviou o ofício abaixo procedendo a questionamentos o qual também foi respondido:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura**

2013



**CEF-SUS**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO DO SUS**

Ofício nº 0001/2013-CEF-SUS

Curitiba, 23 de janeiro de 2013.

Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e parlamentares, solicita o envio de informações a esta Comissão Especial de Fiscalização do SUS (CEF-SUS), no prazo de 48h (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da presente missiva, sobre a situação denunciada pela TV TAROBÁ, às 12h30min, deste dia de 23 de janeiro, por meio do Programa "Jornal Taroba 1ª Edição", no qual foi veiculado matéria relatando grave irregularidade, informando demora de mais de dois anos de espera para realização de procedimento operatório da paciente Maria do Carmo da Silva, dados estes acessíveis no Site:

<http://tarobacascavel.com.br/23/01/2013/jornal-taroba-1-edicao-bloco-0-23-01-13/>

Neste sentido, solicitamos o envio a esta CEF-SUS, de relatório pormenorizado contendo prontuário histórico da paciente, considerações médicas pertinentes, além de previsão para resolução do problema, como também de justificativa técnica para existência de fila e demora na realização de procedimentos.

Nesta oportunidade, colocamos à vossa disposição, o contato com a Coordenação Geral da CEF-SUS, por meio do Dr. Jefferson Abade, telefones 041-9184-1007 ou 041-3350-4364.

Sendo só para o momento, antecipadamente agradecemos o atendimento.

**DEPUTADO PARANHOS**  
**Presidente da CEF-SUS**

Ilustríssima Senhora Doutora  
**MARGARIDA DE FÁTIMA FERNANDES CARVALHO**  
Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina  
Londrina – Estado do Paraná.



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA



PARANÁ  
GOVERNO DO ESTADO

## HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Londrina, 01 de Fevereiro de 2013

OF.DIR.SUP nº 16/2013

Excelentíssimo Senhor Deputado:

Cumprimentamos Vossa Excelência pelo trabalho que vem realizando na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, especialmente liderando a relevante a Comissão de Fiscalização do Sistema Único de Saúde.

Incidamente gostaríamos de reafirmar a Vossa Excelência a plena dedicação do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina (HU/UEL) para a construção de um Sistema de Saúde digno para todos, como determina a Constituição Federal do Brasil. O HU/UEL é o quinto hospital paranaense em termos de leitos disponibilizados ao SUS. Este Hospital, com seus 312 leitos, todos SUS, é de referência regional por sua densidade tecnológica que inclui um corpo clínico de alta qualificação e por isso, muitas vezes referido como hospital quaternário dedicado a procedimentos de alta complexidade e outros estratégicos para as políticas do SUS.

Ao Excelentíssimo Sr.  
Leonardo Paranhos  
DD. Deputado Estadual  
Presidente da Comissão Especial de Fiscalização do SUS  
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Praça N. S. da Salette, s/n  
Gabinete 603 – Centro Cívico  
80530-911 – Curitiba – Paraná



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA



PARANÁ  
GOVERNO DO ESTADO

Continuação OF.DIR.SUP. nº 16/2013, folha 2/4

O HU/UEL realizou no ano de 2012 um total de 148.785 consultas ambulatoriais, 35.077 atendimentos no pronto socorro e 11.808 internações, sendo 315 em pacientes queimados, 8.644 cirurgias e demais procedimentos hospitalares. Especialmente lembramos que é um Hospital Escola reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Saúde como de ensino e, portanto, formador de Recursos Humanos para o SUS. É também campo de pesquisa para o desenvolvimento das ciências da saúde em benefício da humanidade.

Com relação ao Ofício nº 0001/2013 – CEF-SUS de 23 de Janeiro de 2013 tratando sobre demora da realização de procedimentos cirúrgicos e atendendo a solicitação de Vossa Excelência, esclarecemos que com as condições de regulação de pacientes em Londrina é muito difícil diminuir as filas para cirurgias eletivas de pacientes do HU/UEL, dado que para este Hospital são enviadas pessoas de Londrina e Região que necessitam de procedimentos cirúrgicos e, principalmente os casos considerados de urgência e emergência, especialmente as cirurgias de grande porte. Assim, pacientes que chegam ao Hospital com iminente risco de morte, têm seu atendimento priorizado, em detrimento das cirurgias eletivas. O Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME) observa que no ano de 2012 foram realizadas 8.644 cirurgias no HU/UEL. Entretanto, destas cirurgias, somente 1.011 foram eletivas, ou seja, 11,7%. As demais cirurgias foram realizadas em caráter de urgência e de emergência. Estas cirurgias ocupam o Centro Cirúrgico e as Unidades de Terapia Intensiva, impedindo a realização de mais cirurgias eletivas, aumentando assim as filas de espera.



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA



PARANÁ  
GOVERNO DO ESTADO

Continuação OF.DIR.SUP. nº 16/2013, folha 3/4

Atualmente o SAME informa que temos 32 pacientes em situação semelhante à da Sra. MCS, sendo que destes, 22 casos foram ocasionados por ferimento por arma de fogo. Com relação ao caso específico da Sra. MCS, além da cirurgia de reconstrução, ela necessita também realizar outro procedimento que tem uma fila de 117 paciente.

Ademais, se considerarmos todas as especialidades médicas do Hospital, são 4.762 Autorizações de Internações Hospitalares (AIH) de pessoas aguardando para realizar cirurgias eletivas. Os dados são de 06/12/12, com a ressalva que algumas cirurgias podem ter já ocorrido em outros serviços sem comunicação ao HU/UEL, podendo este número estar superestimado.

Outra restrição importante que dificulta a otimização dos procedimentos no hospital é a demora na substituição de pessoas que se aposentam. Atualmente temos 185 vagas em aberto sendo 11 de médicos, 23 de enfermeiros. Muitos médicos e professores lotados no Centro de Ciência da Saúde, que atuam no Centro Cirúrgico do Hospital, estão em processo de aposentadoria.

Pelo sigilo médico, com relação aos dados de prontuário da Sra. MCS ficamos impossibilitados de fornecê-los a outras pessoas que não a paciente ou seu representante legal.





UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA



PARANÁ  
GOVERNO DO ESTADO

Continuação OF.DIR.SUP. nº 16/13 folha 4/4

Entretanto, informamos que a Sra. MCS poderá ser operada em breve dependendo de avaliação médica, uma vez que necessita de cirurgia concomitante com outra especialidade médica. Logo que esta Direção tenha informações sobre a definição do caso informaremos Vossa Excelência.

Atenciosamente,

Profª. Dra. Margarida de Fátima Fernandes Carvalho  
UEL – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO  
Diretora Superintendente

## PARTE IV

A CEF-SUS recebeu inúmeras reclamações de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, que consubstanciaram seu posicionamento quanto a missão de aferição do grau de satisfação da população paranaense, quanto aos atendimentos dos serviços públicos prestados pelo SUS, o qual será manifestado na PARTE VI deste Relatório, quando da exposição das conclusões da CEF-SUS.

Mas pelo menos uma destas reclamações/denúncias, se faz importante conotar para registro neste Relatório, pois as demais foram encaminhadas para solução junto aos respectivos órgãos competentes ou para atuação do Ministério Público.



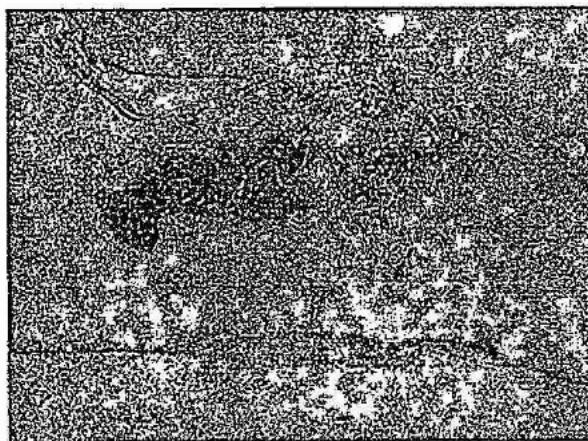
#### CASO LUAN.

Em 13 de março de 2012, sabedora da aprovação de uma Comissão Especial de Fiscalização do SUS, a senhora Monica da Fátima da Silva, contatou via carta e telefonicamente com CEF-SUS, relatando a possibilidade de grave irregularidade acometida em seu filho Luan da Silva, portador de paralisia cerebral, constando do Banco de Dados Digital anexo, toda a documentação relativa ao caso Luan, assim intitulado pela CEF-SUS.

#### Breve histórico do caso:

- Nasceu com Paralisia Cerebral;
- Foi encaminhado para APAE com 01 mês de vida;
- Saiu da APAE com 06 anos de idade;
- Aos 12 anos conseguiu andar;
- Caiu em casa e teve a rótula da perna direita deslocada aos 18 anos;
- Encaminhado ao Hospital de Paranaguá, colocaram a rotula no lugar sem anestesia, ficou 15 dias com uma malha protetora e depois foi engessado, contudo melhorou;
- Em seguida, a porta do ônibus prendeu a perna esquerda;
- Luan é resgatado de uma inundação ocorrida em 14/03/2011, com a família perdendo seus bens, veja as imagens:  
<http://www.youtube.com/watch?v=uqaLJtik5i8>
- Encaminhado ao Hospital Angélica Caron para Cirurgia e colocação de dois pinos;
- Após a cirurgia, foi constatado que a perna permanecia quebrada e com pinos fora do lugar;
- Uma nova cirurgia foi marcada para recolocação de pinos e arames no Hospital Santa Casa de Misericórdia de Curitiba;
- Após a cirurgia foi constatado que o arame colocado estava arrebitado;
- Mesmo assim, recebeu alta hospitalar;
- Em 13/03/2012 – Mãe de Luan faz contato urgente com a CEF-SUS.

Após a última cirurgia acima relatada, o paciente LUAN recebeu alta hospitalar estando sua perna nas condições abaixo demonstrada por imagens:



Clique no *link* abaixo ou dele se utilize, para acessar as imagens do depoimento da mãe do Luan: (Ctrl + clique para seguir o link)

<http://cqn.uol.com.br/noticia/13846/apos-seis-cirurgias-rapaz-tem-grave-infeccao>

DATE: 6-12-55

[illegible]

Seino collares e agulhas, medidor  
Temperatura. *11.1.11. 11.1.11. 11.1.11.*

[illegible]

2000-01-01

Edwin Brown

CDEN18/RICLS/D01

### Patient's Responsibility

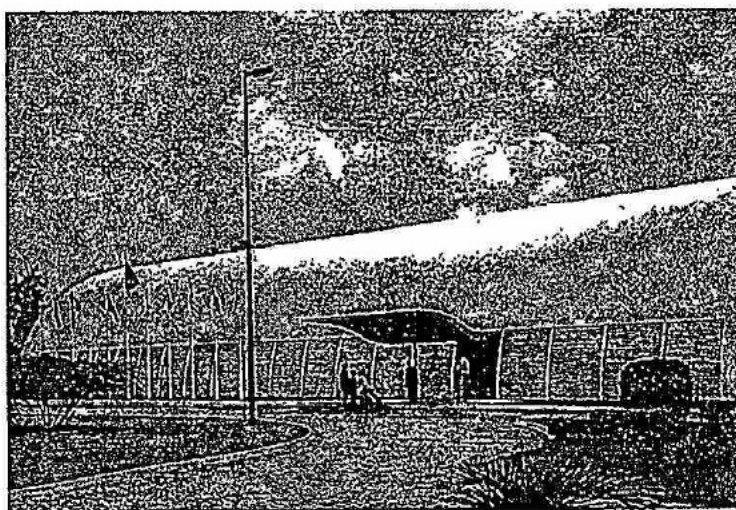
DATA 1 1

2000-2001-2002-2003-2004-2005-2006-2007-2008-2009-2010-2011-2012-2013-2014-2015-2016-2017-2018-2019-2020-2021-2022-2023-2024-2025-2026-2027-2028-2029-2030-2031-2032-2033-2034-2035-2036-2037-2038-2039-2040-2041-2042-2043-2044-2045-2046-2047-2048-2049-2050-2051-2052-2053-2054-2055-2056-2057-2058-2059-2060-2061-2062-2063-2064-2065-2066-2067-2068-2069-2070-2071-2072-2073-2074-2075-2076-2077-2078-2079-2080-2081-2082-2083-2084-2085-2086-2087-2088-2089-2090-2091-2092-2093-2094-2095-2096-2097-2098-2099-2100-2101-2102-2103-2104-2105-2106-2107-2108-2109-2110-2111-2112-2113-2114-2115-2116-2117-2118-2119-2120-2121-2122-2123-2124-2125-2126-2127-2128-2129-2130-2131-2132-2133-2134-2135-2136-2137-2138-2139-2140-2141-2142-2143-2144-2145-2146-2147-2148-2149-2150-2151-2152-2153-2154-2155-2156-2157-2158-2159-2160-2161-2162-2163-2164-2165-2166-2167-2168-2169-2170-2171-2172-2173-2174-2175-2176-2177-2178-2179-2180-2181-2182-2183-2184-2185-2186-2187-2188-2189-2190-2191-2192-2193-2194-2195-2196-2197-2198-2199-2200-2201-2202-2203-2204-2205-2206-2207-2208-2209-2210-2211-2212-2213-2214-2215-2216-2217-2218-2219-2220-2221-2222-2223-2224-2225-2226-2227-2228-2229-2230-2231-2232-2233-2234-2235-2236-2237-2238-2239-2240-2241-2242-2243-2244-2245-2246-2247-2248-2249-2250-2251-2252-2253-2254-2255-2256-2257-2258-2259-2260-2261-2262-2263-2264-2265-2266-2267-2268-2269-2270-2271-2272-2273-2274-2275-2276-2277-2278-2279-2280-2281-2282-2283-2284-2285-2286-2287-2288-2289-2290-2291-2292-2293-2294-2295-2296-2297-2298-2299-2300-2301-2302-2303-2304-2305-2306-2307-2308-2309-2310-2311-2312-2313-2314-2315-2316-2317-2318-2319-2320-2321-2322-2323-2324-2325-2326-2327-2328-2329-2330-2331-2332-2333-2334-2335-2336-2337-2338-2339-2340-2341-2342-2343-2344-2345-2346-2347-2348-2349-2350-2351-2352-2353-2354-2355-2356-2357-2358-2359-2360-2361-2362-2363-2364-2365-2366-2367-2368-2369-2370-2371-2372-2373-2374-2375-2376-2377-2378-2379-2380-2381-2382-2383-2384-2385-2386-2387-2388-2389-2390-2391-2392-2393-2394-2395-2396-2397-2398-2399-2400-2401-2402-2403-2404-2405-2406-2407-2408-2409-2410-2411-2412-2413-2414-2415-2416-2417-2418-2419-2420-2421-2422-2423-2424-2425-2426-2427-2428-2429-2430-2431-2432-2433-2434-2435-2436-2437-2438-2439-2440-2441-2442-2443-2444-2445-2446-2447-2448-2449-2450-2451-2452-2453-2454-2455-2456-2457-2458-2459-2460-2461-2462-2463-2464-2465-2466-2467-2468-2469-2470-2471-2472-2473-2474-2475-2476-2477-2478-2479-2480-2481-2482-2483-2484-2485-2486-2487-2488-2489-2490-2491-2492-2493-2494-2495-2496-2497-2498-2499-2500-2501-2502-2503-2504-2505-2506-2507-2508-2509-2510-2511-2512-2513-2514-2515-2516-2517-2518-2519-2520-2521-2522-2523-2524-2525-2526-2527-2528-2529-2530-2531-2532-2533-2534-2535-2536-2537-2538-2539-2540-2541-2542-2543-2544-2545-2546-2547-2548-2549-2550-2551-2552-2553-2554-2555-2556-2557-2558-2559-2560-2561-2562-2563-2564-2565-2566-2567-2568-2569-2570-2571-2572-2573-2574-2575-2576-2577-2578-2579-2580-2581-2582-2583-2584-2585-2586-2587-2588-2589-2590-2591-2592-2593-2594-2595-2596-2597-2598-2599-2600-2601-2602-2603-2604-2605-2606-2607-2608-2609-2610-2611-2612-2613-2614-2615-2616-2617-2618-2619-2620-2621-2622-2623-2624-2625-2626-2627-2628-2629-2630-2631-2632-2633-2634-2635-2636-2637-2638-2639-2640-2641-2642-2643-2644-2645-2646-2647-2648-2649-2650-2651-2652-2653-2654-2655-2656-2657-2658-2659-2660-2661-2662-2663-2664-2665-2666-2667-2668-2669-2670-2671-2672-2673-2674-2675-2676-2677-2678-2679-2680-2681-2682-2683-2684-2685-2686-2687-2688-2689-2690-2691-2692-2693-2694-2695-2696-2697-2698-2699-2700-2701-2702-2703-2704-2705-2706-2707-2708-2709-2710-2711-2712-2713-2714-2715-2716-2717-2718-2719-2720-2721-2722-2723-2724-2725-2726-2727-2728-2729-2730-2731-2732-2733-2734-2735-2736-2737-2738-2739-2740-2741-2742-2743-2744-2745-2746-2747-2748-2749-2750-2751-2752-2753-2754-2755-2756-2757-2758-2759-2760-2761-2762-2763-2764-2765-2766-2767-2768-2769-2770-2771-2772-2773-2774-2775-2776-2777-2778-2779-2780-2781-2782-2783-2784-2785-2786-2787-2788-2789-2790-2791-2792-2793-2794-2795-2796-2797-2798-2799-2800-2801-2802-2803-2804-2805-2806-2807-2808-2809-2810-2811-2812-2813-2814-2815-2816-2817-2818

Depois de diversas intervenções da CEF-SUS e após meses de internação, as feridas desapareceram, mas ainda permanece a necessidade de cuidados especiais.

Na atualidade, Luan ainda precisa de cirurgias e de acompanhamento fisioterápico, sendo que a mãe sobrevive de doações de amigos.

A CEF-SUS, nas conclusões deste Relatório, recomendará o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Sr. Dr. Alexandre Padilha, solicitando sua intervenção para que o paciente Luan da Silva, possa receber tratamento junto ao Hospital Sarah Kubitschek em Brasília.



Hospital Sarah Kubitschek



Formulários  
UNIOESTE e  
Hosp. Univ. do  
Oeste

## PARTE V

### DILIGÊNCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ

Na manhã do dia 08 de março de 2013, por volta das 10h00min, a equipe da CEF-SUS presidida pelo Deputado Paranhos, de forma inesperada, chegou no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, para proceder diligência e averiguação *in loco*, das condições hospitalares e da qualidade dos atendimentos aos usuários do SUS.

Clique no link abaixo ou dele se utilize, para acessar as imagens de notícia veiculada pela imprensa sobre o tema: (Cui + clique para seguir o link)

<http://cgn.uol.com.br/noticia/46538/deputados-vistoriam-o-hospital-universitario>

A Comissão focou o atendimento das Indicações feitas pelo item 5.13, do Relatório da CPI dos Leitos do SUS reportadas no item 7.22.1, do Referido Relatório, nas conclusões abaixo expostas *in verbis*:

#### 7.22.1. DAS CONSTATAÇÕES NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE CASCAVEL, NA FORMA DO ITEM 5.13, DESTE RELATÓRIO.

- Superlotação;
- Pacientes mantidos na Unidade de Pronto Atendimento Municipal em virtude da superlotação e descontrole da Central de Regulação de Leitos;
- Atendimento de pacientes em corredores;
- Quartos destinados a leitos sendo utilizados como setores administrativos, tomando uma ala inteira do Hospital;
- Excesso de servidores na ordem de 7 por leito (sete profissionais por leito);
- Pagamento de 15.187 Horas Extraordinárias em apenas um mês;
- Elevado nível de terceirização dos profissionais da área médica, com indícios de irregularidade;
- Contratação de empresa de serviços médicos, em cuja composição societária consta o servidor Diretor Clínico do Hospital Universitário;
- Péssimas condições de conservação dos equipamentos hospitalares;
- Acúmulo de mobiliário sanitário sendo depreciado;
- Má conservação da estrutura física do Hospital;
- Péssimas condições sanitárias;
- Calotas cranianas provenientes do centro cirúrgico, encontradas no freezer da farmácia do hospital, conforme relatório da vigilância sanitária, após solicitação da CPI;
- Não realização de investigações de reações transfusionais, informando ao serviço de hemoterapia, bem como não manutenção da investigação arquivada no prontuário do paciente; sendo que as requisições de transfusão não contém o CRM do médico prescritor;
- Controle ineficiente de infecção hospitalar;

- A CPI entende necessária a realização de ampla auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado para a verificação dos gastos com a saúde pública no Hospital Universitário de Cascavel, em especial nas obras, contratos terceirizados, horas extras, manutenção e compra de equipamentos;
- A CPI entende necessário o urgente encaminhamento ao Ministério Público Federal e Estadual, para investigação dos fatos e constatações constantes do item 5.13, deste relatório;
- Necessidade de instituição de Central de Regulação de Leitos Estadual on line, disponibilizando em tempo real, a informação de ocupação, a todos as unidades de saúde e à população em geral, assim como aos órgãos públicos de fiscalização (com fiscalização regional e municipal).

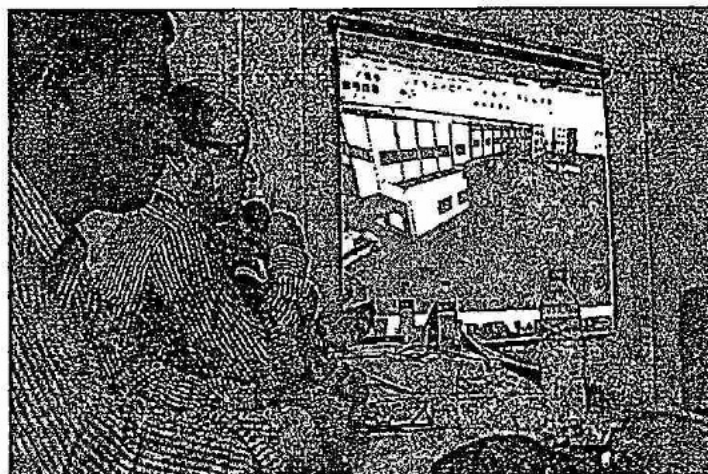
Na mesma data de 08 (oito) de março de 2013, às 14h00min, no Auditório 2, da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, localizada na Rua Universitária, 1619, Bairro Universitário, na cidade de Cascavel, foi realizado uma Audiência Pública, que avaliou as atuais condições da prestação de serviços de saúde do Hospital Universitário do Oeste do Paraná e aferiu o atendimento das condicionantes impostas pelo Relatório da CPI dos Leitos do SUS.



Clique no link abaixo ou dele se utilize, para assistir notícia veiculada versando sobre a Audiência Pública: (Cui • clique para seguir o link)

<http://globotv.globo.com/rpc/parana-tv-2a-edicao-cascavel/v/audiencia-publica-discute-situacao-do-hospital-universitario/2449303/>

Ao abrir os trabalhos da Audiência Pública, o Presidente da mesa apresentou vídeo explicativo dos motivos da realização daquela audiência.



Clique no *link* abaixo ou dele se utilize, para acessar as imagens do referido vídeo: (Ctrl + clique para seguir o *link*)

<https://www.youtube.com/watch?v=9LKaySAoMzg>

Durante a Audiência, além dos Deputados presentes, usaram da palavra o Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, o Vereador Presidente da Comissão de Saúde Pública da Câmara de Cascavel, o Reitor da Universidade do Oeste do Paraná, o Diretor Geral do Hospital Universitário do Oeste do Paraná e o Diretor Administrativo do Hospital.

Na oportunidade o Presidente da CEF-SUS deixou a palavra aberta aos presentes para formulação de perguntas que foram integralmente respondidas.

Clique no *link* abaixo ou dele se utilize, para acessar o resumo da Audiência: (Ctrl + clique para seguir o *link*)

<http://www.youtube.com/watch?v=3n8MES7mz1M>

Foram também entregues os seguintes documentos em resposta aos questionamentos da CEF-SUS, realizados via ofício, sobre a situação do atendimento na data de 05 de março e sobre as condicionantes impostas pela CPI dos Leitos do SUS:

Cascavel, 05 de março de 2013.

**DE: COORDENAÇÃO DE INTERNAMENTO  
PARA: DIREÇÃO ADMINISTRATIVA**

- **Superlotação:**  
Comunicamos que os pacientes do Pronto Socorro encontram-se acomodados nas enfermarias deste setor no passado destinadas a Ala Psiquiátrica. Temos uma média diária de 28 pacientes no Pronto Socorro e 04 pacientes na Sala de Emergência que necessitam de UTI.

- **Pacientes mantidos na Unidade de Pronto Atendimento Municipal em virtude da superlotação e descontrola da Central de Leitos:**  
Sem informação.

- **Atendimento de pacientes em corredor:**  
Considerando o remanejamento dos pacientes para as Alas e liberando um espaço maior para os pacientes que estão destinados neste setor do Pronto Atendimento, comunicamos que esporadicamente encontram-se pacientes no corredor. Na data de hoje 05 de março, às 15 horas, temos 10 pacientes acomodados nas enfermarias do Pronto Socorro aguardando leito de internação e 06 pacientes na sala de Emergência, aguardando vaga de UTI.

*[Assinatura]*  
Claudio...  
Coord. de Internamento e Central de Leitos





**unloeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ  
Av. Francisco Petrus, 7324 - Foz de Iguazú (89.373-618)  
Bairro Santa Orelha - CEP: 85.966-476 - Cascavel/PR

MEMO Nº. 060/13—D.E.

Cascavel, 05 de Março de 2013.

De: Maria Aparecida Andriolo Richetti/ Diretora de Enfermagem - HUOP  
Para: Dr. Allan Cezar Faria Araújo/ Diretor Geral-HUOP

Assunto: Justificativa CPI Leitos do SUS

Informamos que as calotas cranianas que estavam armazenadas no  
freezer da Farmácia Central - HUOP, foram encaminhadas para  
armazenamento no freezer no Centro Cirúrgico a partir de abril de 2012.

Atenciosamente,

*Maria Aparecida Andriolo Richetti*  
Maria Aparecida Andriolo Richetti  
Enfermeira - COREN/PR nº 44924  
Portaria 4111/2012





**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ  
Av. Tancredo Neves, 3224 - Fone Farmacêutica (0<sup>o</sup> 45) 3321-5231  
Bairro Santo Onofre - CEP 85.806-470 - Cascavel - PR.

Cascavel, 24 de abril de 2012.

Ofício nº 04/12- HUOP/SADT/FARMÁCIA

Ào  
Centro Cirúrgico  
Enfermeira Fabiane Severino Kutka

Comunicamos que a partir desta data, a Farmácia Central está entregando ao  
Centro Cirúrgico 05 Colotas Cranianas para armazenamento.

As Colotas são dos seguintes pacientes:

- Lauro Borges	- 06/07/2011	
- Alessandro Rodrigues Azeiteiro	- 25/08/2011	
- Ivanei de Fátima	- 06/06/2011	
- José Rodrigues da Silva	- 01/12/2011	
- José Aparecido de Jesus	- setembro/2010	

Rayza Assis de Andrade  
CRF/PR 24366  
Farmacêutica Residente-HUOP



## RESPOSTAS DA DIREÇÃO ADMINISTRATIVA CPI SUS

### 7.22 - Cascavel

#### 1-Quartos destinados a leitos sendo utilizados como setores administrativos, tomando uma ala inteira do hospital:

- Resposta: Em 2012 foram acrescentados 25 leitos com a liberação de áreas que estavam em reforma após a mudança do Banco de Leite para o novo prédio. Para este mesmo prédio serão transferidos setores administrativos, tão logo a passarela ligando os dois prédios esteja concluída. Após a reforma desses espaços liberados, será transferida a UTI pediátrica, liberando espaço para aumento de leitos da UTI GERAL.

#### 2-Excesso de servidores na ordem de 7 por leito (sete profissionais por leito).

Resposta: Foi realizado em 2012 um estudo para distribuição dos enfermeiros e técnicos de enfermagem de acordo com as normas do Conselho Federal de Enfermagem e de acordo com o risco dos pacientes em todas as Alas do Hospital. Este estudo está com a Direção de Enfermagem que está implantando as modificações.

#### 3- Pagamento de 15187 Horas Extraordinárias em apenas um mês.

Resposta: No ano de 2012, a média mensal de pagamento de horas extraordinárias foi: Funcionário da SETI: 13.454 (sendo que são 663 servidores, proporcionando uma média mensal de 20,3 horas/funcionário/mês). Dos que pertencem à SEBSA, o total de horas extras como média mensal foi de 4185 h: (para 182 funcionários, sendo 23 horas funcionários/mês).

#### 4- Elevado nível de terceirização dos profissionais da área médica.

Resposta: . Essa sistemática de contratação via Chamamento Público (uma modalidade Contratação, prevista pela Lei-Estadual 15.608/2007, artigos 24 e 25; regulamentada pelo Decreto Estadual 4507/2009) está implantada no HUOP desde 2007 e funciona adequadamente.



5-Elevado nível de terceirização dos profissionais da área médica, com indícios de irregularidade:

Resposta: O HUOP tem 10 médicos concursados, atuando na assistência (Pronto Socorro e Pediatria) e em atividades administrativas que exigem a atuação de médicos (Medicina Ocupacional, Auditoria de Pronúrios e Chefia do Centro Cirúrgico). Além desses, 16 docentes atuam no HUOP com Plantões Docentes Assistenciais e 75 empresas estão cadastradas com 105 prestadores credenciados a partir da modalidade de licitação denominada Chamamento Público. O valor gasto anualmente com essa modalidade é em torno de R\$ 12 milhões. Quanto às possíveis irregularidades, ao assumirmos em 01/01/2012, identificamos plantões dobrados no Pronto Socorro, imediatamente glosados e impedidos de serem realizados fora da escala.

6-Contratação de empresa de serviços médicos, em cuja composição societária consta servidor Diretor Clínico do Hospital Universitário.

Resposta: O atual Diretor Clínico é o DR. Amuri Cesar Jorge, servidor concursado com Docente do Curso de Medicina e presta serviços no HUOP na condição de Diretor e como Plantonista Docente Assistencial, não pertencendo ao quadro social de empresa prestadora.



**unioeste**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ  
Av. Tancredo Neves, 3224 - Fone/Fax: (0\*45) 3321-5151 - RAMAL/FAX: 5345  
Bairro Santa Onofre - CEP: 85.806-470 - Cascavel - Paraná

#### RELATÓRIO DE MANUTENÇÃO/INFRAESTRUTURA (CPI dos Leitos)

Em levantamento feito pela CPI dos leitos, na diligência do dia 07/07/2011, foram constatadas as seguintes não conformidades, no que diz respeito ao setor de Manutenção/Infraestrutura:

- Péssimas condições de conservação dos equipamentos hospitalares;
- Más condições da estrutura física;
- Acúmulo de mobiliário sanitário sendo depreciado;
- Péssimas condições sanitárias.

Conforme as constatações da CPI, informo que da data posterior a diligência inúmeras medidas foram tomadas em função dos problemas encontrados.

No que diz respeito às "Péssimas condições de conservação dos equipamentos hospitalares" o HUOP através da sua nova administração criou a Coordenadoria de Infraestrutura, que por sua vez intensificou o setor de manutenção através de mais funcionários, além disso, proporcionou cursos de qualificação e capacitação a toda equipe. Com isso elevou o nível técnico das manutenções o que possibilitou que muitos dos equipamentos que estavam parados ou em péssimas condições voltassem a operar. Além disso, contratos de manutenção de equipamentos específicos, como respiradores e tomógrafos, foram criados ou estão em fase de licitação. Hoje o hospital possui uma manutenção de equipamentos proativa, atendendo as solicitações com muito mais rapidez e qualidade.

Quanto às "Más condições da estrutura física", o hospital em parceria com a Penitenciária (Industrial) de Cascavel, firmou um convênio que possibilitou a utilização da mão de obra dos apenados na recuperação de sua estrutura física, através da reforma de todo o complexo hospitalar. Hoje o HUOP está provisoriamente certificado pela Vigilância Sanitária, já que está se adequando a todos os itens vistoriados pelo órgão.

Em relação ao "Acúmulo de mobiliário sanitário sendo depreciado", informo que os mesmos eram mobiliários inservíveis, pois apresentavam pequenos defeitos ou estavam quebrados. Estes mobiliários de banheiro eram provenientes das reformas nas enfermarias (G3, F1, F2 e vestiários), não sendo mais possível reaproveitá-los.

Em relação às "Péssimas condições sanitárias" informo que esta condição existia em função de um rompimento da tubulação principal de esgoto ocorrida entre as enfermarias, fazendo com que o esgoto sanitário não escoasse adequadamente, causando um efeito de retorno no escoamento nas demais rebalagens, que por sua vez causava o mau cheiro por todo hospital. No entanto este problema foi sanado no primeiro semestre de 2012, com a substituição e desobstrução deste duto principal.

Alcides Rodrigo Tessaro  
RG 23.0687-4  
Coordenador de Infra-estrutura do HUOP  
Pena nº 1714/2012

05  
03  
73



Gerência de Risco

Memorando nº 2/2013-GRSH.

Cascavel, 05 de fevereiro de 2013.

Aos Senhores

Prof. Dr. Allan Cezar Faria Araújo (Diretor Geral do HUOP)

Prof. Edilson Lutz Leissmann (Diretor Administrativo do HUOP)

Assunto: Ações de Hemovigilância no HUOP em 2012

Caros Senhores

Informamos que as ações de hemovigilância no HUOP têm sido desenvolvidas por meio de busca ativa, com registros de dados em formulários e livros específicos que tem sido periodicamente vistoriados pela vigilância sanitária municipal, de acordo com informações do enfermeiro Fábio Aguiar, responsável pela coleta, organização e compilação dos dados, assim como acompanhamento das investigações de reações transfusionais.

Temos também atuando na instituição um Comitê transfusional que reúne-se periodicamente para a discussão de ações de hemovigilância e elucidação sobre o desfecho de alguns casos de reação transfusional (confirmação ou não). As atas das reuniões deste comitê encontram-se arquivadas na Coordenação das Comissões.

As investigações de reações transfusionais são realizadas mediante preenchimento de Ficha de Investigação Transfusional (FIT), após o preenchimento uma via é arquivada no serviço e outra enviada ao SAME, mediante registro em livro de protocolo, para arquivamento no prontuário do paciente.

Com relação às Requisições de Transfusão (RTs) não contêm o CRM do médico prescritor, informamos que esta foi uma vez recebida do hemocentro e que nesta ocasião foi enviada uma comunicação interna (via Tasy) aos médicos e demais profissionais deste estabelecimento de saúde. Após esta comunicação acreditamos que houve maior atenção e não recebemos novos informes sobre esta não conformidade.

Adicionalmente informamos que assessoramos a elaboração de um projeto de trabalho (PDA- Projeto de Desenvolvimento de Agentes Universitários- cópia em anexo) intitulado "Ações de hemovigilância: coleta de dados, capacitação médica, de enfermagem e elaboração de protocolos". Esta proposta visa incrementar ações de hemovigilância, ampliar e aprimorar a segurança transfusional. O projeto foi aprovado e iniciado em dezembro de 2012.

Coloco-me a disposição para esclarecimentos caso julgue necessário.

Atenciosamente,

*Denise Costa Dias*  
ENFª DENISE COSTA DIAS  
Gerência de Risco Sanitário Hospitalar  
Portaria 28/2012





unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Reitoria  
CNPJ 18.580.337/0001-84  
Rua Universitária, 1519 - Jardim Universitário  
Fone (41) 3220-3000 - Fax (41) 3324-4590  
Cx. Postal 701 - CEP 85819-110 - Cascavel - Paraná  
[www.unioeste.br](http://www.unioeste.br)

FORMULÁRIO PARA  
A SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO  
AGENTE UNIVERSITÁRIO - PDA

Natureza do Projeto: Técnica-científica.

1. Tema/Título:

Ações de hemovigilância: coleta de dados, capacitação médica, de enfermagem e elaboração de protocolos.

2. Descreva resumidamente a contribuição do projeto:

Esta proposta visa incrementar ações de hemovigilância no Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP), pois as ações desenvolvidas propiciarão o melhor acompanhamento dos pacientes hemotransfundidos no HUOP e identificação precoce de reações adversas, contribuindo para a segurança do paciente. Permitirá capacitar acadêmicos e residentes de enfermagem e medicina para ações de hemovigilância e também profissionais do hospital, ampliar e aprimorar a segurança transfusional através da busca ativa para levantamento de dados e identificação precoce de possíveis reações transfusionais.

3. Demonstre a integração da proposta com projetos em andamento na instituição ou com o PPPI, o PDI ou a Avaliação Institucional:

O uso do sangue e seus componentes podem ter consequências indesejáveis – as reações transfusionais. Essas podem ser leves, moderadas ou graves, imediatas e tardias. Tais reações, de acordo com a RDC 57/2010, devem ser investigadas e comunicadas oficialmente à Vigilância Sanitária, por meio do Sistema NOTIVISA, pelo serviço onde ocorreu a transfusão.

De acordo com o manual técnico de hemovigilância da ANVISA (Brasil, 2007) "a terapia transfusional é um processo que mesmo em contextos de indicação precisa e administração correta, respeitando todas as normas preconizadas, envolve risco sanitário com a ocorrência potencial de incidentes transfusionais".

Considerando que o Comitê transfusional de acordo com o Regulamento técnico de Procedimentos Hemoterápicos (portaria 1.353 de 2011/MS), tem como função o monitoramento da prática hemoterápica na instituição de assistência à saúde, incluindo a atividade educacional e de hemovigilância e a elaboração de protocolos de atendimento da rotina hemoterápica; esta proposta visa incrementar estas ações no Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP).



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Reitoria  
CNPJ 78 680 337/0001-84  
Rua Universitária, 1619 - Jardim Universitário  
Fone (45) 3220-3000 - Fax (45) 3324-4590  
Cx. Postal 701 - CEP 85819-110 - Cascavel - Paraná  
[www.unioeste.br](http://www.unioeste.br)

**Justificativa:**

O HUOP não possui agência transfusional, e entende-se que pela proximidade que tem do hemocentro, tanto física como por meio de parcerias, pode justificar a não instalação desta. No entanto o Comitê Transfusional do HUOP realinha a necessidade de preparar uma equipe transfusional para ampliar e aprimorar a segurança transfusional.

No momento atual o HUOP não dispõe de recursos humanos para criação da equipe transfusional desta forma este projeto pode contribuir para a coleta de dados necessária à instituição e permitir a capacitação para procedimentos transfusionais.

Além disto, é uma exigência que "Os serviços de saúde que não possuem agências transfusionais em suas dependências, mas realizam a transfusão, devem manter registros que permitam a rastreabilidade dos hemocomponentes e dos procedimentos realizados." Para tanto se faz necessário incrementar os dados sobre o processo transfusional.

As reações transfusionais notificadas devem ser transformadas em informações úteis para identificar riscos e prevenir a ocorrência ou recorrência das mesmas.

Ações de hemovigilância são necessárias no HUOP, pois esta é uma exigência para hospitais universitários (PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2.400 DE 2 DE OUTUBRO DE 2007).

O projeto propiciará o melhor acompanhamento dos pacientes hemotransfundidos no HUOP e identificação precoce de reações adversas, contribuindo para a segurança do paciente.

**4. Objetivo Geral: ampliar e aprimorar a segurança transfusional.**

**4.1 Objetivos Específicos:**

- acompanhar as transfusões, monitorando os sinais vitais (Tax, PA, R e Fc), observar o paciente e registrar/comunicar imediatamente a ocorrência de reações adversas
- intensificar os procedimentos de identificação dos possíveis eventos adversos ocorridos durante ou após a transfusão sanguínea;
- preencher formulário de monitoramento das transfusões realizadas no HUOP;
- analisar ou preencher Ficha de Investigação Transfusional (FIT)
- analisar e/ou completar dados do protocolo para acompanhamento de reações transfusionais.
- analisar os prontuários dos pacientes receptores quanto ao preenchimento completo dos dados recomendados pela RDC 57/2010 art.144. I - data; II - horário de início e término; III - sinais vitais no início e no término; IV - origem e identificação das bolsas dos hemocomponentes transfundidos; V - identificação do profissional que a realizou; e VI - registro de reações adversas, quando for o caso.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Reitoria  
CNPJ 78.620.337/0001-84  
Rua Universitária, 1519 - Jardim Universitário  
Fone (45) 3320-3000 - Fax (45) 3324-4590  
Cx. Postal 701 - CEP 85819-110 - Cascavel - Paraná  
[www.unioeste.br](http://www.unioeste.br)

- realizar estudos de caso sobre reações transfusionais identificadas úteis para identificar riscos e prevenir a ocorrência ou recorrência das mesmas.
- utilizar os dados e informações coletadas para realizar ações de educação continuada para acadêmicos, estagiários e funcionários do HUOP.

#### 5. Procedimentos Metodológicos.

Condutas de investigação e protocolos de ação:

Busca-ativa:

Realização de busca ativa nas unidades de internamento e pronto socorro do HUOP para iniciar o rastreamento de pacientes hemotransfundidos. Estas atividades serão orientadas pelo coordenador do projeto, incluindo a coleta de dados, o preenchimento correto das fichas, criação de alerta no prontuário eletrônico para que toda a equipe do setor fique atenta para a observação do paciente nas primeiras 48hs do início da infusão de hemocomponente.

No acompanhamento das infusões de hemocomponentes devem ser observados: checagem da identidade do paciente, aferição de sinais vitais, horário de início da infusão, horário de término da infusão, análise do tempo de infusão e se os registros realizados estão de acordo com os protocolos (Ficha de Investigação Transfusional (FIT), registros de sinais vitais no prontuário, colagem da etiqueta da unidade de hemocomponente no prontuário do paciente).

Quando forem observadas não conformidades estas devem ser encaminhadas para planejamento de ações de educação-continuada da equipe do setor com a finalidade de corrigir o processo para a garantia da segurança.

Caso não seja possível o acompanhamento em tempo real os dados serão coletados retroativamente, a partir dos registros realizados pelas equipes dos setores.

Os colaboradores do projeto deverão manter relatório atualizado de suas atividades pelo preenchimento de ficha intitulada "FICHA DE INVESTIGAÇÃO DE CONFORMIDADE NO PROCEDIMENTO TRANSFUSIONAL" adaptada de Bueno (2007) (em anexo).

Cada um dos (as) colaboradores do projeto deverá elaborar e apresentar um estudo de caso mensal para os demais participantes do projeto assim como outros acadêmicos e profissionais do HUOP que tenham interesse pelo tema.



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Reitoria  
CNPJ 78.680.337/0001-84  
Rua Universitária, 1619 - Jardim Universitário  
Fone (41) 3220-3000 - Fax (41) 3324-4590  
Ca Postal 701 - CEP 85811-110 - Cascavel - Paraná  
[www.unioeste.br](http://www.unioeste.br)

9.2 Colaborador:

Nome: Mirelle Cunha Antunes

Função: Enfermeiro

Campus: Cascavel

E-mail: mirelle.antunes@hotmail.com

Sector: Pronto Socorro

Telefone: 99292171

Atividades previstas:

- Coletar dados dos pacientes hemotransfundidos na unidade de internação do Pronto Socorro.
- Participar de reuniões de estudo de caso, apresentando dados coletados.
- Participar de atividades educativas em hemovigilância, como parte da equipe de organização das atividades, como ouvinte e palestrante.

9.3 Colaborador:

Nome: Fabiana Severino Kupka

Função: Enfermeiro

Campus: Cascavel

E-mail: Fabiana.severino@uol.com.br

Sector: Centro Cirúrgico

Telefone: 99739848

Atividades previstas:

- Coletar dados dos pacientes hemotransfundidos na unidade de internação Centro Cirúrgico.
- Participar de reuniões de estudo de caso, apresentando dados coletados.
- Participar de atividades educativas em hemovigilância, como parte da equipe de organização das atividades, como ouvinte e palestrante.

9.4 Colaborador:

Nome: Giancarlo Iozo

Função: Enfermeiro

Campus: Cascavel

E-mail: Giancarlo\_izo@yahoo.com.br

Sector: UTI Pediátrica

Telefone: 91298755

Atividades previstas:

- Coletar dados dos pacientes hemotransfundidos na unidade de internação da UTI Pediátrica.
- Participar de reuniões de estudo de caso, apresentando dados coletados.
- Participar de atividades educativas em hemovigilância, como parte da equipe de organização das atividades, como ouvinte e palestrante.

9.5 Colaborador:

Nome: Luciani Cristina Chiquelero

Função: Auxiliar de Enfermagem

Campus: Cascavel

E-mail: lucinichiquelero@hotmail.com

Sector: UTI Geral

Telefone: 99740898

Atividades previstas:

- Coletar dados dos pacientes hemotransfundidos na unidade de internação



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Reitoria  
CNPJ 78.660.337/0001-64  
Rua Universitária 1619 - Jardim Universitário  
Fone (45) 3220-3800 - Fax (45) 3324-4593  
Cx Postal 701 - CEP 85874-110 - Cascavel - Paraná  
[www.unioeste.br](http://www.unioeste.br)

**Centro Cirúrgico**

- Participar de reuniões de estudo de caso, apresentando dados coletados
- Participar de atividades educativas em hemovigilância, como parte da equipe de organização das atividades, como ouvinte e palestrante.

**8.6 Colaborador**

Nome: Adriana Godoi Bazanella Carpenedo  
Função: Auxiliar de Enfermagem  
Campus: Cascavel  
E-mail: [adrianagbc@diwacominf.com.br](mailto:adrianagbc@diwacominf.com.br)  
Telefone: 30374750

Setor: UTI Neonatal

**Atividades previstas:**

- Coletar dados dos pacientes hemotransfundidos na unidade de internação da UTI Neonatal.
- Participar de reuniões de estudo de caso, apresentando dados coletados.
- Participar de atividades educativas em hemovigilância, como parte da equipe de organização das atividades, como ouvinte e palestrante.

**8.7 Colaborador**

Nome: Lucia Helena Pereira de Araújo  
Função: Auxiliar de Enfermagem  
Campus: Cascavel  
E-mail: [lu\\_cascavel123@hotmail.com](mailto:lu_cascavel123@hotmail.com)  
Telefone: 99707752

Setor: Neuro-Ortopedia

**Atividades previstas:**

- Coletar dados dos pacientes hemotransfundidos na unidade de internação de Neuro-Ortopedia.
- Participar de reuniões de estudo de caso, apresentando dados coletados.
- Participar de atividades educativas em hemovigilância, como parte da equipe de organização das atividades, como ouvinte e palestrante.

**8.8 Colaborador**

Nome: Eli Solda  
Função: Auxiliar de Enfermagem  
Campus: Cascavel  
E-mail: [eliosolda@hotmail.com](mailto:eliosolda@hotmail.com)  
Telefone: 98112080

Setor: Médico-Cirúrgica

**Atividades previstas:**

- Coletar dados dos pacientes hemotransfundidos na unidade de internação Médico-Cirúrgica.
- Participar de reuniões de estudo de caso, apresentando dados coletados.
- Participar de atividades educativas em hemovigilância, como parte da equipe de organização das atividades, como ouvinte e palestrante.





**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Reitoria  
CNPJ 78.680.337/0001-84  
Rua Universitária, 1619 - Jardim Universitário  
Fone (45) 3220-3000 - Fax (45) 3324-4550  
Ca. Postal 701 - CEP 85819-110 - Cascavel - Paraná  
[www.unioeste.br](http://www.unioeste.br)

#### 6. Referências

Duceno, S. C. Proposta de implementação da hemovigilância para a Racionalização na utilização dos hemocomponentes. Monografia de especialização UNIOESTE - Cascavel, 2007. Disponível em: [http://www.cascavel.unioeste.br/revistas/monografias/monografia\\_de\\_implementacao\\_da\\_hemovigilancia.pdf](http://www.cascavel.unioeste.br/revistas/monografias/monografia_de_implementacao_da_hemovigilancia.pdf) Acesso em 13 de setembro de 2012.

Brasil Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Hemovigilância: manual técnico para investigação das reações transfusionais imediatas e tardias e das infecções. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília, ANVISA, 2007.

BRASIL. Resolução S/D/010 de 30 de junho de 2010. *Diário Oficial da União*. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Brasília, DF. 19 NOV 2010.

BRASIL. PORTARIA Nº 1.353, DE 13 DE JUNHO DE 2011. Ministério da Saúde. Aprova o Regulamento Técnico de Procedimentos Hemoterápicos.

BRASIL. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2.400 DE 2 DE OUTUBRO DE 2007. Estabelece os requisitos para certificação de unidades hospitalares como Hospitais de Ensino.

#### 7. Local da realização:

Hospital Universitário do Oeste do Paraná

#### 8. Período: Início em janeiro de 2013 e término em dezembro de 2013

#### 9. Servidores Participantes do Projeto:

Coordenador, responsável pelo projeto e equipe de trabalho (Descrever as atividades que cada membro deve desenvolver)

##### 9.1. Coordenador do projeto:

Nome: Fábio Pedro de Aguiar

Função: Enfermeiro

Campus: Cascavel

Sector: Hospital Universitário do Oeste do Paraná

E-mail: [fabio.aguiar@unioeste.br](mailto:fabio.aguiar@unioeste.br)

Telefone: 45-99797201

##### Atividades previstas:

Coordenar as atividades dos colaboradores do projeto:

- Orientar a realização das coletas de dados.
- Acompanhar a análise de prontuários.
- Planejar, organizar e participar na execução de atividades educativas sobre cuidados no processo transfusional de hemocomponentes.
- Organizar os registros das ações realizadas pelos colaboradores residentes e acadêmicos.
- Orientar elaboração de trabalhos para apresentação em eventos.
- Participar de reuniões para estudo de casos.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Reitoria  
CNPJ 78 690 337/0001-84  
Rua Universitária, 1619 - Jardim Universitário  
Fone (45) 3220-3000 - Fax (45) 3324-4590  
Ca. Postal 701 - CEP 85619-110 - Cascavel - Paraná  
[www.unioeste.br](http://www.unioeste.br)

10. Previsão orçamentária (se houver)

Receitas (Descrever)	Fonte (Descrever)	Valor
Não		

11. Previsão orçamentária (se houver)

Despesas (Descrever)	Fonte (Descrever)	Valor
Não		

12. CRONOGRAMA: (modelo)

Relacionar as atividades	2012 (meses)		A partir de 2013 (meses)											
	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Cadastro na pro-reitoria	x													
Planejamento de atividades educacionais sobre hemofilia		x	x	x										
Capacitação dos profissionais colaboradores			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Atividades de monitoramento institucional com participação dos alunos				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Reuniões para estudo de casos			x		x		x		x		x		x	
Desenvolvimento de atividades educacionais sobre hemofilia				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Compilação de dados e confecção do relatório anual												x	x	x
Apresentação de relatórios	Relatórios serão apresentados de acordo com o determinado na Resolução 105/2012-CGU													

Cascavel, \_\_\_\_\_ de novembro de 2012.

Coordenador do Projeto  
Enfermeiro-Hospital Universitário do Oeste do Paraná



80

5ª feira | 10/Abr/2014 - Edição nº 629  
17ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa | Publicação nº 271

Diário **OFICIAL** Paraná  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Diário Oficial Certificado Digitalmente

O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia  
de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site  
<http://www.imprensaoficial.pr.gov.br>

**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Reitoria  
CNPJ 78.680.337/0001-84  
Rua Universitária 1815 - Jardim Universitário  
Fone (45) 3220-3000 - Fax (45) 3324-4550  
Cx. Postal 701 - CEP 84001-110 - Cascavel - Paraná  
[www.unioeste.br](http://www.unioeste.br)

## PARA PREENCHIMENTO DA COMISSÃO

- ( ) Aprovado  
( ) Não Aprovado  
( ) Aprovado com ressalvas, encaminha-se ao Coordenador do Projeto para  
atendimento da recomendação e retorno à Comissão.

Parecer/Recomendação da Comissão (se necessário):

Assinatura dos Membros da Comissão

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Reitoria  
CNPJ 78.680.337/0001-42  
Rua Universitária 1815 - Jardim Universitário  
Fone (45) 3220-3000 Fax (45) 3324-4590  
C/ Postal 701 - CEP 85414-110 - Cascavel - Paraná  
[www.unioeste.br](http://www.unioeste.br)

( ) Aprovado com ressalvas, encaminhe-se ao Coordenador do Prompto para atendimento da recomendação e retorno à Comissão

Parer/Recomendação da Comissão (se necessário)

Assinatura dos Membros da Comissão

ANEXO

FICHA DE INVESTIGAÇÃO DE CONFORMIDADE NO PROCEDIMENTO TRANSFUSIONAL

DATA DA INVESTIGAÇÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Nº. DA FICHA: \_\_\_\_

a) Dados do receptor:

Nome completo: \_\_\_\_\_

Data do nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Sexo: ( ) M ( ) F

Peso: \_\_\_\_\_ n.º do prontuário: \_\_\_\_\_

Sector do hospital onde foi realizada a transfusão: \_\_\_\_\_

Diagnóstico clínico: \_\_\_\_\_

Tipo de hemocomponente prescrito: \_\_\_\_\_

b) Dados da indicação da transfusão na requisição transfusional:

Hematócrito: \_\_\_\_\_ Hemoglobina: \_\_\_\_\_ Plaquetas: \_\_\_\_\_

\*Resumo da indicação: \_\_\_\_\_

c) Conformidade de preenchimento da requisição transfusional (rt):

Preenchimento	OK	SIM	NÃO	INCOMP LETO	NÃO AVALIADO
NOME COMPLETO					
IDADE					
PESO					
DIAGNÓSTICO					
DADOS LABORATORIAIS					
SETOR SOLICITANTE					
ESPECIFICAÇÃO CLARA DA DOSE					
ESPECIFICAÇÃO CLARA DO INTERVALO					
DATA DO PEJIDO					
ASSINATURA DO MÉDICO SOLICITANTE					
CARIMBO OU N.º DO CRM DO MÉDICO SOLIC					



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Rectoria  
CNPJ 78.680.337-0001-84  
Rua Universitária 1819 - Jardim Universitário  
Fone (45) 3220-3690 - Fax (45) 3224-4590  
Ca. Postal 701 CEP 85814-110 - Cascavel - Paraná

[www.unioeste.br](http://www.unioeste.br)

Ha registro da hora do início da transf. ( ) sim ( ) não

Ha registro da hora do término da transf. ( ) sim ( ) não

O Doente apresentou reação transfusional

( ) SIM ( ) NÃO

For notificada ( ) sim ( ) não

O incidente reação transfusional foi ( ) confirmado ( ) descartado ( ) inconclusivo

g) Observações do procedimento transfusional:

Hora do início da infusão: Hora do término da infusão:

Análise do tempo de infusão:

Observação do paciente:

- O "resumo da indicação" do uso de hemocomponente (parte do item b), e o item d deste instrumento, que trata da *Adequação da solicitação à situação clínica do receptor* deverão ser preenchidos por médico Hematologista em casos de reação transfusional.





ANEXO III

FORMULÁRIO DE INCLUSÃO NO PROJETO PDA SEM BENEFÍCIO

Eu Quimodo Togo  
RUI nº 5874-042 CPF nº 955.212.507-63 ocupante do cargo de  
Agente Universitário, em função de Enfermeiro  
lotado (a) no (a) 11002 ... declaro que participei do Projeto  
Intitulado Acesso aos Serviços de Saúde da Comunidade  
Medicinal e de Enfermagem  
porém, não faço opção pelo benefício financeiro do PDA neste projeto.

Cascavel, 02 de 04 de 2014

Quimodo Togo  
SERVIDOR



84

5ª Feira | 10/Abri/2014 - Edição nº 629  
17ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa | Publicação nº 271

Diário **OFICIAL** Paraná  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Diário Oficial Certificado Digitalmente  
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia  
de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site  
<http://www.impressaooficial.pr.gov.br>



TERCEIRO - TERCEIRO X.5.0.0

Eu Thiéfany Lúcia Cássia  
RG nº 6.811.346-9 - CPF nº 023.289.254-92 residente  
na rua Paulista, nº 158, na cidade  
de Curitiba, Estado do Paraná,  
ocupante do cargo de Agente Universitário, na  
função Formadora, lotado no HWOP  
com sede na Curitiba comprometo-me  
a manter a matrícula em dedicação exclusiva à Unioeste, de  
acordo com o disposto na Lei nº 6.174/1970, e declaro estar  
ciente do Regulamento do PDA, estando sujeito às penalidades  
previstas nos termos da Lei.

Curitiba, 29 de novembro de 2012.

Thiéfany Lúcia Cássia  
Assinatura



TRAB. N. 1077/2013

Eu Fabiana Damião Kuchta,  
RG nº 43.275.9, CPF nº 031938589-0 residente  
na rua Constituinte, nº 303, na cidade  
de Osasco, Estado do Paraná,  
ocupante do cargo de Agente Universitário, na  
função de Informante, lotado no HQ2,  
com sede na Paracatu, comprometo-me  
a manter o exercício em dedicação exclusiva à Unioeste, de  
acordo com o disposto na Lei nº 6.174/1970, e declaro estar  
ciente do Regimento do PDA, estando sujeito às penalidades  
previstas nos termos da Lei.

Cascavel, 29 de novembro de 2014.

Fabiana Damião  
Servidor



Eu Adriana Godi Bonnetto Carpenedo,  
RG nº 1.088.315-9, CPF nº 014.63.03590 residente  
na sua Casa, nº 3559, na cidade  
de Curitiba, Estado do Paraná,  
ocupante do cargo de Agente Universitário, na  
função Ass. Contábil, lotado no HOC,  
com sede na Av. Paraná, comprometo-me  
a manter o exercício em dedicação exclusiva à Unicaste, de  
acordo com o disposto na Lei nº 6.114/1970, e declaro estar  
ciente do Regulamento do PDA, estando sujeito às penalidades  
previstas nos termos da Lei.

CACAVEI. 30 de novembro de 2012

Carla Godi  
Assinada



Eu André Kallik Universitário de Unioeste,  
RG nº 4.806.445.5, CPF nº 233.115.519-25 residente  
na rua Flor de Maracujá nº 768, na cidade  
de Cascavel, Estado do Paraná,  
ocupante do cargo de Agente Universitário, na  
função Assistente de Laboratório lotado no HUOP  
com sede na Unioeste comprometo-me  
a manter o exercício em dedicação exclusiva à Unioeste, de  
acordo com o disposto na Lei nº 6.774/1970, e declaro estar  
ciente do Regulamento do POK, estando sujeito às penalidades  
previstas nos termos da Lei.

Cascavel, 26 de março de 2014

Assinatura do cargo  
Servidor





88

5ª feira | 10/Abri/2014 - Edição nº 629  
17ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa | Publicação nº 271

Diário **OFICIAL** Paraná  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Diário Oficial Certificado Digitalmente

O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia  
de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site  
<http://www.impressaooficial.pr.gov.br>



Med. 11.2007

Eu ELIO SOLDA  
RG nº 4.322.6554, CPF nº 15249135988 residente  
na rua TRAMONTE, Nº 642, nº 000 298, na cidade  
de CASCAVEL, Estado do Paraná,  
ocupante do cargo de Agente Universitário, na  
função ADJUNTO DE EXTENSÃO, lotado na HUOP,  
com sede na CASCAVEL, comprometo-me  
a manter o exercício em dedicação exclusiva à Unioeste, de  
acordo com o disposto na Lei nº 6.174/1970, e declaro estar  
ciente do Regulamento do RGA, estando sujeito às penalidades  
previstas nos termos da Lei.

CASCAVEL, 30 de NOVEMBRO de 2014

Assinado



PROPOSTA DE LEI Nº 10.741/2003, DE 10 DE ABRIL DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE VAGAS PARA O CARGO DE AGENTE UNIVERSITÁRIO, NA FUNÇÃO DE

TÍTULO DE COMPROMISSO

Eu, Dr. João Carlos de Souza, CPF nº 000.000.000-00, residente na rua 1000, nº 1000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, ocupante do cargo de Agente Universitário, na função de Assistente Administrativo, lotado no 1151, com sede na Universidade Federal do Paraná, comprometo-me a cumprir o serviço em dedicação exclusiva à Unidade, de acordo com o disposto na Lei nº 6.174/1970, e declarar estar ciente de que, estando sujeito às penalidades previstas na Lei.

Assinatura do Dr. João Carlos de Souza, de 10/4/2014.



Eu Luciani Cristina Arqueles,  
RG nº 8.026.233-7, CPF nº 033.181.026-4, residente  
na rua Muniz Garcia, nº 424, na cidade  
de Cascavel, Estado do Paraná,  
ocupante do cargo de Agente Universitário, na  
função aux. admin, lotado na HUOP,  
com sede na cidade de Cascavel, comprometo-me  
a manter o exercício em dedicação exclusiva à Unioeste, de  
acordo com o disposto na Lei nº 6.171/1970, e declaro estar  
ciente do Regulamento no FOM, estando sujeito às penalidades  
previstas nos termos da Lei.

Cascavel, 29 de novembro de 2012.

Luciani Cristina Arqueles  
servidor



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Rua da Assembleia, 224 - Fone: (41) 321-1111  
Município: Curitiba - C.E.A. 45.000.070 - Curitiba - Paraná

# FICHA DE INVESTIGAÇÃO DE CONFORMIDADE NO PROCEDIMENTO TRANSFUSIONAL

DATA DA INVESTIGAÇÃO: \_\_\_\_\_ Nº DA FICHA: \_\_\_\_\_

## a) Dados do receptor:

Nome completo: \_\_\_\_\_  
Data de nascimento: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) M ( ) F Peso: \_\_\_\_\_  
Nº do prontuário: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Anos  
Diagnóstico clínico: \_\_\_\_\_  
Tipo de hemocomponente prescrito: \_\_\_\_\_

## b) Dados da indicação da transfusão na requisição transfusional:

Hemoglobina: \_\_\_\_\_ Hematócrito: \_\_\_\_\_  
Resumo da indicação: \_\_\_\_\_

## c) Conformidade do Preenchimento da Requisição Transfusional (RT):

Preenchimento	Sim	Não	Incompleto	Não Avaliado
Nome completo				
Idade				
Peso				
Diagnóstico				
Dados laboratoriais				
Sótor solicitante				
Especificação clara da base				
Especificação clara do intervalo				
Transfusões anteriores				
Data do médico				
Assinatura do médico				
Solicitante				
Carimbo (ou nº. do CRM) do médico solicit.				

## d) Adequação da solicitação à situação clínica do receptor:

Transfusão justificada? ( ) sim ( ) não  
Dose adequada? ( ) sim ( ) não Intervalo adequado? ( ) sim ( ) não  
Tipo de hemocomponente adequado? ( ) sim ( ) não

## e) Adequação das registros no prontuário do receptor:

Referência à transfusão na evolução ou relatório de enf.: ( ) sim ( ) não ( ) incompleto  
Há prescrição do hemocomponente? ( ) sim ( ) não ( ) incompleto  
Há registro dos sinais vitais no início da transf.: ( ) sim ( ) não ( ) incompleto  
Há registro dos sinais vitais no final da transf.: ( ) sim ( ) não ( ) incompleto  
Há registro da hora do início da transf.: ( ) sim ( ) não  
Há registro da hora do término da transf.: ( ) sim ( ) não

## f) Ocorreu incidente/reacção transfusional:

( ) SIM Qual? \_\_\_\_\_ ( ) NÃO

Foi notificado? ( ) sim ( ) não

O incidente/reacção transfusional foi: ( ) confirmado ( ) descartado ( ) inconclusivo

## g) Observações do procedimento transfusional:

Hora do início da infusão: \_\_\_\_\_ Hora do término da infusão: \_\_\_\_\_

Análise do tempo de infusão: \_\_\_\_\_

Observação do paciente: \_\_\_\_\_

\* O item d deve ser preenchido, que trata da adequação da solicitação à situação clínica do receptor, deverá ser preenchido pelo médico Hematologista em casos de reacção transfusional



UNIOESTE-HUOP  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ  
Av. Tancredo Neves, 3224 - Fone/Fax: (41) 3321 5151  
Bairro Santo Onofre - CEP: 85808-470 - Cascavel - Paraná



MM/SCIH/CCIH/HUOP/003/2013 Cascavel, 05 de Fevereiro de 2013.

De: SERVIÇO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR (SCIH)  
COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR (CCIH)

Para: Allan Cezar Faria Araújo

Setor: Direção Geral

Ref.: Encaminhamento MEMO 002/2013 e MEMO 124/2012.

Venho por meio deste, encaminhar MEMO 002/2013 referente ao Item da Controle Ineficiente de Infecção Hospitalar da Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI) instituída em julho de 2011 e reenviar MEMO 124/2012 sobre a problemática levantada por este Serviço das dificuldades no controle de infecções, conforme solicitado por esta direção.

Atenciosamente,

*(Assinatura)*

D<sup>a</sup> Carla Sakuma de Oliveira Bredt  
Médica Coordenadora - SCIH/CCIH/HUOP

recebido em 10/04/13  
às 14:00 horas  
TBC



UNIOESTE-HUOP  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ  
Av. Tancredi Neves, 3224 - Fone/Fax: (45) 3321 5151.  
Bairro Santo Onofre - CEP: 85806-470 - Cascavel - Paraná



MM/SCIH/CCIH/HUOP/002/2013 - Cascavel, 05 de Fevereiro de 2013.

Da: SERVIÇO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR (SCIH)  
COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR (CCIH)

Para: Allan Cezar Faria Araújo

Setor: Direção Geral

Ref.: Parecer Item CPI Letos SUS 2011

Venho por meio desta, encaminhar conforme solicitado, parecer referente ao item de Controle de Infecção Hospitalar da Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI) instituída em julho de 2011.

Primeiramente, a constituição de uma Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, bem como o Serviço de Controle de Infecção Hospitalar é formada por membros específicos e qualificados que conforme a portaria 2618/95 objetiva o trabalho de um programa de controle baseado em normas e rotinas a serem delegadas e instituídas. Portanto, não podemos esquecer que o controle das infecções relacionadas à assistência saúde é uma dependência de recursos materiais e humanos, bem como normalizações que sejam cumpridas e apoiadas por todas as gerências de uma Instituição de Saúde, pois estas acabam por afetar diretamente os índices das infecções no âmbito hospitalar.

Assim, conforme dados arquivados no serviço de controle de infecção hospitalar, baseados em recomendações de normas técnicas, protocolos vigentes e literaturas do Ministério da Saúde, Estado do Paraná e Município que compreendem critérios de fechamento de infecções, observa-se uma redução de 0,04% do índice de infecções hospitalares de 2011 para 2012, sendo média anual referente a 5,42% em 2011 e 5,38% em 2012, lembrando que, o índice permitido em Instituições de Ensino e de 5% de acordo com a OMS.

Isso nos leva a interpretar os dados valiosos, porém ainda com melhora pouco significativa, a o que nos chama a atenção pelas ações que estão sendo realizadas e ainda pouco eficientes.

Atenciosamente,

Dr.ª Carla Sakuma de Oliveira Bredt  
Médica Coordenadora - SCIH/CCIH/HUOP





UNIOESTE-HUOP  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ  
Av. Tancredo Neves, 3234 - Fone/Fax: (41) 3321 5151  
Bairro Santa Cecília - CEP: 85306-470 - Cascavel - Paraná



NM/SCIH/CCIH/HUOP/124/2012

Cascavel, 10 Dezembro de 2012.

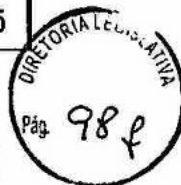
De: SERVIÇO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR (SCIH)  
COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR (CCIH)

Para: Allan Cezar Faria Araujo  
Direção Geral - HUOP

Ref.: Problemas levantados pelo Serviço Controle de Infecção Hospitalar (SCIH) no Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

Vimos através levantar os problemas levantados pelo SCIH as dificuldades de ação do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (IRAS):

1) Falta de artigos médico-hospitalares;	1) Previsão de recursos;
2) Uso indiscriminado de antibióticos;	2) Normativa 104/2012 CCIH;
3) Falta de adesão de medidas de isolamento dentro e fora do hospital;	3) Normativa 36/2004 CCIH;
4) Falta de participação em treinamentos do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar;	4) Estruturação setor de educação continuada e medida administrativa;
5) Aumento de infecção/colonização de bactérias multiresistentes em pacientes de sala de emergência e Unidade de Terapia Intensiva;	5) Programação desinfecção terminal periódica, além das práticas de rastreabilidade de BMR (Normativa 105/2012);
6) Falta de desinfestação e desratização nos setores (nenhuma organizada atualmente), o que afeta no aparecimento de vetores;	6) Programação desinfecção terminal periódica, conforme calendário anual (medida emergencial encaminhado em memo 121/2012);
7) Presença de alimentos de forma desordenada fora do refeitório principal da Instituição e recebimento de alimentos de fora da Instituição;	7) Normativa 42/2004;
8) Transito de pessoas de forma desordenada entre os setores críticos;	8) Normativa 42/2004;
9) Uso de uniforme restrito fora dos setores críticos e fora da Instituição;	9) Normativa 42/2004;
10) Proporção inadequada de profissional x leitos, principalmente profissionais de assistência direta como técnicas de enfermagem e enfermeiros;	10) Dimensionamento das necessidades;
11) Falta de espaço físico para determinações de quartos de	11) Isolamento em coorte;



Isolamento:	Interocomunicação Central de leitos:
12) Unidade de Pronto Socorro sem condições adequadas de isolamento, impossibilitando medidas sanitárias apropriadas para controle de agravos como tuberculose e meningite, que conforme o fluxo de atendimento da instituição terá parte de entrada o pronto socorro;	12) Overto de isolamento no fim do corredor do pronto socorro, comunicação central do leito, pronto socorro emergência e unidade de terapia intensiva;
13) Falta de manutenção preventiva em equipamentos como autoclaves, o que acarreta em manutenção corretiva com frequência;	13) Instalar protocolo de manutenção preventiva;
14) Dificuldade do acesso às normas e rotinas da CCIM;	14) Disponibilidade das normativas públicas da CCIM no easy, protocolos nos setores;
15) Falta de recursos humanos e materiais do serviço de apoio o que acarreta em redução em locais da instituição;	15) Prever recursos necessários;
16) Falta de uniformes e uniformes privativos nos setores;	16) Dimensionar necessidades, controlar despesas, repor periodicamente;
17) Falta de gerenciamento de resíduos sólidos de saúde;	17) Criar, implementar e avaliar PGRSS;
18) Falta de controle do fluxo de pessoas na instituição por várias entradas;	18) Gerenciamento de fluxos;

Sendo o que havia para o momento.

Atenciosamente,

*C. P. de 11/7*

Drª Carla Sakuma de Oliveira Bredt  
Médica Coordenadora - SCIM/CCIM/HUOP

Clique no [link](#) abaixo ou dele se utilize, para acessar as fotos da Audiência: (Ctrl + clique para seguir o link)

<http://deputadoparanhos.com.br/album.php?idalbum=286>

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

2013



## COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO DOS LEITOS DO SUS

RELATÓRIO FINAL  
PARTE VI

## CONCLUSÕES.

Conotadas as limitações impostas à CEF-SUS - Comissão Especial de Fiscalização dos Leitos do SUS, exhaustivamente comentadas na Parte I, do presente Relatório, entendemos que na medida do possível, em virtude do período eleitoral que atravessou, tendo seu Relator candidato à Prefeito do Município de Ponta Grossa, hoje gloriosamente eleito, e os sucessivos equívocos hermenêuticos que irregularmente reduziram o prazo de vigência da Comissão, e a falta de recursos, a CEF-SUS cumpriu parte da missão determinada pelo Plenário desta Assembleia Legislativa, tendo as seguintes conclusões retiradas do trabalho realizado:

1. Os usuários do Sistema Único de Saúde paranaenses não estão satisfeitos com a prestação de serviços de saúde, em especial no que tange à demora no atendimento para consultas e demais procedimentos nas unidades de saúde, embora reconheçam que inúmeros investimentos, obras e ações do atual Governo do Estado, estão sendo realizados com vistas a obtenção de melhora no atendimento.
2. A CPI dos Leitos do SUS, concluiu pela necessidade de instituição de Central de Regulação de Leitos Estadual *on line*, disponibilizando em tempo real, a informação de ocupação, a todas as unidades de saúde e à população em geral, assim como



aos órgãos públicos de fiscalização, contendo a Central Estadual e cada Central Regional, pelo menos um profissional médico para avaliação das complexidades e prioridades nas internações.

É com grande satisfação que a CEF-SUS reconhece que o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, acatou proposta da CPI dos Leitos do SUS e realizou a contratação de uma Solução Tecnológica Integrada de Gestão Estadual de Regulação Assistencial dos prestadores de serviços Públicos e Privados Contratados pelo SUS, no Estado do Paraná. O projeto está sendo implantado em fases distintas, sendo que na fase inicial contemplou todas as Unidades Macrorregionais de Regulação de Leitos, como solicitantes para a Central de Regulação Estadual de Leitos, e inicialmente alguns estabelecimentos executantes de internação. Veja como foi estruturalmente organizado:

- URL Macro Leste – Curitiba
- URL Macro Oeste – Cascavel
- URL Macro Norte – Londrina
- URL Macro Noroeste – Maringá

#### HOSPITAIS – Estabelecimentos Executantes

##### 1ª Regional de Saúde - Paranaguá

- |   |   |
|---|---|
| • Hospital Regional do Litoral (L)                          | • Hospital Dr. Sívio Bittencourt Linhares |
| • Hospital Regional do Litoral Lucy Reguão de Mello e Silva | • CAPS Recomeço                           |
| • Pronto Socorro Municipal                                  | • Hospital Nossa Senhora dos Navegantes   |
| • Hospital e Maternidade de Morretes                        | • CAPS I                                  |
| • Centro de Saúde Balduino Lobo                             | • Centro de Saúde Segismundo Gonçalves    |
| • Pronto Socorro 24h  |   |

##### 2ª Regional de Saúde - Metropolitana

- |  |   |
|--|---|
| • US Cachoeira 24 horas                    | • CAPS II de Almirante Tamandaré              |
| • CAPS I de Campina Grande do Sul          | • Unidade de Saúde Conceição Maria de Andrade |
| • Unidade de Saúde Dacyr Siqueira Trevisan | • Centro Médico Hospitalar                    |
| • CAPS AD de Campo Largo                   | • Unidade de Saúde Anete Richa PA 24 horas    |
| • PA Alto MARACANÁ                         | • CAPS AD de Colombo                          |
| • CAPS II de Colombo                       | • Ambulatório de Saúde mental                 |
| • CAPS I de Lapa                           | • Pronto Atendimento                          |
| • Unidade de Saúde Vila São José - Lapa    | • CAPS I de Itaperuçu                         |
| • Hospital e Maternidade de Itaperuçu      | • Unidade de Saúde Jardim                     |



- CAPS I de Quatro Barras
- CAPS I de Rio Branco do Sul
- CESME - Piraquara
- Hospital e Maternidade Municipal de São José dos Pinhais
- Hospital e Maternidade Parolin
- Hospital Infantil Waldemar Monastier
- Hospital Psiquiátrico San Julian
- Associação de Pesquisa e Tratamento ao Alcoolismo - APTA
- Graciosa Quatro Barras
- Unidade de Pronto atendimento 24h de Pinhais
- Hospital Municipal de Rio Branco do Sul
- CAPS AD de Piraquara
- Hospital Angelina Caron
- Hospital Nossa Senhora do Rocio
- Hospital Colônia Adauto Botelho
- Comunidade Dr Warrb Motta - HJ

## 3ª Regional de Saúde - Ponta Grossa

- Associação Hospitalar Bom Jesus
- Hospital Vicentino
- Hospital Municipal Dr Amadeu Puppi
- Hospital São Camilo (Psiquiatria)
- Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa
- Hospital Regional de Ponta Grossa Wallace Thadeu M e Silva
- Hospital da Criança Prof. João Vargas de Oliveira

## 4ª Regional de Saúde - Iralá

- Santa Casa de Iralá

## 5ª Regional de Saúde - Guarapuava

- Hospital de Caridade São Vicente de Paulo
- Instituto São José
- Instituto Virmond
- Hospital São Vicente de Paulo

## 6ª Regional de Saúde - União da Vitória

- Hospital Regional de Caridade Nossa Senhora Aparecida (Hospital São Camilo)
- Centro Social Rural de Antonio Olinto
- Hospital Municipal Santa Terezinha
- Centro de Saúde de Paula Freitas
- Centro de Saúde de Porto Vitória
- CAPS de São Mateus do Sul
- Pronto Atendimento Emergencial - União da Vitória
- Clínica Médica - União da Vitória
- APM (Assoc. Prot. Maternidade e a Infância)
- Hospital São Vicente de Paula - Bituruna
- Hospital Municipal Dr. Régis Beneditus Marigliani
- Hospital Municipal São João Batista
- Pronto Atendimento Dr. Oseas Pacheco
- Hospital Paulo Fortes
- CAPS de União da Vitória

## 21ª Regional de Saúde - Telêmaco Borba

- Hospital Dr. Feitosa



Clique no Link abaixo ou dele se utilize para acessar o anúncio da SESA - Secretaria de Estado da Saúde de instituição do Sistema Estadual de Regulação de Leitos. (Clique para seguir o Link)

<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=70025&tit=Governo-lanca-sistema-de-regulacao-para-leitos-exames-e-consultas>

3. A conclusão da CPI dos Leitos do SUS, manifestada em seu Relatório no item 7.2., de que não há falta de leitos do SUS no Estado do Paraná, e de existência de leitos desativados sem contratualização pelo SUS (enfermarias equipadas) e leitos inativos, foi integralmente acertada. Clique no link abaixo ou dele se utilize, para acessar notícia recente sobre a questão:

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?i=1&id=1357020&tit=Nos-hospitais-estaduais-um-a-cada-tres-leitos-esta-ocioso>

No que concerne à constatação da CPI dos Leitos do SUS que identificou má gestão dos leitos existentes, falta de destinação de recursos para operacionalização de leitos desativados ou inativos, falta de destinação de recursos para operacionalização de salas cirúrgicas e de UTIs inativas e falta de vagas de UTIs neonatal e infantil, indicando:

- A necessidade de contratualização pelo SUS dos leitos instalados, que constam como desativados;
- A necessidade de ativação dos leitos inativos contratualizados pelo SUS, por meio de melhor gestão da regulação de distribuição de leitos, destinando pacientes a estes leitos inativos;
- A Instituição de Programa para Recapturação dos Leitos Distratados nos últimos 4 anos junto a rede privada, como previsão de crescimento da demanda vegetativa. (Paraná perdeu mais de 1.500 leitos nos últimos 4 anos, segundo dados da pesquisa de assistência médica sanitária do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

A CEF-SUS, no tocante a estas indicações da CPI, observou a tomada de atitudes por parte do Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado da Saúde, pois foram inúmeras as ações implementadas, dentre elas destacamos as seguintes:





(2041)

Obras de saúde recebem para ampliar serviços do HU de Cascavel - Notícias de BERA - Departamento de Saúde

Governo do Estado do Paraná

Secretaria da Saúde

PORTAL EM UM CUCIJE

Notícia de BERA

04/02/2013

Governo destina recursos para ampliar serviços do HU de Cascavel

O secretário de Saúde, Michele Caputo Neto, anunciou nesta quarta-feira (06/02), durante a entrega de convênios no Show Furel em Cascavel, a repasse de R\$ 420 mil em equipamentos para o Hospital Universitário da Oeste do Paraná, em Cascavel. Os recursos vão possibilitar a compra de equipamentos para a realização de testes diagnósticos do hospital, como instrumentos cirúrgicos, camas de anestesia, entre outros.

Segundo Caputo Neto, os recursos serão repassados no próximo mês. "Queremos agilizar a procura de materiais desses setores. Com isso, vamos ampliar a capacidade de atendimento de pacientes que necessitam de procedimentos diagnósticos na região", explicou.



O secretário também destacou os investimentos que o governador Getúlio Rocha vem fazendo para qualificar ainda mais o atendimento em saúde na região oeste. "Nossa política é investir para levar serviços qualificados para mais pessoas da região. É a grande vontade para a Oeste é o Centro de Diagnóstico que está sendo criado aqui no HU de Cascavel", afirmou.

As obras do Centro de Diagnóstico deverão ser iniciadas neste ano e já estão previstas na agenda de saúde para 2013. Especializado em quadros de diversas naturezas e níveis de gravidade, ele será a principal referência na região. Hoje, apenas o Hospital Evangélico de Curitiba e o Hospital Universitário de Londrina prestam esse tipo de serviço.

Recentemente, um jovem queimado com cerca de 70% do corpo em um acidente com narguilé e foi encaminhado em saúde graças ao HU de Cascavel. Após ser estabilizado e não correr mais risco de morte, o paciente foi transferido ao Hospital Evangélico de Curitiba para receber tratamento especializado em queimaduras.

"Com a abertura do novo Centro, temos como o nosso foco visando de oferecer a população da Oeste poderá contar com mais esse serviço de alta complexidade", ressaltou Caputo Neto.

© Secretaria de Saúde  
Rua Piquet 170 - Fátima - 82200-140 - Curitiba - PR  
41 3330-4303 - 41 3330-4406 - Localização



www.impressaooficial.pr.gov.br - 04/02/2013 - Obras de saúde recebem para ampliar serviços do HU de Cascavel

91



120493

Govtmo formaliza convênio para fortalecer gestão do SUS nos municípios - Notícias da DESA - Secretaria de Saúde

**Governo do Estado do Paraná  
Secretaria de Saúde**

PORTAL EM UM CLIQUE

Notícias da DESA  
24/12/2013

**Governo formaliza convênio para fortalecer gestão do SUS nos municípios**

O governador Beto Richa assinou nesta semana o formalização de convênio entre a secretaria estadual de Saúde e o Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Cosems-PR) que garante o repasse anual de R\$ 1,7 milhão para o fortalecimento da gestão do SUS no Paraná.

O objetivo do convênio é apoiar técnicas e financeiramente o Cosems-PR para que a entidade das associações junto às secretarias municipais de saúde de forma a fortalecer as redes de atenção à saúde, capacitar gestores municipais e garantir melhor atendimento de saúde à população.

"Com este convênio o Cosems poderá ampliar a projeto ações, iniciado em 2012, que destacou profissionais para assessorar técnicos das secretarias municipais de saúde, principalmente nos municípios de pequeno porte, que são a maioria no Paraná", disse o presidente do Cosems, Antonio Carlos Mard. Segundo ele, muitas secretarias de saúde não têm pessoal suficiente e capacitado para a gestão do sistema de saúde municipal e é essencial que o conselho de secretários vá para apoiar a gestão de forma a ter equipes mais qualificadas e capazes para atender a população.

O trabalho desenvolvido pela equipe do Cosems deverá priorizar a organização das cinco redes prioritárias do Estado nos 399 municípios - Rede Primária, de Urgência e Emergência, Rede Mental, Saúde da Pessoa Idosa e Saúde da Pessoa com Deficiência.

A secretaria estadual de Saúde e o Cosems preparam um grande evento de recepção dos novos secretários municipais de saúde para março de 2014.

Secretaria de Saúde  
Rua Piquiti 170 - Rebouças - 80230-140 - Curitiba - PR  
41 3330-4300 - 41 3330-4400 - Comunicação





122413

Governo garante 10 leitos de UTI para hospital de Laranjeiras do Sul - Notícias da SICSA - Secretaria de Saúde

## Governo do Estado do Paraná Secretaria de Saúde

PORTAL EM UM CLIQUE

Notícias da SICSA

06/11/2012

### Governo garante 10 leitos de UTI para hospital de Laranjeiras do Sul

O governador Beto Richert, em reunião com o secretário de Saúde, René José Menezes dos Santos, e o Instituto de Assistência Social e Saúde São José, de Laranjeiras do Sul, para o repasse de recursos para equipar 10 leitos de UTI. O hospital terá a compra dos equipamentos e até o final do ano deve oferecer 10 leitos em funcionamento. A unidade também deve pedir o credenciamento desses leitos junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Apesar de o comitê, o secretário de Saúde, René José Menezes dos Santos, explicou que estes leitos serão de referência para a Rede de Urgência e Emergência do Paraná. Atualmente não existem leitos de UTI na região de Caraguatupuçu. Esta UTI vai melhorar as condições de atendimento de pacientes com pós-operatório grave, além de receber pacientes encaminhados pela Central de Leitos do Paraná.



Os leitos serão referência para região de Caraguatupuçu (aproximadamente 115 mil habitantes), que abrange os municípios de Marquinho, Nova Laranjeiras, Quebras do Iguaçu, Pado Barreiro, Rio Borito do Iguaçu, Vinhedo e Laranjeiras do Sul. Além de atender vítimas de acidentes de trânsito ocorridos nas duas principais rodovias federais que cortam a região (BR 277 e BR 158).

**Fianópolis** – O Instituto de Assistência Social e Saúde São José recebeu no dia 27 de setembro de 2012 a aprovação do registro de Entidade Fianópolis. Com esta aprovação a entidade poderá ser incluída no Programa HospSUS (programa estadual de apoio e qualificação de hospitais públicos e filantrópicos do Sistema Único de Saúde do Paraná) para receber recursos de custeio, e assim ampliar a oferta de leitos e qualificar os serviços prestados.

© Secretaria de Saúde  
Rua Piquiri 170 - Rebouças - 80230-140 - Curitiba - PR  
41 3330-4200 - 41 3330-4400 - Localização





120413

Governo Estado trata assuntos da negociação permanente do SUS - Notícias de BCSA - Secretaria de Saúde

## Governo do Estado do Paraná Secretaria da Saúde

PORTAL EM UM CLIQUE

Notícias de BCSA  
22/02/2012

### Governo trata mesa estadual de negociação permanente do SUS

Trabalhadores do Sistema Único da Saúde do Paraná passam a ter mais um espaço de diálogo sobre questões pertinentes às condições de trabalho e relações trabalhistas. A Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS, instalada nesta quarta-feira (22), é um fórum de discussão vinculado ao Conselho Estadual de Saúde do Paraná (CES-PR) que mediará conflitos entre empregadores e trabalhadores do Sistema Único de Saúde.

A mesa estadual de negociação cria uma estrutura nacional e foi instituída através da resolução 005/2012, do Conselho Estadual de Saúde. Segundo o presidente do CES-PR, Joelma Corvello, desde 2008 o conselho já mantém uma comissão técnica que trata dos assuntos de recursos humanos, mas a partir de agora as discussões serão mais ágeis, pois terão a participação de mais órgãos de interesse à saúde.



O grupo se reunirá mensalmente e seguirá o regimento interno aprovado pelo CES-PR em março deste ano. A mesa contará com 24 membros representantes de 17 instituições, entre órgãos estaduais e federais, conselhos e associações de classes e representantes de empregadores. Além das questões trabalhistas, o grupo também se dedicará ao estímulo para criação de mesas municipais de negociação, o que ampliará ainda mais o alcance das discussões.

Para o superintendente de Vigilância em Saúde, Ricardo Paz, que representa a secretaria de Saúde no ato de instalação da Mesa de Negociação, esta é um marco que demonstra a preocupação do gestor estadual com o bem estar de todos trabalhadores. "Este espaço vai beneficiar toda a força de trabalho do SUS, pois visa a melhoria das condições de trabalho tanto dos servidores públicos da saúde quanto dos profissionais que atuam em redes prestadoras", destacou.

O sistema de decisão da mesa se baseará no consenso entre todos os integrantes. Havendo discordância de opiniões, as proposições serão encaminhadas ao Conselho Estadual de Saúde para deliberação.

Veja a relação dos órgãos representados no grupo:

Secretaria do Estado da Saúde  
Secretaria do Estado da Administração e da Previdência  
Secretaria do Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  
Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral  
Núcleo Estadual do Ministério da Saúde  
Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde  
Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Paraná  
Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Estaduais dos Serviços de Saúde e Profissionais do Paraná  
Conselho Regional de Enfermagem do Paraná  
Sindicato dos Médicos do Paraná  
Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência Social e Ação Social do Paraná  
Conselho Regional de Medicina do Paraná  
Conselho Regional de Fisiologia  
Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais Católicos do Paraná  
Conselho Regional de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Corporal

www.pr.gov.br/portal/assessoria/relacao-de-membros-2012-2015-Governo-Estado-trata-assuntos-da-negociao-permanente-do-sus

102





Secretaria da Saúde -

**68 municípios recebem novos equipamentos de saúde**

Notícia da SESA

Enviado por: [acs@sesa.pr.gov.br](mailto:acs@sesa.pr.gov.br)

Postado em: 22/03/2013

O governador Beto Richa entregou nesta terça-feira (26/03) equipamentos para reforçar o atendimento de saúde em 68 municípios paranaenses. Entre os materiais estão 10 conjuntos de aparelhos para estruturação de Unidades de Saúde da Família que estão sendo implantadas no Estado. Também foram entregues 10 aparelhos de raio-x e 200 computadores.

O governador Beto Richa entregou nesta terça-feira (26/03) equipamentos para reforçar o atendimento de saúde em 68 municípios paranaenses. Entre os materiais estão 10 conjuntos de aparelhos para estruturação de Unidades de Saúde da Família que estão sendo implantadas no Estado. Também foram entregues 10 aparelhos de raio-x e 200 computadores. Os conjuntos são compostos de 65 itens, incluindo consultórios odontológicos, mesas clínicas, balanças, autoclaves, pilhas e similares, entre outros equipamentos necessários para garantir atenção adequada aos pacientes. Richa afirmou que os novos equipamentos garantirão atendimento de maior qualidade nas unidades dos municípios beneficiados, evitando que as pessoas precisem se deslocar para realizar exames e consultas. "O Paraná hoje é um Estado mais saudável", disse o governador. "Educar, Conseguimos alcançar avanços significativos agindo com mais eficiência", afirmou. O governador citou a redução de 21% na mortalidade materna, a ampliação no número de transplantes, o suporte financeiro para hospitais municipais e filantrópicos, com o programa HospSus, e a melhoria da rede de urgência e emergência em várias regiões do Paraná. Ele destacou ainda os investimentos na área de saúde, que atingem 12% do orçamento do Estado, conforme determina a Emenda 29. Os 10 municípios que receberam os conjuntos para as Unidades de Saúde foram: Anahy, Baurina, Califórnia, Conselheiro Mairinck, Comandante Vitorino, Foz do Jordão, Francisco Alves, Iguatu, Ilapejara do Oeste, Ivai, Laranjal, Munhoz de Melo, Pontal do Paraná, Quarto Centenário, Quedas do Iguaçu, Rio Branco do Ivaí, São João do Caiuá, São Miguel do Iguaçu e Tomazina. Em dezembro, o governador entregou 65 conjuntos de aparelhos para melhorar a atenção básica de saúde nos municípios paranaenses. Até 2014, o governo estadual pretende construir, reformar e ampliar 400 Unidades de Saúde da Família. Já foram entregues 68 novas unidades e outras 107 estão em construção. "Somos parceiros dos municípios", disse. "Não basta construir uma unidade de saúde ou hospital, também temos que investir em custeio e, principalmente, em equipar essas unidades", destacou o secretário de Estado da Saúde, Michele Caputo Neto. Ele informou que mais 70 conjuntos estão sendo adquiridos e serão repassados para cidades ainda não atendidas. "Temos um governo municipalista, que reforça a atenção básica e saúde onde as pessoas mais precisam", disse Caputo Neto. Ele adiantou que no início do próximo mês o governador Beto Richa lança o Programa Paraná Urgência, que vai disponibilizar R\$ 210 milhões para custear atendimentos de emergências. RAIO-X: Os 10 aparelhos de raio-x repassados pelo Estado foram adquiridos com recursos de emendas de parlamentares. O investimento chega a R\$ 1,20 milhão. EDOÇÃO: Os municípios beneficiados são: Bela Vista do Paraíso, Foz do Iguaçu, Jaguaquã, Matelândia, Paçandu, Paranaguá, Pinhão, Fátima do Sul, Roncador, Salto do Lontra, Santa Maria do Oeste, São Jorge do Patrocínio, São Miguel do Iguaçu, Tomazina, Toledo e Tomazina. COMPUTADORES: Os computadores são do Programa de Expansão da Estratégia Saúde da Família, do Ministério da Saúde. O Paraná definiu os municípios

[www.sesa.pr.gov.br](http://www.sesa.pr.gov.br)

17/04/2013 11:06:03 - 1





12479

Busca e salva recursos para manter todos os UTUs e seus Planos - Notícias de 2014 - Associação de Saúde

**Governo do Estado do Paraná**  
**Secretaria da Saúde**

**PORTAL EM UM CLIQUE**Noticias de NEBA  
12/11/2012

#### Richt autoriza recursos para servir leitos de UTI no Norte Pioneiro

O governador Paulo Figuez autorizou neste terça-feira (12) o repasse de R\$ 500 mil para a reforma e ampliação da Banca Casa de Bandeirinhas, Norte Fluminense. Com a obra, o hospital ganhará 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e se tornará referência no país para atendimento de alta complexidade.

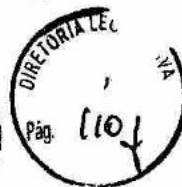
De acordo com o secretário de Estado, Michele Caputo Neto, a medida amplia a rede que garante a segurança e assegura "uma aplaina do leito hidrográfico do rio que passa pela maior parte do seu eixo passante. Com a implantação do UTA, os mais graves problemas serão eliminados na Bacia Com, com a assistência de transbordantes para unidades de grande porte", explicou Caputo Neto, durante entrega de ambulância para o município de São João (PI).

OBS: OIBS oferece serviços de saúde especializados à população de Barreirinhas, Açailândia, Embaé, Barra do Jequi, Atafil, Santa Mariana, Santa Amélia e Fátima do Pinhal, o que representa cerca de 160 mil pessoas. A Bacia Costal de Barreirinhas possui cerca de 160 transmissões marinhas e tem 120 leitos gerais, sendo que 80% de sua capacidade atende ao Sistema Único de Saúde.

Aprovado é que as obras sejam iniciadas ainda este ano, com prazo de conclusão para a primeira metade do ano que vem. Após o envio de nova proposta, a Secretaria de Saúde também dará apoio na aquisição dos equipamentos para a funcionamento das salas.

**4 Secretaria de Saúde**  
Rua Piqueti 170 - Raboças - 54230-140 - Curitiba - PR  
41 3330-4300 - 41 3330-4408 - Londrinaço







4. Existe elevado número de reclamações na Região de Maringá e Londrina, onde ainda permanecem os problemas apontados pela CPI dos Leitos do SUS, junto ao Hospital Universitário de Maringá e principalmente junto ao Hospital Universitário de Londrina, unidade que registra ainda atendimento inadequado de pacientes em corredores.

Clique nos links abaixo ou dele se utilize para acessar as imagens do HU de Londrina. (*Ctrl + clique para seguir o link*)

<http://g1.globo.com/pr/parana/paranativ-2edicao/videos/vedicoes/v/nova-uti-do-hu-e-esperanca-de-melhoria-no-atendimento-de-saude-em-londrina/2553904/>

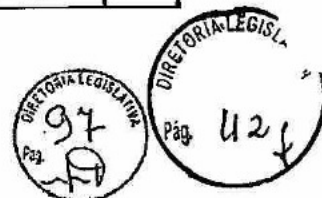
<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1349813&tit=Hospitais-universitarios-do-PR-enfrentam-problemas-cronicos>

A CEF-SUS entende necessário que este Poder Legislativo tome medida urgente com vistas à responsabilização dos respectivos gestores destas unidades, pela má gestão e pela falta de atendimento das indicações realizadas pela CPI dos Leitos do SUS, devendo urgentemente constituir nova CPI com os mesmos objetivos anteriores, para efetivação dos necessários inquéritos com poderes judiciais.

5. Dos Hospitais Universitários, o que mais se preocupou em atender às condicionantes impostas pela CPI dos Leitos do SUS foi o HUOP – Hospital Universitário do Oeste do Paraná, cuja diligência da CEF-SUS constatou *in loco* a melhora no atendimento dos usuários do SUS, inexistindo na atualidade filas ou pacientes sendo atendido em corredores.

O HUOP enviou a CEF-SUS resposta versando sobre o atendimento das condicionantes impostas pela CPI, integralmente exposta na Parte V, deste Relatório, faltando a construção da interligação do anexo do Hospital e a conclusão da Ala de Queimados.

A CEF-SUS encontrou na sua diligência, uma estrutura hospitalar reorganizada bem diferente da situação encontrada no ano de 2011. Há muito por fazer, mas encontramos indicativos que atual gestão está no caminho certo.



6. Recomendamos o envio do ofício anexo, ao Ministro da Saúde, Sr. Dr. Alexandre Padilha, solicitando a devida intervenção para que o paciente Luan da Silva, mencionado na Parte IV, deste Relatório, possa receber tratamento junto ao Hospital Sarah Kubitschek em Brasília.
7. Foram constatadas irregularidades de cobrança indevida por procedimentos hospitalares e laboratoriais, que o Sistema Único de Saúde realiza gratuitamente, no âmbito da Secretaria de Saúde do Município de Dois Vizinhos, constatação esta já oficiada pela CEF-SUS, aos Ministérios Públicos, estadual e federal, na forma constante da Parte II, deste Relatório.
8. Permanece a situação de superlotação nos pronto-atendimentos de Curitiba, ocorrendo sucessivas suspensões de serviços no Hospital do Cajuru e Hospital do Trabalhador, denotando que o Município de Curitiba, necessita de ampliação da contratualização de leitos desativados, visando a melhoria do atendimento de urgência e emergência, para atender o crescimento vegetativo da cidade e da região metropolitana;
9. A CEF-SUS entende necessário, a constituição de nova CE – Comissão Parlamentar Especial, nos termos dos artigos 34 e 35 do Regimento Interno, para dar continuidade aos trabalhos fiscalizatórios no que diz respeito à contratualização dos leitos e procedimentos do SUS – Sistema Único de Saúde, pois restou evidente, que na vigência de Comissões (CE/CPI), o Poder Legislativo além de cumprir com sua função institucional de controle, acompanhamento, limitação e sustação de atos, de procedimento de inquérito, enfim de cumprimento de fiscalização, contribui fornecendo mais um canal de reclamações e denúncias aos paranaenses, com resultados efetivos.

Este é o Relatório Final da CEF-SUS.

Sala de Reuniões da CEF-SUS, em 06 de maio de 2013.

**DEPUTADO PARANHOS**  
**Presidente e Relator da CEF-SUS**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

## COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO DOS LEITOS DO SUS


ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE  
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA CEF-SUS

Aos seis dias do mês de Maio de dois mil e treze, às dez horas, na Sala de Reuniões do Centro de Operações da CEF-SUS, sito a Rua Marechal Hermes, nº 469, sob Presidência do Deputado Paranhos, reuniu-se a Comissão Especial de Fiscalização dos Leitos do SUS, presentes os Deputados Mauro Moraes, Marla Tureck, Adelino Ribeiro, Jonas Guimarães e Nereu Moura constatado número legal, a Presidência abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos e comunicando que exerceu seu direito de avocar a condição de Relator da CEF-SUS, aplicada analogicamente os mesmos preceitos aplicados aos Presidentes de Comissões Permanentes, aplicando subsidiariamente o disposto no Parágrafo único do artigo 44 e parágrafo 12, do artigo 51, ambos do Egrégio Regimento Interno desta Casa de Leis, atitude que mereceu o apoio de todos os Deputados presentes. Na continuidade o senhor Presidente determinou ao Coordenador Geral da Secretaria que proceda-se a Leitura Integral do Relatório. Concluída a leitura, o



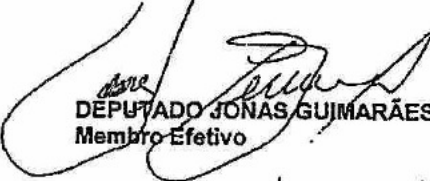
Presidente colocou em deliberação o RELATÓRIO FINAL DA CEF-SUS, constante em anexo, e não havendo quem quisesse discuti-lo ou emenda-lo, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, determinando a mim, Jefferson Abade, Coordenador Geral da Secretaria da CEF-SUS, que elabore ofício ao Presidente da ALEP, Deputado Valdir Rossoni, apensando versão impressa e digital do Relatório aprovado para as providências regimentais, lavrando também a presente Ata, para que após publicada, produza os devidos efeitos legais.....


  
DEPUTADO PARANHOS  
Presidente e Relator da CEF-SUS

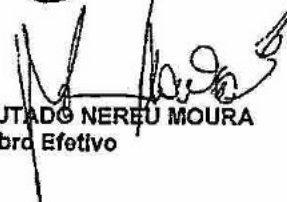
  
DEPUTADO MAURO MORAES  
Membro Efetivo

  
DEPUTADO ADÉLINO RIBEIRO  
Membro Efetivo

  
DEPUTADO ELTON WELTER  
Membro Efetivo

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
Membro Efetivo

  
DEPUTADO MARLA TURECK  
Membro Efetivo

  
DEPUTADO NEREU MOURA  
Membro Efetivo



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões*

Ofício nº 170/2013/DL

Curitiba, 22 de maio de 2013.

Senhor Presidente,

Servimo-nos do presente para informar que após análise da Diretoria Legislativa foram constatadas algumas incorreções no Relatório Final da Comissão Especial de Investigação para Fiscalização e Aferição de Atendimento pelo SUS, presidida por Vossa Excelência.

Assim sendo, encaminhamos, em anexo, informação relacionando os pontos que devem ser adequados, no menor prazo possível.

Por fim, disponibilizamos a Vossa Excelência o mencionado Relatório, para consulta nesta Diretoria.

Atenciosamente,

  
**Lucília Felicidade Dias**  
Diretora Legislativa**CÓPIA**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 4088
EM 03/05/13
_____ FUNCIONÁRIO

Exmo., Sr.  
Deputado **PARANHOS**  
Presidente da CEI de Fiscalização e Aferição de Atendimento pelo SUS  
Nesta



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões

INFORMAÇÃO

Senhora Diretora,

Informo que em 8/5/13 foi protocolado em Plenário, sob o nº 3995/13-DAP, o Relatório Final da Comissão Especial de Investigação para Fiscalização e Aferição de Atendimento pelo SUS, o qual necessita das seguintes adequações:

- a) Entrega da ata original da 1ª reunião, para publicação no Diário Oficial da Assembleia e anexação à documentação final da CEI. Salienta-se que toda a documentação produzida e recebida pela Comissão é parte integrante de seu procedimento, devendo ser entregue ao final dos trabalhos para ficar sob a guarda definitiva do Setor de Arquivo desta Casa;
- b) Entrega dos ofícios originais expedidos sob os números 1 a 58, do ano de 2012;
- c) Entrega dos ofícios originais expedidos sob os números 21 a 25, 28 a 31, 35 a 38, 41 a 45, 120 a 128 e 157 a 160, todos do ano de 2013;
- d) O Relatório Final em tela trata da CEI de Fiscalização de Atendimento do SUS, porém, treze de suas páginas (4 a 17) são reproduções do Relatório Final da CPI dos Leitos do SUS;
- e) Documentos constantes nas páginas 55 e 56, e 59 a 83 sem explicação sobre a pertinência de sua juntada ao relatório final, inclusive alguns são formulários do Hospital Estadual do Oeste do Paraná sem preenchimento;





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões*



f) As páginas 88 a 95 foram inseridas matérias colhidas do site da Secretaria de Estado da Saúde, dando conta de ações do Governo do Estado relativas a recursos destinados aos hospitais, não havendo, igualmente, qualquer menção sobre a pertinência na anexação de tais matérias ao relatório da CEI;

g) O relatório final deveria contemplar os resultados alcançados pela CEI e as suas conclusões, além de apontar as providências a serem tomadas, entretanto, ateve-se a citar conclusões da CPI dos Leitos do SUS e seus desdobramentos;

h) A ata da última reunião ordinária, para aprovação do relatório pela Comissão, cita o parágrafo único do art. 44, do Regimento Interno da Casa, porém, o artigo mencionado não conta com parágrafo único, pois possui vários parágrafos.

Para concluir, sugerimos seja restituído o presente relatório final à Presidência da CEI para as adequações que se fizerem necessárias.

Curitiba, 22 de maio de 2013.

Solange Maria Mariotti  
Mat. 40.183

1. Ciente;
2. Encaminhe-se à Presidência da CEI para adequação.

Lúcia Felicidade Dias  
Diretora Legislativa



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões*



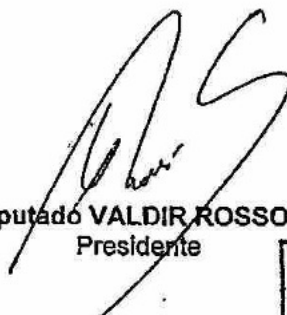
Ofício nº 188/2013

Curitiba, 10 de junho de 2013.

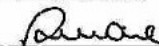
Senhor Deputado,

Através do presente reiteramos solicitação contida no ofício da Diretoria Legislativa nº 170/13, de 22/5/13, que aponta correções a serem feitas no Relatório Final da Comissão Especial de Investigação para Fiscalização e Aferição de Atendimento pelo SUS, presidida por Vossa Excelência.

Lembramos que o prazo para conclusão da referida Comissão Especial se encerrou em outubro de 2012, o que reforça a urgência nas correções.

  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente

**CÓPIA**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 6906
EM 11/06/13

FUNCIONÁRIO

Exmo. Sr.  
Deputado **PARANHOS**  
Presidente da CEI de Fiscalização e Aferição de Atendimento pelo SUS  
Nesta

## Publicações Administrativas

### Atos de Pessoal

#### INTIMAÇÃO POR EDITAL

##### CONVOCAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná convoca a Sra. KELLY EGUCHI PRIORI, portadora de CI RG nº 7.557.333-2/PR, inscrita no CPF/MF 036.017.599-69, para comparecer à Diretoria de Pessoal desta Casa de Leis, situada na Praça Nossa Senhora Salete, s/n, Centro Cívico, Curitiba/ PR, no prazo de 10 (dez) dias da publicação desta, para tratar de assunto de seu interesse, nos termos do protocolo nº 120/2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 8 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

32751/2014

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 333/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 546 em 24 de janeiro de 2014,

##### RESOLVE:

Comunicar alteração da data de usufruto das férias concedidas pela Portaria 149/2014, à servidora JUSSARA FREITAS TRANCOSO, Matrícula nº 40.578, para 12/05/2014 a 26/05/2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 7 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 334/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1739 em 28 de fevereiro de 2014,

##### RESOLVE:

Comunicar alteração da data de usufruto das férias concedidas pela Portaria 268/2014, à servidora MARIA ELISA REBELLO, Matrícula nº 606, para 22/04/2014 a 21/05/2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 7 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 335/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2801 em 3 de abril de 2014,

##### RESOLVE:

Comunicar que CARLA APARECIDA BUENO, Matrícula nº 40.064, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, cedida para SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU, estará em gozo de férias referente ao exercício 2013, a partir de 07/04/2014 até 06/05/2014, com pagamento da gratificação referente ao terço de férias em abril de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 7 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 336/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2781 em 3 de abril de 2014,

##### RESOLVE:

Comunicar que ROSEMARY DA CONCEIÇÃO TULIO, Matrícula nº 40.844, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, cedida para TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ, estará em gozo de férias referente ao exercício 2014, a partir de 04/04/2014 até 03/05/2014, com pagamento da gratificação referente ao terço de férias em abril de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 7 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 337/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2473 em 26 de março de 2014,

##### RESOLVE:

Comunicar que JUSSARA REGINA DE CASTRO, Matrícula nº 40.217, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na DIRETORIA LEGISLATIVA, estará em gozo de férias referente ao exercício 2014, a partir de 22/04/2014 até 21/05/2014, com pagamento da gratificação referente ao terço de férias em abril de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 7 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 338/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1847 em 10 de março de 2014,

##### RESOLVE:

Comunicar que CARLOS EDUARDO PEREIRA JORGE CORDEIRO, Matrícula nº 41.090, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado na PROCURADORIA GERAL, estará em gozo de férias referente ao exercício 2014, a partir de 05/05/2014 até 03/06/2014, com pagamento da gratificação referente ao terço de férias em abril de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 7 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 339/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 654 em 30 de janeiro de 2014,

##### RESOLVE:

Comunicar que ELMIR SCHIMINSKI, Matrícula nº 40.176, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado na DIRETORIA ADMINISTRATIVA, estará em gozo de férias referente ao exercício 2013, a partir de 02/05/2014 até 31/05/2014, com pagamento da gratificação referente ao terço de férias em abril de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 7 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 340/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1831 em 07 de março de 2014,

##### RESOLVE:

Comunicar que JOELCIO FRANCISCO ALVES, Matrícula nº 40.192, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado na DIRETORIA ADMINISTRATIVA, estará em gozo de férias referente ao exercício 2013, a partir de 05/05/2014 até 03/06/2014, com pagamento da gratificação referente ao terço de férias em abril de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 7 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 341/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1967 em 12 de março de 2014,

##### RESOLVE:

Comunicar que TEREZINHA MATOS SANTOS, Matrícula nº 40.926, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na DIRETORIA ADMINISTRATIVA, estará em gozo de férias referente ao exercício 2013, a partir de 05/05/2014 até 03/06/2014, com pagamento da gratificação referente ao terço de férias em abril de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 7 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

#### PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 342/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1844 em 10 de março de 2014,

##### RESOLVE:

Comunicar que MARIA HELENA CARVALHO SAPALA, Matrícula nº 40.143, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na DIRETORIA DE PESSOAL - Coordenadoria de Serviço Odontológico, estará em gozo de férias



referente ao exercício 2013, a partir de 06/04/2014 até 05/05/2014, com pagamento da gratificação referente ao terço de férias em abril de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 8 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 343/2014**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1341 em 18 de fevereiro de 2014,

**R E S O L V E:**

Comunicar que JACINTA ELISA KROETZ SCHMIDT, Matrícula nº 41.040, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na DIRETORIA DE PESSOAL – Coordenadoria de Serviço Odontológico, estará em gozo de férias referente ao exercício 2013, a partir de 16/06/2014 até 15/07/2014, com pagamento da gratificação referente ao terço de férias em maio de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 8 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 344/2014**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 13.628 em 22 de novembro de 2013,

**R E S O L V E:**

Comunicar que ANA PAULA TOPAN JUNQUEIRA, Matrícula nº 9511, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na ADMINISTRAÇÃO, estará em gozo de 6/12 avos (15 dias) de férias referente ao exercício 2012, a partir de 05/05/2014 até 19/05/2014, com pagamento proporcional da gratificação referente ao terço de férias em abril de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 8 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 345/2014**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 15.061 em 20 de dezembro de 2013,

**R E S O L V E:**

Comunicar que OLÍCES SILVESTRE BUENO JÚNIOR, Matrícula nº 40.916, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado na ADMINISTRAÇÃO, estará em gozo de férias referente ao exercício 2013, a partir de 05/05/2014 até 03/06/2014, com pagamento da gratificação referente ao terço de férias em abril de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 8 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 346/2014**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2644, em 1º de abril de 2014,

**R E S O L V E:**

Lotar a servidora JANE CARDOSO DE LIMA, Matrícula nº 40.462, no SETOR DE TELEFONIA, a partir de 1º de abril de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 8 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 347/2014**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2201 em 18 de março de 2014,

**R E S O L V E:**

Comunicar que ADEMIR ALVES DE ALMEIDA JÚNIOR, Matrícula nº 10.316, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado no Gabinete do Deputado MAURO RAFAEL MORAES E SILVA, estará em gozo de 6/12 avos (15 dias) de férias referente ao exercício 2013, a partir de 05/05/2014 até 19/05/2014, com pagamento proporcional da gratificação referente ao terço de férias em abril de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 8 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 348/2014**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2200 em 18 de março de 2014,

Comunicar que MARIA CRISTINA DE BARROS CORDEIRO DA SILVA, Matrícula nº 9752, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada no Gabinete do Deputado MAURO RAFAEL MORAES E SILVA, estará em gozo de 10/12 avos (25 dias) de férias referente ao exercício 2013, a partir de 05/05/2014 até 29/05/2014, com pagamento proporcional da gratificação referente ao terço de férias em abril de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 8 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 349/2014**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2202 em 18 de março de 2014,

**R E S O L V E:**

Comunicar que WALDECI XAVIER DE OLIVEIRA, Matrícula nº 7290, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado no Gabinete do Deputado MAURO RAFAEL MORAES E SILVA, estará em gozo de 10/12 avos (25 dias) de férias referente ao exercício 2012, a partir de 02/05/2014 até 26/05/2014, com pagamento proporcional da gratificação referente ao terço de férias em abril de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 8 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 350/2014**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2603 em 31 de março de 2014,

**R E S O L V E:**

Comunicar que PEDRO DAVANCO, Matrícula nº 10.872, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado no Gabinete da Deputada MARLA APARECIDA TURECK DINIZ, estará em gozo de férias referente ao período 2013/2014, a partir de 01/05/2014 até 30/05/2014, com pagamento da gratificação referente ao terço de férias em abril de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 8 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 351/2014**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 14.903 em 17 de dezembro de 2013,

**R E S O L V E:**

Comunicar que BRUNO FERNANDO CAVASSANI, Matrícula nº 8083, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado no Gabinete do Deputado MANOEL BATISTA DA SILVA JÚNIOR, estará em gozo de férias referente ao exercício 2013, a partir de 01/05/2014 até 30/05/2014, com pagamento da gratificação referente ao terço de férias em abril de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 8 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 352/2014**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 14.907 em 17 de dezembro de 2013,

**R E S O L V E:**

Comunicar que ADRIANO MACHADO PSZYBYLSKI, Matrícula nº 9217, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado no Gabinete do Deputado MANOEL BATISTA DA SILVA JÚNIOR, estará em gozo de 7/12 avos (17 dias) de férias referente ao exercício 2012, a partir de 01/05/2014 até 17/05/2014, com pagamento proporcional da gratificação referente ao terço de férias em abril de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 8 de abril de 2014.

**BRUNO PEROZIN GAROFANI**

Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 353/2014**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 14.908 em 17 de dezembro de 2013,

**R E S O L V E:**

Comunicar que SELMA REGINA FELIPE SIBRO, Matrícula nº 8089, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada no Gabinete do Deputado MANOEL BATISTA DA SILVA JÚNIOR, estará em gozo de férias referente ao exercício 2013, a partir de 01/05/2014 até 30/05/2014, com pagamento da



gratificação referente ao terço de férias em abril de 2014.  
Palácio XIX de Dezembro, em 8 de abril de 2014.  
**BRUNO PEROZIN GAROFANI**  
Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 354/2014**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2.913 em 8 de abril de 2014,

**RESOLVE:**

Suspender, a partir de 01/04/2014, o gozo das férias concedidas pela Portaria nº 306/2014, ao servidor BRÉNO MENEZES DE CAMPOS, Matrícula nº 10.165, por justificada exigência do trabalho, ficando um saldo de 14 (quatorze) dias para agendamento futuro.

Palácio XIX de Dezembro, em 8 de abril de 2014.  
**BRUNO PEROZIN GAROFANI**  
Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 355/2014**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2609 de 31 de março de 2014,

**RESOLVE:**

Comunicar que DIONE PEREIRA FONSECA, Matrícula nº 40.384, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada na DIRETORIA ADMINISTRATIVA, estará em gozo do saldo de férias referente ao exercício 2013, a partir de 09/04/2014 a 17/04/2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 8 de abril de 2014.  
**BRUNO PEROZIN GAROFANI**  
Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 356/2014**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, com base no que dispõe o art. 252, da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2924, de 8 de abril de 2014,

**RESOLVE:**

Conceder licença médica para tratamento de saúde de pessoa da família, à servidora ANDRÉA MARIA SILVÉRIO RIGHETTO MARTINO, Matrícula Nº 40.738, de 4 (quatro) horas por dia durante 90 (noventa) dias, no período de 07/04/2014 a 05/07/2014. Conforme comprovante de licença nº 130 – SEAP – DIMS.

Palácio XIX de Dezembro, em 8 de abril de 2014.  
**BRUNO PEROZIN GAROFANI**  
Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 357/2014**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2969 em 9 de abril de 2014,

**RESOLVE:**

Suspender, a partir de 09/04/2014, o gozo das férias concedidas pela Portaria nº 250/2014, à servidora ANA BEATRIZ SILVA DO PRADO, Matrícula nº 40.206, por justificada exigência do trabalho, ficando um saldo de 20 (vinte) dias para agendamento futuro.

Palácio XIX de Dezembro, em 10 de abril de 2014.  
**BRUNO PEROZIN GAROFANI**  
Diretor de Pessoal

**PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 358/2014**

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, com base no que dispõe o art. 252, da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2951, de 8 de abril de 2014,

**RESOLVE:**

Conceder licença médica para tratamento de saúde, ao servidor GIL ELLIANS XAVIER DE ARAÚJO Matrícula Nº 40.737, de 30 (trinta) dias, no período de 21/03/2014 a 19/04/2014. Conforme comprovante de licença nº 680/14 – JIPM/SEAP.

Palácio XIX de Dezembro, em 10 de abril de 2014.  
**BRUNO PEROZIN GAROFANI**  
Diretor de Pessoal

**7 MANEIRAS DE ACABARMOS COM A VIOÊNCIA INFANTIL NO PARANÁ**



**VIVA A INFÂNCIA**

1. NÃO VIVA DE EDUCAR SEU FILHO. TRABALHE O SEU LADO PELA CONVERSAS.
2. NÃO DE O BOM EXEMPLO DO BOM EXEMPLO. CRIANDO RESPONSABILIDADES.
3. NÃO TRAGA OS SEUS PROBLEMAS PARA DENTRO DE CASA.
4. FALE SEMPRE EM VOZ BAIXA. CRIAR TAMBÉM E VIOÊNCIA.
5. ANTES DE TOCAR UMA CRIANÇA, SE PERGUNTE: VOCE SABIA ISSO NA FRENTE DE ALGUÉM?
6. NÃO DE CRITICA E NA ESCOLA. NÃO DE CRITICA E NA ESCOLA.
7. SEU FILHO NÃO TEM CULPA DO QUE VOCE VIVEM NA SUA INFÂNCIA.

**DEIXE A VIOÊNCIA INFANTIL DISQUE 181**  
[vivaainfancia.com.br](http://vivaainfancia.com.br)

**VIVA A INFÂNCIA**

32753/2014